



Academia Militar

Direcção de Ensino

Mestrado em ciências militares - especialidade Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

**“A PRESENÇA DE JORNALISTAS NOS TEATROS DE OPERAÇÕES  
E SUAS  
IMPLICAÇÕES NAS OPERAÇÕES MILITARES”**

**Autor:** Aspirante de Infantaria Amadeu Jorge de Figueiredo Lopes

**Orientador:** Tenente-Coronel de Infantaria Gualdino Lopes Antão

Lisboa, Agosto 2011



Academia Militar

Direcção de Ensino

Mestrado em ciências militares - especialidade Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

**“A PRESENÇA DE JORNALISTAS NOS TEATROS DE OPERAÇÕES  
E SUAS  
IMPLICAÇÕES NAS OPERAÇÕES MILITARES”**

**Autor:** Aspirante de Infantaria Amadeu Jorge de Figueiredo Lopes

**Orientador:** Tenente-Coronel de Infantaria Gualdino Lopes Antão

Lisboa, Agosto 2011



---

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus avós, por tudo aquilo que representam na minha vida.



## Agradecimentos

Porque o produto de um trabalho nunca é fruto exclusivo de uma única pessoa, mas de uma articulação de sinergias relacionais; quero deixar um primeiro agradecimento ao meu orientador nesta caminhada, o Exmo. TCor Inf Gualdino Lopes Antão, pela sua permanente disponibilidade e inextinguível cooperação demonstrados em todas as fases da presente investigação e que, com o seu entusiasmo subtil, rigor metodológico e orientação cirúrgica, me guiou neste trajecto auspicioso, de forma agradável e responsável.

Ao Sr TCor António Cardoso (Cmdt do 2º BAI) que me auxiliou em alguns dos aspectos iniciais do projecto e na delimitação do tema e do objecto (contingente) a estudar.

Ao Sr MGen Hugo Eugénio dos Reis Borges, director do programa D. Afonso Henriques, pela preciosa ajuda prestada no estabelecimento dos contactos.

À Sr.ª Dona Paula (Bibliotecária da AM), pela sua amabilidade e prontidão sempre que eu frequentei a biblioteca da Academia Militar, não só para a elaboração do presente trabalho mas também ao longo deste 5 anos.

A todos os meus entrevistados (Cor Simões; Cor Santana; ao TCor Saraiva; ao TCor Neves; ao TCor Pires; ao TCor Oliveira; ao TCor Afonso; ao TCor Pedro; ao Maj Dias; ao Maj Bernardino; ao Maj Santos; ao Sr Hernâni Carvalho e Sr Luciano Alvarez) que apesar de muito ocupados no desempenho das suas actuais funções, arranjaram a disponibilidade para me atender. Sem eles este trabalho não seria possível.

Ao Sr Maj Serrano, Chefe SCRPP/RCRPP/GabCEME, que se mostrou sempre disponível para me esclarecer em todas as questões relacionadas com o tema do trabalho.

Ao Sr TCor Miguel António Gabriel da Silva Machado, um dos fundadores dos site *Operacional*, pela sua disponibilidade e vontade de ajudar.

Ao Dr. José Vegar, jornalista profissional desde 1989, actualmente é conselheiro editorial e repórter da revista *Ler*, que foi uma peça chave para a entrada no meio jornalístico e o estabelecimento dos contactos com os jornalistas entrevistados.

À Academia Militar, pela formação ministrada e condições proporcionadas ao longo do curso; constituindo uma escola de excelência à qual tenho orgulho de pertencer.

Ao curso de Infantaria 2010/2011 que "nunca me deixou caminhar sozinho".

Por fim, um agradecimento muito especial a toda a minha família, em especial a minha mãe que ao longo da minha existência sempre me ajudou da forma que lhe era possível, muitas vezes sacrificando-se para me prestar o apoio necessário.

À minha namorada Susana por todo o apoio prestado e por ser a pessoa que acredita todos dias em mim.

A todos a minha amizade e profundo reconhecimento



## Índice Geral

### Capítulo I

#### Início da Pesquisa

1.1 Finalidade e delimitação do problema .....	1
1.2 O Problema .....	1
1.3 Justificação do Tema.....	1
1.4 Estrutura do Trabalho.....	2

### Capítulo II

#### Enquadramento Conceptual

2.1 Enquadramento.....	3
2.2 Cultura jornalística VS Cultura militar .....	4
2.2.1 Cultura jornalística .....	4
2.2.2 Cultura militar.....	6
2.3 Lições aprendidas: Relatos no “terreno” .....	8
2.3.1 Vietname e Malvinas.....	8
2.3.2 Caso português na Bósnia.....	9
2.3.3 Caso português do Kosovo.....	10
2.3.4 Caso português em Timor.....	11
2.4 A especificidade do trabalho jornalístico: Preparação e acompanhamento de Forças militares.....	13
2.4.1 Formação dos Jornalistas .....	13
2.4.2 Formação dos militares.....	14
2.5 Segurança dos jornalistas nos TO.....	14

### Capítulo III

#### Capítulo metodológico

3.1 Introdução .....	16
3.2 Modelo de Estudo .....	16
3.3 Metodologia.....	17
3.3.1 A entrevista.....	18
3.3.2 A amostra dentro do universo .....	18
3.3.3 Procedimentos.....	19



## Capítulo IV

### Estudo Empírico

4.1 Breve síntese histórica .....	20
4.2 Missão da ONU e tipologia da missão .....	21
4.2.1 Primórdios da UNTAET .....	21
4.2.2 Tipologia da Missão .....	22
4.2.3 Participação do Batalhão na UNTAET .....	23
4.3 Análise e discussão .....	25
4.3.1 A Formação .....	26
4.3.2 O Relacionamento .....	29
4.3.3 Problemas resultantes do acompanhamento de jornalistas nas operações/tarefas .....	33
4.3.4 O impacto e a fidelidade das notícias .....	37

## Capítulo V

### Síntese Conclusiva

5.1 Considerações .....	40
5.2 Reflexões finais .....	40
5.3 Limitações .....	42
5.4 Investigações Futuras .....	42

<b>Bibliografia .....</b>	<b>43</b>
---------------------------	-----------

### Apêndices

Apêndice A – Modelo de Estudo .....	47
Apêndice B – Análise de Entrevistas .....	49
Apêndice B.1 .....	50
Apêndice B.2 .....	52
Apêndice B.3 .....	55
Apêndice B.4 .....	58
Apêndice B.5 .....	61
Apêndice B.6 .....	64
Apêndice B.7 .....	67



Apêndice B.8.....	70
Apêndice B.9.....	73
Apêndice B.10.....	76
Apêndice B.11.....	80
Apêndice B.12.....	83
Apêndice B.13.....	87

**Anexos**

Anexo A - Código Deontológico do Jornalista .....	92
Anexo B - Programa do curso de Segurança e Defesa para Jornalistas .....	93
Anexo C – Organigramas e contribuição de cada país.....	94
Anexo D - Mapa de Timor com os sectores da PKF em 2000 .....	95
Anexo E - RESOLUTION 1272 (1999) .....	96
Anexo F - Excerto do Manual de Consulta para a Missão de Manutenção de Paz em Timor Lorosae do 1ºBIPara .....	100
Anexo G – Relatório sobre Timor Leste .....	102
Anexo H – Linhas de orientação nas relações com os OCS.....	103
Anexo I – Milícias procuradas em Timor.....	105
Anexo J – Palestra da SIPRP dada ao 1ºBIPara em Janeiro de 2000 (Oliveira, 2011)...	106



## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Análise da entrevista do TCor Afonso .....	51
Tabela 2 - Análise da entrevista do Major Bernardino.....	54
Tabela 3 - Análise da entrevista do Major Dias .....	57
Tabela 4 - Análise da entrevista do TCor Neves .....	60
Tabela 5 - Análise da entrevista do TCor Oliveira .....	63
Tabela 6 - Análise da entrevista do TCor Pedro.....	66
Tabela 7 - Análise da entrevista do TCor Pires .....	69
Tabela 8 - Análise da entrevista do Cor Santana .....	72
Tabela 9- Análise da entrevista do Maj Santos .....	75
Tabela 10 - Análise da entrevista do TC Saraiva .....	79
Tabela 11 - Análise da entrevista do Cor Simões .....	82
Tabela 12 - Análise da entrevista ao Sr.º Hernâni Carvalho.....	86
Tabela 13 - Análise da entrevista ao Sr.º Luciano Alvarez.....	91
Tabela 14 - Programa do curso de Segurança e Defesa para Jornalistas (Instituto de Defesa Nacional, 2010).....	93
Tabela 15 - Contribuição dos países que faziam parte da UNTAET (1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado), 2002).....	94



## Índice de Figuras

Figura 1 - Organigrama do 1ºBIPara (1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado), 2002) .....	94
Figura 2 - Mapa de Timor-Leste com sectores (1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado), 2002).....	95
Figura 3 - Capa do manual de consulta da Missão do 1ºBIPara (Bernardino, 2011) .....	100
Figura 4 - NEP nº6 Atitude do Pessoal da UNTAET na presença de meios de comunicação social (Bernardino, 2011).....	101
Figura 5 - Capa do relatório sobre Timor-Leste (Bernardino, 2011) .....	102
Figura 6 - Linhas de orientação nas relações com os OCS (Santos, 2011) .....	103
Figura 7 - Linhas de orientação nas relações com os OCS parte II (Santos, 2011) .....	104
Figura 8 - Uma das milícias procuradas em Timor (Dias, 2011).....	105
Figura 9 – Outra milícia procurada em Timor (Dias, 2011).....	105



## Lista de Siglas e Abreviaturas

- BAI – Brigada Aerotransportada Independente
- BRR – Brigada de Reação Rápida
- BIPara – Batalhão de Infantaria Paraquedista
  
- CEME – Chefe de Estado Maior do Exército
- CIMIC – Civilian-Military Cooperation
- CIOE – Centro de Instrução de Operações Especiais
- CIVPOL – Civilian Police
- Cmdt – Comandante
- CNN – Cable News Network
- CNRT – Conselho Nacional de Resistência Timorense
- Cor – Coronel
- CS – Conselho de Segurança
  
- EME – Estado Maior do Exército
- EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas
- EREC – Esquadrão de Reconhecimento
  
- FA – Forças Armadas
- FND – Força Nacional Destacada
- FOE – Forças de Operações Especiais
- FRETILIN – Frente Revolucionária para Timor-Leste Independente
  
- Gen – General
  
- IDN – Instituto de Defesa Nacional
- IFOR – Implementation Force
- INTERFET – International Force for East Timor
  
- MDN – Ministério da Defesa Nacional
- MGen – Major General
  
- NBQ – Nuclear Biológica e Química
- NEP – Norma de Execução Permanente



- OCS – Órgãos de Comunicação Social
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPCON – Controlo Operacional
- OTAN – Organização Tratado Atlântico Norte
  
- PG – Prisioneiro de Guerra
- PKF – Peace Keeping Force
- PORBATT – Batalhão Português
  
- RDM – Regulamento de Disciplina Militar
- RP – Relações Públicas
  
- Sar – Sargento
- SCRCP – Secção de Comunicação e Relações Públicas
- SIPRP – Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas
  
- TCor – Tenente Coronel
- TIC – Técnica Individual de Combate
- TO – Teatro de Operações
  
- UDT – União Democrática Timorense
- UNTAET - United Nations Transitional Administration in East Timor



## Resumo

O presente trabalho tem como principal objectivo levantar as condicionantes que influenciam o trabalho dos militares devido à presença de jornalistas; procurando essencialmente descobrir os problemas e potencialidades do relacionamento destas duas distintas profissões em TO.

Começamos por delimitar a nossa temática à missão do 1ºBIPara, inserido na missão da UNTAET, em Timor, no primeiro semestre de 2000. O nosso objecto de pesquisa e que constituiu a amostra do trabalho, centrou-se nas percepções dos oficiais em lugares chave e dos jornalistas que fizeram a cobertura da jornalística na data em questão.

Adoptou-se uma metodologia de abordagem intensiva ao problema, lançando entrevistas para procurar perceber pontos de eventual fricção e interesses divergentes entre os grupos profissionais em estudo e a forma como ambos cumpriam a sua missão. A nossa amostra incluiu 11 militares que pertenciam ao 1ºBIPara em 2000 e que foram para Timor e 2 jornalistas que estavam em Timor nessa mesma altura.

A sustentação teórica alicerça-se nas perspectivas da relação entre os media e os militares; teoria do jornalismo e ciência militar; recorrendo fundamentalmente aos trabalhos dos autores como José Rodrigues dos Santos; Deschepper; Miguel Machado, para tentar perceber as dinâmicas e interesses em confronto.

Os resultados obtidos são interessantes na medida em que apontam para alguns problemas e preocupações que os jornalistas causam na Força; o que vai no mesmo sentido de estudos realizados anteriormente por outros autores, como é foi o caso do trabalho de Machado & Carvalho (2004), "Exército e a Imprensa".

**Palavras-chave:** CONDICIONANTES; MILITARES; JORNALISTAS; RELACIONAMENTO; 1ºBIPARA; 2000; TIMOR; UNTAET.



## Abstract

The main propose of this investigation is to verify in which way the soldiers work is influenced by the presence of journalists. So the aim of this investigation is to discover the problems and possibilities of the relationship between these two very different jobs.

We begin by defining our mission theme will be on the 1st BIPara, located on the UNTAET mission in East Timor, in the first semester of 2000. The subject of our research and which constituted the sample of work, focused on the perceptions of officials in key positions and journalists who covered the news on that date.

Adopted a methodology for intensive approach to the problem, casting interviews for trying to understand the possible points of friction and divergent interests among the professional groups in both study and how they fulfilled their mission. Our sample included 11 soldiers belonging to the 1st in 2000 will beep and went to East Timor and two reporters who were in Timor at that time.

The theoretical support is grounded in the perspectives of the relationship between media and the military, theory of journalism and military science, using essentially the work of authors such as José Rodrigues dos Santos, Deschepper, Miguel Machado, to try to understand the dynamics and interests in confrontation.

The results are interesting in that it points to some problems and concerns that journalists have on the force, what goes in the same direction as previous studies by other authors, as was the case with the work of Machado & Carvalho (2004) "O Exército e a Imprensa".

**Key-words:** CONDITIONS; SOLDIERS; JOURNALISTS; RELATIONSHIP; 1.º BIPARA; 2000; TIMOR; UNTAET.



## Capítulo I - Início da Pesquisa

### 1.1 Finalidade e delimitação do problema

Este trabalho tem como finalidade compreender a interação entre jornalistas e militares, as possibilidades e as vulnerabilidades que daí advêm e se transformaram em ameaças (constrangimentos) e/ou oportunidades para os jornalistas e militares no decorrer das operações militares.

Face à escassez de tempo e a limitação dos meios disponíveis não foi possível estudar o tema na sua plenitude, para isso procedeu-se à sua delimitação. Cingiu-se a amostra para o TO Timor com o 1º BIPara, ainda procedemos a uma delimitação temporal referente ao ano 2000, de Fevereiro a Agosto.

### 1.2 O Problema

O problema geral consiste em descobrir quais as condicionantes que influenciaram o trabalho dos militares do 1º BIPara em Timor no ano 2000 devido a presença de jornalistas portugueses.

Assim sendo, chegou-se à *Pergunta de Partida*: **“Que condicionantes se colocaram ao trabalho operacional dos militares (VD) do 1º BIPara em função da presença de jornalistas portugueses (VI) no TO de Timor no ano de 2000?”**

Para operacionalizar a Pergunta de Partida recorreu-se a questões derivadas (**Qd<sub>x</sub>**). As questões derivadas são as seguintes:

- **Qd<sub>1</sub>**: Qual o tipo de conhecimentos/formação, se é que existiu, dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?
- **Qd<sub>2</sub>**: Como era o relacionamento dos militares do 1º BIPara com os jornalistas portugueses?
- **Qd<sub>3</sub>**: Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?
- **Qd<sub>4</sub>**: Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?

### 1.3 Justificação do Tema

O estudo desta temática é pertinente na medida em que as relações harmoniosas entre jornalistas e militares facilitam a confluência de interesses, o diálogo e uma melhor colaboração, evitando problemas que possam comprometer as Forças e as operações por elas desenvolvidas. O nosso Exército já teve uma experiência menos boa nesta área, nomeadamente no Kosovo com a crise de urânio empobrecido (Machado & Carvalho, 2004).



A escolha do 1º BIPara no TO de Timor em 2000 é importante porque nesta altura a opinião pública portuguesa estava muito sensibilizada para os destinos do povo timorense, manifestando-lhe o seu apoio e expressando-o à escala internacional, tendo por isso muitos jornalistas viajado para Timor.

É importante e necessário o seu estudo para melhor compreender os factores que poderão conduzir a dificuldades nas relações entre os jornalistas e militares. Por vezes assiste-se a um conflito de interesses, na medida em que os jornalistas têm que mostrar trabalho, produzindo notícias e o militar não lhes pode fornecer toda a informação<sup>1</sup> pretendida para não comprometer a segurança das operações e da força.

É uma temática com interesse neste âmbito especialmente porque se insere no espectro dos conhecimentos do curso e para o meu futuro desempenho como profissional da arma de Infantaria. Isto porque, os batalhões de Infantaria têm grande probabilidade de serem projectados para um país desconhecido e os jornalistas hoje em dia são uma certeza nos TO (Santos J. M., 2000). Daqui decorre a importância de saber lidar com estes profissionais. O trabalho paralelo dos jornalistas e dos militares nos TO tem se revelado um autêntico desafio (Barrento, 2008).

## 1.4 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho encontra-se dividido em 2 partes fundamentais, a parte teórica e a parte prática.

Num primeiro momento, procura-se fazer o levantamento do estado da arte da questão, nomeadamente no que diz respeito aos problemas referentes à relação entre jornalistas e militares. Vou-me apoiar fundamentalmente no trabalho desenvolvido por Machado & Carvalho (2004) "*O Exército e a Imprensa*"; no livro de Deschepper (1990) "*Saber lidar com os jornalistas*"; num livro de José R. Santos (2003) "*A Verdade da Guerra*" que desenvolveram estudos anteriores sobre a questão em análise; embora em outros contextos (nacionalidades ou teatros) e apresentam boas sínteses das problemáticas que se procuram analisar.

Elabora-se também, na segunda parte do trabalho; um capítulo metodológico no qual se explicita o percurso seguido pelo investigador, as escolhas que fez e as técnicas de abordagem ao objecto que encetou, assim como a construção dos instrumentos e os procedimentos adoptados para entrar no campo e o método como foi sendo constituído o objecto de pesquisa e as suas especificidades.

Por fim apresentam-se os resultados dos dados obtidos através do instrumento escolhido e são tecidas algumas considerações finais.

---

<sup>1</sup> "*Dados de qualquer espécie não processados, que podem ser processados para a produção de conhecimento*" (OTAN, 2010: 2-I-4).



## Capítulo II - Enquadramento Conceptual

### 2.1 Enquadramento

Na conjuntura actual os media<sup>2</sup> são vistos como um factor influente nas operações militares e devem ser estudados como o terreno ou as condições meteorológicas (Santos J. M., 2000). Para entender a guerra é imprescindível analisar os meios de comunicação e informação, pois são eles que criam a opinião pública (Rodriguez & Fernandez, 2002). A opinião pública é uma ideia colectiva ligada a temas específicos de interesse público ou geral (Martins, 1978). A mobilização dos meios e de homens não é suficiente, é necessário mobilizar a opinião pública (Laswel cit. em Rodriguez & Fernandez, 2002).

Os media, no contexto do conflito armado, podem ser equiparados a uma arma, sobretudo por se saber que o inimigo não hesitará em usa-la de forma a desmotivar as nossas tropas ou como propaganda (Santos J. M., 2000).

Segundo o Gen Loureiro dos Santos as relações entre os media e a instituição militar são algo tenebrosas, mas nem sempre antagónicas. O que normalmente acontece, são situações em que os militares querem guardar segredo, e preferem que as notícias transmitidas não sejam totalmente verdadeiras, mas antes vantajosas e os jornalistas apenas estão interessados em relatar os factos (Santos cit. em Machado & Carvalho, 2004). De acordo com Felipe (2004), que no seu artigo fala do conceito de jornalismo para a paz, os militares têm a necessidade de mentir, na medida em que, por vezes, dizer a verdade é uma traição.

O Gen Barrento (2008) num dos seus artigos na revista militar fala sobre problemas actuais na instituição militar e afirma que os OCS não se limitam a informar, procuram, muitas vezes, o sensacionalismo e a polémica mesmo que para isso sacrifiquem a verdade. Existe, então, um clima de desconfiança mútua.

As operações de apoio à paz são assuntos que interessam particularmente aos jornalistas, a par do armamento e das novas tecnologias. É do interesse do Exército dar a conhecer ao país o seu empenhamento (Machado & Carvalho, 2004).

Na nova tipologia de operações em que o inimigo é uma incógnita, a gestão da opinião pública é um factor essencial (Rodriguez & Fernandez, 2002). Isto porque estas operações não suscitam o interesse imediato do público e é uma tarefa muito complicada para os OCS criarem uma opinião unânime no seio da população (Mesquita, 1986).

---

<sup>2</sup> Meios de comunicação de massa como por exemplo a televisão, o rádio, a internet.



## 2.2 Cultura jornalística VS Cultura militar

Estas 2 profissões têm condutas que por vezes se assemelham mas muitas vezes se distanciam. Os militares têm que salvaguardar a informação enquanto os jornalistas combatem a todo o custo a censura<sup>3</sup>. O cerne da questão é que muitas vezes estes profissionais têm que trabalhar em conjunto, numa relação que requer um respeito mútuo.

### 2.2.1 Cultura jornalística

*“São considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias<sup>4</sup> ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados à divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão electrónica”.*<sup>5</sup>

Os jornalistas são admirados pelo público e têm a capacidade de influenciar a opinião pública, mas muitas vezes o jornalista escolhe um ângulo e reporta alguns factos negligenciando outros (Machado & Carvalho, 2004). Por exemplo, há uma tendência manifesta para romantizar um cenário de guerra, pela carga mítica que se lhe associa (Santos J. R., 2003). Mas o código deontológico<sup>6</sup>, que dita a conduta destes profissionais, diz que os jornalistas devem evitar ao máximo o sensacionalismo e devem relatar, com o máximo de exactidão, os factos.

O trabalho do jornalista consiste em recolher, para depois divulgar, todas as informações que possam interessar ao público a quem ele se dirige. Esta é a sua missão. O grau de importância da notícia é o jornalista que analisa (Deschepper, 1990). Esta análise deve ser o mais honesta possível pois o código deontológico destes profissionais apela a isso mesmo. Mas é preciso ter em atenção os limites da liberdade de imprensa.<sup>7</sup>

A informação que os jornalistas procuram deve obedecer a dois princípios: Os assuntos que interessam têm que ser novos e actuais, ou seja, algo desconhecido pelo público em geral. Mas não basta só ser algo novo e actual; é necessário que esse assunto seja do interesse geral do público, ou de uma categoria específica (Deschepper, 1990).

Para criar um bom relacionamento com os jornalistas é necessário corresponder às suas expectativas. Para isso é necessário fornecer-lhes uma informação o mais rápido

---

<sup>3</sup> Ver alínea 3 artº1 lei nº2/99 de 13 de Janeiro, ver alínea 1 artº 7 lei nº1/99 e ver Anexo A – Código Deontológico dos Jornalistas.

<sup>4</sup> “Forma fundamental da informação corrente sobre acontecimentos públicos, em todos os tipos de media” (McQuail cit. em Moreira, 2007: 7).

<sup>5</sup> Alínea 1 do artº1 da lei nº 1/99 de 13 de Janeiro.

<sup>6</sup> Ver Anexo A – Código Deontológico dos Jornalistas.

<sup>7</sup> Artº3 da lei 2/99 de 13 de Janeiro.



possível, quer seja boa ou má (Deschepper, 1990). O *timing* em que o Exército produz informação e a velocidade que os OCS a pretendem não são, muitas vezes, compatíveis (Tomé, 2006).

Todos os detalhes devem ser facultados, para que o artigo não saia deturpado (Deschepper, 1990). A veracidade da notícia transmitida é um dos factos que causa fricção nas relações entre jornalistas e militares. De acordo com o trabalho realizado por Machado & Carvalho (2004), o grau de veracidade da notícia está relacionado com o jornalista, isto é, se este é especialista na área que aborda ou não. Os artigos deturpados surgem, muitas vezes porque os jornalistas estão mais interessados na venda da notícia do que em reportá-la (Santos J. M., 2000). Já Mesquita (1986), num dos seus artigos sobre esta temática, diz que os jornalistas portugueses têm que se tornar mais competentes e mais cultos no que diz respeito à defesa. Os jornalistas que não são especializados na área abordam estes assuntos, esporadicamente, e sentem inúmeras dificuldades, o resultado é uma notícia que não abona muito a favor do rigor ou da veracidade (Machado & Carvalho, 2004). Muitas vezes estes profissionais sentem dificuldades em distinguir combatentes de não combatentes, actos de guerra ou criminalidade (Tomé, 2006).

Deve-se facultar aos jornalistas o acesso a fonte autorizada, para falarem com o responsável mais bem informado. E, muito importante, deve-se mostrar confiança no trabalho destes profissionais (Deschepper, 1990).

O meio jornalístico é altamente competitivo. Cada um quer ser o primeiro e o melhor a reportar a notícia (Deschepper, 1990). Estão sempre sujeitos a uma elevada pressão da concorrência, da imprensa e do público em geral (Machado & Carvalho, 2004). Por estes motivos, os jornalistas preferem os contactos pessoais ao invés dos comunicados de imprensa. Estes contactos devem ser feitos com regularidade para se criar uma relação de confiança e compreensão mútuas, mesmo aqueles que escrevem notícias contra a instituição; isso não pode abalar as boas relações, o que se torna por vezes um desafio. De vez em quando, para fomentar esta boa relação, devemos confiar alguns exclusivos aos jornalistas (Deschepper, 1990).

Embora uns mais do que outros, os jornalistas recorrem a fontes paralelas embora reconheçam que a fonte Exército é fiável. Alguns acham que, por vezes, a verdade é contornada. Daí a necessidade de confrontarem outras opiniões e obterem mais informação (Machado & Carvalho, 2004). Este parâmetro das fontes paralelas leva-nos a outro parâmetro, as conversas *off record*. Nestas conversas a fonte não pode ser identificada, mas vão auxiliar bastante o trabalho jornalístico. Nelas os jornalistas tentam "sugar" toda a informação para depois confrontar com outra fonte paralela e assim publicarem a sua notícia (IESM, 2007). Daí que Deschepper (1990) diga que se deve evitar as familiaridades. É importante não confundir trabalho com amizade.



“A cobertura de guerra é uma actividade organizada e regulamentada e não uma acção aventureira ou anárquica” (Santos J. R., 2003: 133). A cobertura de guerra é uma actividade exigente para os jornalistas. Nem todos estão dispostos a isso, mas têm sempre a opção de a abandonar. Os jornalistas só contrariam os militares quando sabem que daí não resulta perigo (Santos J. R., 2003).

Existe um novo conceito que é o jornalismo para a paz. Este defende que não basta relatar os factos, tem que se explicar as causas e apontar para a saída pacífica dos conflitos. Isto não implica que não se mostre a violência e as atrocidades cometidas em guerra; este conceito apela a que essas imagens sejam divulgadas, mas de uma maneira responsável (Felippe, 2004).

### 2.2.2 Cultura militar

Os militares têm a sua liberdade de expressão desde que não ponham em risco a disciplina e coesão das FA. De acordo com alínea 2 do mesmo artigo “os militares (...) estão sujeitos ao dever de sigilo relativamente (...) ao equipamento e à acção operacional das Forças Armadas”<sup>8</sup>. E de acordo com o RDM<sup>9</sup>, “Infracção de disciplina punível por este Regulamento é toda a omissão ou acção contrária ao dever militar”.

Existe a ideia, no meio castrense<sup>10</sup>, que os jornalistas andam sempre à procura de algo negativo na instituição, mas também é reconhecido que os media são um meio para transmitir uma imagem benéfica para a instituição (Machado & Carvalho, 2004). Segundo Santos (2000), num artigo sobre os media no Jornal do Exército, o Exército tende a preservar a informação que possa pôr em causa a segurança das operações enquanto os jornalistas querem, a todo custo, obter informação alegando liberdade de imprensa e direito público à informação. Estas relações tendem a ser mais tenebrosas em tempo de crise. A nossa instituição está aberta aos OCS, mas apresenta limitações no que diz respeito a aspectos que venham a denegrir a imagem do Exército. No entanto, a instituição pratica uma política activa na relação com os OCS, fornecendo informações quando solicitadas por iniciativa própria. Os jornalistas depois publicam, ou não, conforme o seu interesse (Machado & Carvalho, 2004). Mas há opiniões que afirmam não existir um contacto permanente entre os militares e jornalistas (Santos J. M., 2000).

---

<sup>8</sup> Alínea 1 do artº28 na lei orgânica nº1-B/2009

<sup>9</sup> Como trabalho incide essencialmente no ano de 2000 o artigo é referente ao art 3º do RDM sem as novas alterações.

<sup>10</sup> “Termo que deriva do castro ou seja das fortalezas utilizadas no tempo dos pré-romanos e romanos. Tudo o que se passava dentro do castro estava relacionado com a defesa e sobrevivência e a vida era fundamentalmente militar. Assim a vida militar era a vida castrense” (Machado & Carvalho, 2004: 27 e 28).



A relação entre o Exército e os OCS tem evoluído devido a dois factores essenciais: a privatização dos OCS e o envolvimento do Exército em operações de apoio à paz. Mas na opinião de alguns jornalistas ainda há um caminho longo a percorrer (Machado & Carvalho, 2004).

Os OCS são algo a que os militares hoje em dia não podem fugir, pois estes marcaram sempre presença nos TO. Com a evolução tecnológica, cada vez mais se torna crucial saber lidar com os media. Actualmente, é fácil aceder a imagens de satélites e consequentemente a imagens do TO ameaçando assim o factor surpresa e alterando as dinâmicas e estratégias da guerra (Santos J. M., 2000). É através dos OCS que se consegue o apoio ou condenação das operações militares, pois é um factor motivacional (ou vice-versa). Através deles podemos obter mais ou menos recursos e sustentar ou não o empenhamento no conflito (Tomé, 2006). Por isso a instituição deve adoptar medidas que visem proteger a instituição dos aspectos negativos e aproveitar os media para exponenciar a imagem da instituição (Santos J. M., 2000). Os media são um meio essencial para o comandante de qualquer Força e por isso deve estar apto para comunicar através deles (IESM, 2007).

Já José Rodrigues dos Santos (2003) é peremptório em relação a alguns destes aspectos. Diz que os Exércitos têm uma maneira subtil de controlar os OCS de forma a usá-la da maneira mais vantajosa e nota-se um esforço, por parte da instituição, para fornecer informação correcta de modo a não serem obrigados a desmentir alguma notícia. Ele afirma ainda que a imprensa será sempre condicionada pelas determinações dos militares e políticos e os jornalistas só vão para os TO quando há um interesse nisso. Os media são cúmplices e difusores das estratégias e discursos militares e políticos, sacrificando muitas vezes a objectividade para enfatizar os feitos dos “nossos” (Felippe, 2004). A ausência de desconfianças entre jornalistas e militares vai proporcionar um aumento exponencial do moral das tropas, pois isto assegura que os seus actos de bravura, as suas privações e os seus esforços serão vistos pelo seu povo e serão reconhecidos (Santos J. M., 2000).

A missão do Exército, as suas actividades e a maneira como gasta os recursos financeiros para contribuir para a segurança e bem-estar do povo, deve ser do conhecimento dos portugueses, mas estas informações são de difícil leitura e deformam a imagem e o moral de quem serve a instituição, porque muitas vezes quem as escreve, são jornalistas leigos na matéria (Barrento, 2008).

Os especialistas na área de defesa em Portugal são poucos, mas têm contactos privilegiados e alguma experiência. Estes “especialistas” têm a perfeita noção das restrições do Exército, o que abona a favor da instituição. O esforço é reconhecido e é dada



informação mais detalhada a estes profissionais (Machado & Carvalho, 2004).<sup>11</sup> É crucial que os militares não forneçam informação falsa; é a pior coisa que se pode fazer, porque os jornalistas recorrem sempre a informações paralelas (Tomé, 2006).

No Exército existem “peritos” na área RP<sup>12</sup>, que vão ser o elo de ligação com a instituição e os OCS. Se necessário, a instituição faz uso do seu direito de resposta para esclarecer mal entendidos. Se um jornalista pretende saber a posição do Exército em relação a determinado assunto ou visitar uma unidade, este entra em contacto com a SIPRP, actualmente SCRIP (secção que está sob a alçada do Gabinete do CEME). As orientações e directivas respeitantes ao relacionamento com os OCS vêm do MDN (Machado & Carvalho, 2004).

Um factor que vai potenciar a relação dos media com os militares é o facto de a instituição dar a notícia no momento preciso e oportuno (IESM, 2007). Isto vai fazer com que a instituição não seja confrontada com assuntos para a qual não está preparada. Normalmente as notícias que interessam são assuntos delicados que requerem tempo para o porta-voz do Exército se preparar (Machado & Carvalho, 2004).

Existem três tipos de políticas de informação pública que estão uniformizados nos países da OTAN: activa, semi-activa e passiva. Na activa o Exército tem uma postura pró-activa, ou seja procura os media para transmitir algo, geralmente algo favorável. Na semi-activa é uma postura mais reactiva, facultando informações voluntariamente de forma a evitar polémicas. Na passiva, são os media que procuram os militares; não se pretende chamar a atenção dos OCS. (IESM, 2007)

## **2.3 Lições aprendidas: Relatos no “terreno”**

### **2.3.1 Vietname e Malvinas**

Para iniciar este subcapítulo é pertinente falar do caso Vietname, pois foi o primeiro conflito na história em que a imprensa teve total liberdade.

Neste conflito não houve qualquer tipo de censura por parte dos militares face às exigências dos jornalistas. Estes tinham a total liberdade de expressão que vem criar uma dicotomia de opiniões, pois na altura outros políticos da oposição começaram a questionar a necessidade daquela guerra e os jornalistas foram obrigados a mostrar a outra face da mesma (Santos J. R., 2003). Este conflito também é marcado pelo avanço tecnológico, câmaras que chegam ao tamanho portátil, os satélites que permitem ver as notícias quase

---

<sup>11</sup> É importante não confundir trabalho com amizade nestas situações.

<sup>12</sup> “*Esforço planeado e constante para estabelecer e manter a boa vontade e o entendimento mútuo entre uma organização e o seu público*” citado por Black (2001) *Institute of Public Relations* (IESM, 2007: 5-71).



em tempo real (IESM, 2007). Esta liberdade dos OCS veio afectar bastante o moral das tropas.

O Vietname representa um marco traumático nas relações entre militares e jornalistas. As televisões evitavam mostrar imagens que identificassem as vítimas para as famílias tomarem conhecimento das mesmas, através das directivas do Departamento de Defesa<sup>13</sup> (Santos J. R., 2003). As imagens televisivas pela sua carga simbólica estão sujeitas a um maior controlo, pois estas acarretam consigo um poder desmotivador tanto para as tropas em combate, como para a opinião pública, que suporta o esforço de guerra (Rodriguez & Fernandez, 2002). Luís Castro (2007) quando esteve em Angola assistiu à execução de um homem. Podia ter filmado essa execução e ter ficado rico, pois aquela imagem correria o mundo, no entanto rejeitou a hipótese, respeitando a ética jornalística.

Os ingleses com os exemplos do Vietname, tomaram uma atitude diferente na guerra das Malvinas<sup>14</sup>. Nesta, os jornalistas foram seleccionados meticulosamente e era aplicada a censura na fonte, e a maneira dos jornalistas contribuírem para o esforço de guerra, era actuando junto da opinião pública. Foram excluídos jornalistas de países neutrais. Face aos protestos, os responsáveis britânicos autorizaram uma *pool*<sup>15</sup> de 12 jornalistas (IESM, 2007). Os Militares manipularam a informação toda a seu favor, nesta guerra (Santos J. R., 2003).

### 2.3.2 Caso português na Bósnia

Falando agora um pouco das nossas participações nos diversos TO, começemos pela missão na Bósnia. Durante a fase de aprontamento<sup>16</sup> para a missão, as relações Exército – OCS correram relativamente bem, salvo algumas questões polémicas referentes ao voluntariado da missão e seu equipamento. Os OCS, com a permissão do Exército, viram alguns exercícios e visitaram unidades, usualmente, sempre acompanhados com o chefe da SIPRP. Nesta fase a OTAN fez chegar, entre outros documentos, directivas relativas à informação pública para esta missão. Directivas essas muito importantes, pois o ministro da Defesa Nacional<sup>17</sup> deu total liberdade de acção aos militares para se relacionarem com os OCS. A Força, já no final do aprontamento recebe um oficial responsável pela ligação dos jornalistas aos militares e, ao mesmo tempo, à estrutura da OTAN (Machado & Carvalho, 2004). Esta missão representa a descoberta da dimensão do Exército por parte dos media;

---

<sup>13</sup> O FM 3.6.1 diz que as famílias também requerem um treino em R.P.

<sup>14</sup> Ou guerra das Falklands.

<sup>15</sup> “*Consiste num número limitado de representantes dos media, que acordam representar um número mais alargado de organizações de comunicação social, com a finalidade de recolher e partilhar informações durante uma actividade específica.*” (IESM, 2007: 5-73).

<sup>16</sup> Fase de preparação para a missão.

<sup>17</sup> Na altura António Vitorino.



foi uma experiência nova para os jornalistas e militares, sem precedentes, obrigados a trabalhar em conjunto (Pereira, 2005).

Na chegada ao TO constatou-se que os militares estavam poucos familiarizados com a doutrina OTAN, pois não sabiam como lidar com os jornalistas. O primeiro caso surge com a morte de dois militares portugueses quando o grosso da Força ainda se encontrava em Portugal ou em trânsito para o TO. Foi elaborado um comunicado conjunto submetido à aprovação da IFOR. Entretanto há uma fuga de informação e a *France Press* emite um comunicado muito parecido ao que estava a aguardar aprovação. O MDN e o EME prometeram aos jornalistas alojamento, alimentação e acompanhamento no terreno. Isto causou polémica, pois os jornalistas foram induzidos em erro relativamente ao trabalho de campo. Este facto proporcionou notícias pouco favoráveis ao Exército. O MDN reagiu a dois níveis: primeiro esclareceu de quem era a responsabilidade da informação pública na operação e, segundo, a doutrina OTAN foi implementada (Machado & Carvalho, 2004). Nas primeiras semanas, com a falta de histórias e com a pressão mediática, os jornalistas contactavam com os nossos militares e publicavam alguns dos seus desabafos (como por exemplo estarem mal equipados) (Pereira, 2005). Esta missão serviu para os portugueses ganharem algum traquejo nestas andanças com jornalistas e retirarem lições aprendidas para futuras missões (Machado & Carvalho, 2004); serviu também para a OTAN potenciar a sua imagem na opinião pública, pois era política corrente tratar bem os jornalistas para assim estes transmitirem notícias favoráveis das tropas no terreno (Pereira, 2005). O efeito CNN, como chama o Dr. Pereira (2005), a par das novas tecnologias, tornam muito difícil a censura na fonte – Exército. Mas estas novas tecnologias também trazem problemas acrescidos; se antes havia tempo para emendar um erro na transmissão de notícias, hoje, com as novas tecnologias as notícias chegam quase em tempo real, o que não permite aos repórteres de emendarem o erro em tempo útil (Tomé, 2006).

Na missão da Bósnia havia uma *Info Operation*, uma estrutura sofisticada, que tinha canais directos com as populações da Bósnia, através da rádio IFOR, TV IFOR ou do jornal *Herald Peace*.

### **2.3.3 Caso português do Kosovo**

No início os jornalistas que se mantiveram no TO, após os bombardeamentos no Kosovo, estiveram sujeitos a uma grande restrição de movimentos e a uma censura (quanto a imagens televisivas) imposta pelos militares. Durante os bombardeamentos foram cometidos alguns erros, mas os militares contaram com a cumplicidade dos media (IESM, 2007). A informação dada aos jornalistas, nesta fase, era muito limitada para manter o factor surpresa (Santos J. R., 2003). Os sérvios muitas vezes recusavam-se a falar com os



jornalistas, alegando que estes só iriam distorcer o que eles contassem (Steele cit. em Pureza e Ferrándiz, 2003 cit. em Felipe, 2004).

A preparação dos nossos militares para o Kosovo foi alvo de entrevistas por parte dos media. Logo nesta fase, a SIPRP incentivava os militares a falarem com os jornalistas. Quando havia vontade por parte dos jornalistas, o Exército fornecia alimentação, alojamento e avião militar. As relações com os jornalistas, por parte dos militares, obedeciam à doutrina OTAN. Neste caso as imprensas regionais portuguesas (de onde eram originários os militares) e as imprensas locais tiveram todo o apoio do Exército. Isto deu mediatismo aos nossos militares. Nesta missão, os jornalistas acompanhavam as missões no terreno e, usualmente, podiam fazer reportagens sobre a vivência dos militares naquele TO. A imprensa local, no Kosovo, foi muitas vezes hostil ao trabalho desenvolvido pelo militares portugueses e, o que evitou um escândalo, foi o trabalho sério dos nossos militares, que levaram consigo alguns desses jornalistas locais, para tomarem conhecimento do trabalho português (Machado & Carvalho, 2004).

O grande teste à Força surgiu com a crise do urânio empobrecido, em que o Exército não lidou bem com a situação e a imprensa também não. Apesar da pressão mediática, o contingente português manteve-se coeso e cumpriu a sua missão (Machado & Carvalho, 2004).

Nesta missão, a OTAN preocupa-se mais intensamente com a imagem transmitida e passa a contar com as *Info Operations*, onde estavam consagradas as operações psicológicas, destinadas a influenciar as atitudes e comportamentos da opinião pública (IESM, 2007).

A internet foi um avanço tecnológico que surgiu nesta altura, tendo sido usada como propaganda e como fonte de informação alternativa, onde se cruzavam diversas fontes (IESM, 2007).

### **2.3.4 Caso português em Timor**

Timor era uma causa querida por toda a opinião pública portuguesa, e contou com os jornalistas primeiro, com os militares depois. O interesse destes jornalistas era apenas relatar os factos vividos naquela altura. Mas há referência a alguns jornalistas que não passavam de activistas que mentiam para receber, a peso de ouro, as informações que iam obtendo, carregando-as com uma dose superior de dramatismo (Carvalho, Araujo, Vegar, & Alvarez, 2000).

Quando a FND entrou em aprontamento, em Tomar, a imprensa mostrou grande interesse em acompanhar esta Força. Os sucessivos adiamentos da partida para Timor, devido à falta de comparência dos meios da ONU, levaram a alguns gozos, por parte dos



OCS. Esta situação foi tema de debate político entre o governo e a oposição (Machado & Carvalho, 2004).

A FND dispunha de um oficial de informação pública no sector central<sup>18</sup> e o batalhão dispunha de mais dois. A estrutura de informação pública, no terreno, era semelhante a doutrina OTAN. (Machado & Carvalho, 2004)

A acção dos militares<sup>19</sup>, mesmo em operações reais, decorreu com alguma descoordenação com os jornalistas. O Exército comete um erro crasso ao favorecer alguns jornalistas em detrimento de outros. Isto não abona a favor de uma instituição que pretende agradar a todos OCS. A agência Lusa, descontente, pública uma notícia que descreve a operação, em detalhe, um dia antes de acontecer. No dia seguinte à operação a RTP1 transmitiu em directo de Dili e nem uma palavra foi dita sobre os militares portugueses (Machado & Carvalho, 2004).

Em finais de Setembro, surge um confronto armado entre portugueses e milícias, o enviado da RTP dramatizando o acontecido transformando-o em notícia de primeira página, o que leva o ministro da Defesa Nacional a pedir à televisão a cooperação dos jornalistas para não mostrarem os rostos dos militares. Havia uma falta de regras para estas situações. Nos dias seguintes surgem debates que visavam a importância do contingente ser reforçado (Machado & Carvalho, 2004). Segundo Luís Castro (2007), o ministro da Defesa terá sido pressionado por alguns Generais que, eventualmente, não gostavam daquilo que viam. Luís Castro (2007) era um dos jornalistas que estava em Timor nesta altura e relata que foi alvo de alguns ferimentos verbais, ao início, quando tentava integrar-se. Demonstrou, no entanto, que respeitava o trabalho das nossas tropas e que os compreendia nas suas angústias. Daqui resultou um melhor entendimento.

Esse jornalista acompanhou algumas patrulhas. Quando ia, havia uma constante preocupação, por parte dos militares, de darem conselhos de TIC para evitar que fossem detectados. Nesta patrulha não se passou nada, mas daí a umas horas a equipa da RTP 1 ia partir para outra patrulha e informou a redacção que nesta patrulha havia grande probabilidade de encontrar milícias (Castro, 2007). Será que esta informação era para ser dada? Com o decorrer desta operação morrerem dois militares, vítimas de um acidente de helicóptero. Esta notícia chegou primeiro às famílias através dos OCS do que através do canal Exército. As causas do acidente e o acidente em si não foram muito aprofundadas, porque também as declarações dos militares foram comedidas. Apesar disto, o empenhamento do contingente português não foi posto em causa pelos OCS. A SIPRP no acompanhamento às famílias manteve sempre os OCS informados. Os motins que existiram

---

<sup>18</sup> Este ligava-se directamente com o chefe da célula de informação pública da PKF e com o EMGFA em Lisboa (Machado & Carvalho, 2004).

<sup>19</sup> Na altura já o 2ºBIPara tinha rendido o 1ºBIPara em Timor.



em Díli a 3 e 4 de Dezembro em que os militares portugueses tiveram de actuar, os aspectos militares da operação não foram transmitidos, porque houve uma constante preocupação de manter os OCS informados e o ministro da Defesa Nacional tomou o leme. Posto isto, a imprensa ainda elogiou as acções dos militares (Machado & Carvalho, 2004).

## **2.4 A especificidade do trabalho jornalístico: Preparação e acompanhamento de Forças militares**

### **2.4.1 Formação dos Jornalistas**

Na famosa guerra do Vietname, o nosso país, também marcou presença com um enviado especial. Este homem teve treino militar e usava uma M16<sup>20</sup>. Teve acesso a informação privilegiada e praticamente não foi censurado (Santos J. R., 2003). O facto de os jornalistas passarem “nas fileiras” ajuda bastante na compreensão do trabalho dos militares, com a profissionalização do Exército e o fim da conscrição, estes exemplos de jornalistas que estiveram nas fileiras, tendem a desaparecer (Machado & Carvalho, 2004).

No território nacional, em 1995, no CIOE<sup>21</sup> começaram a decorrer estágios de sobrevivência para jornalistas; isto para colmatar lacunas na formação dos jornalistas e assim potenciar as relações com os militares, para eles terem um contacto com o nosso mundo. O programa deste curso continha módulos de sobrevivência, educação física militar, informação e contra informação (PG), defesa NBQ, sapadores, TIC, topografia e montanhismo (IESM, 2007). De acordo com Santos (2003), os correspondentes de guerra são os enviados de TV, pois esses andam no terreno à procura de imagens. Os enviados das rádios ou dos jornais, normalmente estão em hotéis luxuosos assistindo a noticiários ou recolhendo informações para escreverem os seus artigos, enquanto os enviados de TV submetem-se a condições nefastas muito semelhantes às dos soldados só para obter informação, como relata Luís Castro (2007) no seu livro.

Segundo um acordo ratificado entre o IDN e o sindicato dos jornalistas, foram ministrados cursos de segurança e defesa, que tiveram mais participantes do que o curso de auditores de Defesa Nacional. Visavam aperfeiçoar as competências de análise e diagnóstico no âmbito das relações internacionais e o papel de Portugal na Comunidade Europeia, entre outros assuntos pertinentes<sup>22</sup> (IESM, 2007).

Para a operação Liberdade do Iraque, em 2003, os jornalistas foram submetidos a treinos específicos para acompanharem os militares americanos nas suas operações, surge então o termo *embedded* (IESM, 2007).

---

<sup>20</sup> Arma ligeira individual standard do Exército americano na altura.

<sup>21</sup> Actualmente CTOE, Centro de Tropas de Operações Especiais.

<sup>22</sup> Ver Anexo B – Programa do curso de Segurança e Defesa para Jornalistas.



Nos EUA e alguns países europeus estes cursos são ministrados, mas têm elevados custos. Os jornalistas passam por muitos perigos durante a cobertura de um conflito, por isso esta formação é muito pertinente. Os objectivos do curso é aumentar a capacidade de sobrevivência, conhecer o equipamento e armamento mais frequente, orientação e primeiros socorros. A situação *embedded* é mais vantajosa que as outras para cobrir um TO. Portugal também investe neste género de cursos. Pelo menos, no ano de 2007 realizou-se um curso de curta duração para jornalistas na tapada de Mafra e em Santa Margarida (Grade, 2007).

Estes jornalistas “*aceitam e assinam um documento com dezenas de limitações*” (Castro, 2007: 261). Saul Landau é mais incisivo, dizendo que estes jornalistas são escravos voluntários, que estão sob a égide dos militares e só vêem, ouvem e vão para onde os militares querem (Felippe, 2004).

### **2.4.2 Formação dos militares**

Na Bósnia, como já foi referido, a falta de linhas orientadoras e formação, tanto de militares como de jornalistas, criaram conflitos. Também pelo facto de a experiência de ambas as partes ser muito reduzida. Isto foi um catalisador para se investir na formação desta área.

Na participação de Portugal no conflito do Kosovo houve uma palestra ministrada pela SIPRP sobre interacção com os media. Existia um oficial que acumulava funções e transmitia a informação aos media (Machado & Carvalho, 2004).

Em Timor, o oficial de relações públicas teve um estágio orientado para a missão na SIPRP, isto antes de partir com o contingente português (Machado & Carvalho, 2004). Houve alguma preocupação na formação dos militares para a relação com os media. Na SIPRP, anualmente, (até 1998) eram enviadas pessoas para frequentar, no comando da OTAN, um curso sobre informação pública. Pontualmente os oficiais da SIPRP frequentam cursos ligados a esta temática no Instituto Nacional de Administração (Machado & Carvalho, 2004).

## **2.5 Segurança dos jornalistas nos TO**

Nos novos TO, com as enchentes de jornalistas que acompanham as FNDs, os militares deparam-se com uma nova missão, a necessidade de garantir a segurança dos jornalistas. Os jornalistas, no entanto, contestam esta ideia porque põe em causa a sua isenção (Santos J. M., 2000). Muitas vezes toda a logística é por conta dos militares (Castro, 2007). Os beligerantes já tomaram consciência do verdadeiro poder dos media e isto, por vezes, em casos extremos, leva à intervenção externa. Apenas no ano de 1999, contaram-se trinta e seis vítimas mortais de jornalistas em conflitos armados. Em muitos casos, estes profissionais são alvos prioritários como foi o caso na Serra Leoa, em que 10 repórteres foram mortos. Quando estes profissionais não morrem é solicitada uma intervenção dos



militares para os libertar. De acordo com a 4ª convenção de Genebra os jornalistas são civis e devem ser protegidos como tal (Santos J. M., 2000).

O conselho da Europa na sua recomendação R(96)4, 3 de Maio de 1996, estipula algumas normas a seguir pelos estados membros no que diz respeito à segurança dos jornalistas. Esta recomendação tem três capítulos: Segurança física, Direitos e Condições de Trabalho. Esta recomendação enfatiza a liberdade de movimentos, o acesso às fontes e a comunicação para o exterior. Destaca aspectos como o da não discriminação dos jornalistas, a assistência médica e a censura, quando a segurança está em causa. Existe também uma carta elaborada pela organização Repórteres sem Fronteiras, que apela ao apoio mútuo e troca de informação destes profissionais nos TO. Fala também das responsabilidades da entidade patronal no que diz respeito à formação, à experiência, à vontade do jornalista e ao fornecimento de equipamentos de protecção. Este documento contribuiu para a adopção da resolução número 1738 por parte do conselho de segurança da ONU, sobre a protecção de jornalistas nos TO (IESM, 2007).

A segurança dos jornalistas *embedded* que acompanham as Forças militares é da inteira responsabilidade dos militares e, segundo as convenções de Genebra, se os jornalistas forem capturados, são considerados prisioneiros de guerra (Simon, 2003).



## Capítulo III - Capítulo metodológico

### 3.1 Introdução

Neste capítulo será descrito mais detalhadamente o método científico usado, especificando as opções tomadas, para materializar o “trabalho de campo” efectuado.

### 3.2 Modelo de Estudo<sup>23</sup>

A nossa Pergunta de Partida é: **“Que condicionantes se colocaram ao trabalho operacional dos militares (VD) do 1º BIPara em função da presença de jornalistas portugueses (VI) no TO de Timor no ano de 2000?”**

Pretende-se então perceber como se materializou a influência da variável<sup>24</sup> independente (VI) ou condicionadora considerada no presente estudo; a saber: a **“presença de jornalistas portugueses a realizar cobertura mediática das acções no território de Timor”**; e como esta condicionou, a *variável dependente* (VD) ou de chegada; na **“acção operacional militar do 1º BIPara”**.

Em função do quadro conceptual mobilizado para a tentativa de compreensão da problemática em questão, chegamos à conclusão que seria pertinente estudar as seguintes condicionantes (VI - derivadas):

**(VI<sub>d1</sub>)** a formação recebida por parte dos jornalistas e dos militares do 1º BIPara;

**(VI<sub>d2</sub>)** relacionamento destas duas profissões no TO de Timor.

E o seu impacto respectivamente em (VD - derivadas):

**(VD<sub>d1</sub>)** acompanhamento das operações/tarefas do 1º BIPara por parte dos jornalistas no TO;

**(VD<sub>d2</sub>)** a veracidade e impacto das notícias transmitidas sobre o 1º BIPara.

Em função da articulação das respostas produzidas pelo modelo teórico proposto procuramos chegar à resposta do problema. Para atingir este desígnio foram postas as seguintes questões derivadas, e as suas respectivas hipóteses de resolução:

- **Qd<sub>1</sub>**: Qual o tipo de conhecimentos/formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?
- **Hd<sub>1</sub>**: Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo, respondiam às necessidades; era dada uma palestra nesse âmbito pela SIPRP e a experiência dos militares em outros TO, também era um factor a ter em conta. Por sua vez a formação dos jornalistas vocacionada para lidarem com os militares, vinha do Serviço Militar Obrigatório, cursos vocacionados para a temática militar.

<sup>23</sup> Ver Apêndice A – Modelo de Estudo.

<sup>24</sup> “Chama-se variável a todo o atributo, dimensão ou conceito susceptível de assumir várias modalidades” (Quivy e Campenhoudt, 2008: 217).



- **Qd<sub>2</sub>**: Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?
- **Hd<sub>2</sub>**: Existe uma certa desconfiança e afastamento, pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo. A isto acresce o facto de os jornalistas encararem os militares como pessoas fechadas, não correspondem às suas necessidades. Desconhecimento do *modus operandi* de ambas profissões. O jornalista *embedded*.
- **Qd<sub>3</sub>**: Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?
- **Hd<sub>3</sub>**: Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem, o valor das imagens e sua interpretação. Tudo isto pode condicionar o planeamento; pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa; são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios; exigem um cuidado prévio nas afirmações/acções.
- **Qd<sub>4</sub>**: Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?
- **Hd<sub>4</sub>**: Nem sempre as notícias são fiéis à fonte, o que é um ponto nevrálgico, na relação entre militares e jornalistas. Essas notícias, além de serem negativas, afectam o moral das tropas. O impacto também pode ser muito positivo, elevando o moral das tropas.

### 3.3 Metodologia

A metodologia é “*uma disciplina instrumental ao serviço da pesquisa; nela, toda a discussão técnica implica uma discussão teórica*” (Martins, 2004: 291).

A recolha de informação foi feita através de bibliotecas militares e civis onde fui compilando os conceitos basilares necessários para construir a sustentação teórica do trabalho; nomeadamente no que diz respeito a cultura jornalística, entre outros conceitos que estão plasmados na parte teórica. O recurso à internet em sites de referência sobre o assunto, como por exemplo o site do 1ºBIPara feito a partir de Timor no ano de 2000, o site da *Janus* entre outros, foi também uma peça chave para a elaboração do trabalho.

Recorreu-se à entrevista sumária e inopinada a elementos chave do campo em investigação. Com isto, proporcionou-se a oportunidade para “limar arestas”, aprofundar o tema, aprimorar o rumo da investigação ou apenas para retirar dúvidas que nos foram surgindo com o decorrer do nosso percurso de investigação.

Depois de realizado o levantamento bibliográfico, levadas a cabo as leituras exploratórias, que definiram o problema e empreendida a revisão literária, vem a parte do trabalho em que se torna necessário explicitar a metodologia aplicada para a realização do trabalho de campo e como foram obtidos os respectivos resultados. À medida que a fase



exploratória foi avançando, houve a necessidade de saber mais sobre o assunto e delimitar o tema, e para isso recorreu-se às entrevistas com testemunhas privilegiadas, do caso em questão.

A abordagem seguida foi qualitativa, muito usual neste tipo de trabalho com o tipo de amostra utilizado. As metodologias qualitativas são as mais indicadas pois permitem aprender as causas e as razões por detrás dos processos. É possível, com esta metodologia, averiguar factores desencadeantes, mais do que a simples constatação de factos.

O método da entrevista foi usado com intuito de obter informação sobre as questões derivadas levantadas durante a pesquisa, de forma a obter uma resposta à questão central e validar, de forma mais coerente, o trabalho. Alguma da informação dada pelos entrevistados relativa ao 1º BIPara foi usada também na parte teórica.

### **3.3.1 A entrevista**

Foram equacionados guiões distintos, de acordo com profissões/funções de cada um, para assim se obter uma multiplicidade de opiniões, aprender possíveis pontos de conflitos, disparidades na percepção do mesmo problema e das suas formas de resolução; com repercussões na acção militar e na cobertura noticiosa. Estes guiões tiveram em conta a função que cada entrevistado desempenhava em Timor, no período temporal estudado. A entrevista utilizada foi semi-estruturada<sup>25</sup> de forma a dar ao entrevistado um à vontade para falar abertamente, embora para evitar que os entrevistados falassem do tema em geral em detrimento do caso particular em estudo fosse necessário, aqui e ali reorientar para o nosso problema em estudo, daí a pertinência do guião criado.

Os locais onde se realizaram as entrevistas foram aqueles que os entrevistados escolheram, normalmente no local de trabalho dos mesmos e em alguns casos, devido ao facto de se encontrarem de férias, foi nas suas casas. O local não se revelou limitativo nem restritivo para o decorrer normal das entrevistas.

Com a utilização desta ferramenta foi possível saber as opiniões e os pontos de vista de cada um dos entrevistados, relacionados com o tema em questão e que convergem para a solução da questão central.

### **3.3.2 A amostra dentro do universo**

O universo, desta parte prática do trabalho, são os militares do 1ºBIPara em 2000, que foram projectados para o TO de Timor e que desenvolveram as suas actividades no sector central, entre Fevereiro e Agosto desse mesmo ano.

---

<sup>25</sup> *“Entrevistas semi-formais ou semi-estruturadas quando o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados”* (Sarmento, 2008; 17).



A amostra integra o grupo de pessoas seleccionadas, dentro do universo das pessoas que estavam em Timor no ano de 2000, ou seja, o nosso público-alvo das entrevistas.

Dos militares que compunham o 1ºBIPara e estavam em Timor naquele espaço temporal procurou-se, entrevistar apenas oficiais do quadro permanente, pois eram estes que ocupavam os cargos de direcção e chefia, o que nos permite apreender com maior acuidade as razões que fundamentaram as decisões. Dentro desse grupo tentou-se que os entrevistados tivessem desempenhado as mais variadas funções, desde o adjunto de companhia até ao Cmdt.

Paralelamente entrevistaram-se jornalistas portugueses, pois o trabalho incide sobre eles também. O intuito destas entrevistas foi ter uma dualidade de opiniões, de forma a tirar conclusões mais precisas e de modo a confirmar ou infirmar algumas hipóteses. Os jornalistas entrevistados estiveram ambos em Timor no mesmo espaço temporal que o 1ºBIPara.

### **3.3.3 Procedimentos**

A obtenção dos contactos para as entrevistas não foi fácil devido ao tempo disponível. Esses contactos foram obtidos através do procedimento *snowball* (Freitas, Oliveira, Saccol, & Moscarola, 1999), como forma eficiente de rapidamente chegar quer aos dados pretendidos quer à interacção com a própria comunidade de militares e jornalistas que serviram em Timor no ano 2000. Alguns dos entrevistados desempenham funções nos estrangeiro, nomeadamente na Índia, Nova Iorque, Bruxelas, o que atrasou um pouco a análise das entrevistas, pois foi necessário aguardar pela disponibilidade dos mesmos.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente redigidas para documentos Word, a pedido dos entrevistados e para facilitar a análise das mesmas. Não foi possível guardar os ficheiros áudio, pois o gravador de voz utilizado não era digital, era de cassetes. Houve o cuidado de enviar para os autores das entrevistas os documentos redigidos, via e-mail, de forma a que estes concordassem com o que estava escrito, ou alterassem o que fosse necessário, e em alguns casos, acrescentassem pormenores que na altura da entrevista não lhes tivessem ocorrido.

Só foi possível entrevistar o oficial de Relações Públicas do contingente, apesar do batalhão dispor de mais dois. Isto porque um deles, por vicissitudes da vida, abandonou o teatro dois meses, após ter chegado e ao outro não foi possível entrevistar por se encontrar no estrangeiro.

No caso particular do Coronel Simões, Cmdt do 1ºBIPara em 2000, foi entendido que havia informação relevante a recolher e optou-se por recolher a informação via email depois de uma conversa telefónica em que se explicou ao pormenor o que se pretendia.



## Capítulo IV – Estudo Empírico

### 4.1 Breve síntese histórica

Com o decorrer dos acontecimentos pós – 25 de Abril, em relação às antigas colónias, Timor não ficou indiferente. É então que se começam a formar partidos políticos, entre os quais se destacam a UDT e a FRETILIN. Tentou-se uma transição pacífica de poder. A UDT tentou arrecadar o poder através de um golpe de estado e a FRETILIN responde com um contragolpe. O governador Lemos Pires não tinha orientações de Lisboa para lidar com a situação e o país mergulhou numa violência fratricida. A FRETILIN reclama a independência a 28 de Novembro de 1975 e os outros partidos pedem auxílio à Indonésia, que invade o país a grande escala sem hesitações<sup>26</sup>. Estes acontecimentos levam o governador a abandonar o país (DIM/EME, 2000).

Esta invasão fez com que os timorenses sentissem a falta da administração portuguesa, pois, apesar de serem uma colónia os portugueses respeitavam a aristocracia timorense e havia paz e justiça (Mattoso, 2005). Esta invasão gera uma resistência timorense e com esta bipolaridade o mundo assiste a uma das maiores tragédias do pós-guerra (DIM/EME, 2000). *“Calculam-se em duzentas mil as vítimas dos combatentes e chacinas, com as forças policiais e militares a usarem (...) meios brutais de tortura”* (DIM/EME, 2000: 23). Os indonésios eram os detentores da força bruta, eram arrogantes e o mais grave, desprezavam o povo timorense. Separavam as famílias como se de gado se tratasse, violavam as mulheres (Mattoso, 2005), esterilizavam forçosamente algumas delas (DIM/EME, 2000), negavam o acesso a hospitais e queimavam-lhes as casas e plantações (Carvalho, et al. 2000).

Os indonésios faziam da pilhagem um negócio, e transformaram o porto de Díli num supermercado de saque (Carvalho, et al. 2000).

A resistência tinha meios muito obsoletos e dependia muito de ajudas, mas tinha muita determinação, persistência e persuasão. Tinha em Xanana Gusmão um líder carismático e um representante especial do CNRT, o prémio Nobel Ramos Horta, uma pessoa muito influente que é hoje em dia o Presidente da República timorense. A contribuição dos timorenses no exílio, a subscrição popular e a solidariedade internacional eram as formas da resistência obter dinheiro (Mattoso, 2005).

A Indonésia recusava-se a falar com a resistência e apenas negociava com Portugal sob a égide das Nações Unidas (Mattoso, 2005).

---

<sup>26</sup> A Indonésia invade Timor – Leste a 8 de Dezembro de 1975 (DIM/EME, 2000).



## 4.2 Missão da ONU e tipologia da missão

A situação caminhava para a desgraça a passos largos; era necessário uma intervenção da comunidade internacional, e em 1993, a ONU manda um enviado especial para verificar as acusações feitas sobre o Exército indonésio. Em 1994 repete este processo. O povo timorense até tinha agendado uma manifestação, mas a igreja impediu a realização da mesma para evitar a violência (Mattoso, 2005).

### 4.2.1 Primórdios da UNTAET

As Nações Unidas nunca viram com bons olhos a anexação de Timor-Leste por parte da Indonésia. Perante os acontecimentos, a ONU tinha que intervir, mas isto só aconteceu devido ao consentimento do Governo Indonésio. Apesar do conceito de “intervenção humanitária” não implicar forçosamente o consentimento das partes. Segundo o embaixador António Monteiro, a ONU ainda não está preparada para este conceito, apesar de legalmente a carta das Nações Unidas admitir, já, o direito de intervenção (IAEM, 2000).

Na sede da ONU, a 5 de Maio, Portugal e a Indonésia assinaram um acordo que previa consulta popular sobre o futuro do povo timorense, a realizar a 8 de Agosto de 1999 (DIM/EME, 2000). Avançou-se com uma Força multinacional de imediato, pois a constituição de uma operação de apoio à paz demoraria demasiado tempo, tempo esse que os timorenses não tinham (IAEM, 2000).

A missão da ONU estava dividida em três componentes: a política, que analisava o ambiente político, a eleitoral que tratou do recenseamento e do referendo, em si e a componente informação para cativar as pessoas a votar. Os OCS desempenharam um papel importantíssimo; sem eles a missão não teria o êxito que teve. A opinião pública mundial mantinha a pressão sobre a Indonésia. Os jornalistas demonstraram muita coragem e dedicação para defender esta causa. Os media portugueses, através dos seus jornalistas, conseguiram mobilizar os meios de comunicação internacional, mas estes, muitas vezes, transmitiam uma verdade distorcida, dizendo que Portugal tinha abandonado os timorenses. Aos poucos foi se mudando essa visão (IAEM, 2000).

Antes de se conhecerem os resultados do referendo, os indonésios faziam ameaças de morte, caso a independência ganhasse, mas o povo demonstra coragem e a esmagadora maioria vai votar (Carvalho, et al. 2000). Estas acções, por parte dos indonésios, iam contra o acordo que tinham assinado. Eles eram responsáveis pela segurança da missão e por criar um ambiente propício para as eleições, condições que a Indonésia permitiu à presença das Nações Unidas (IAEM, 2000).

Era notório que o Exército indonésio apoiava as milícias pois estas estavam cada vez mais activas; a polícia era incapaz de confrontar os militares, isto só sustentava a opinião de que a Indonésia não queria respeitar o acordo (IAEM, 2000). O clima de tensão era enorme



e isso originou um atraso nas operações de recenseamento. Koffi Annan<sup>27</sup> foi obrigado a propor um alargamento do prazo para 30 de Agosto, inicialmente proposto para 22 de Agosto (DIM/EME, 2000).

Apesar de tudo, a missão foi um sucesso, o número total de pessoas recenseadas era cerca de 438000 pessoas, muito superior ao expectável. Depois deste sucesso, as milícias ainda roubaram alguns documentos de identidade e recorriam à extorsão física (IAEM, 2000).

A independência ganhou com a maioria de 74%, mas isso não foi sinónimo de paz, o que levou a ONU, por intermédio do CS, a aprovar a resolução 1264 que autorizava o envio de uma Força multinacional para restaurar a paz e a segurança do território timorense, a INTERFET<sup>28</sup> (DIM/EME, 2000). Mesmo antes de se conhecerem os resultados, o terror já voltava às ruas de Timor – Leste. A sede da UNAMET era um autêntico campo de refugiados (Carvalho, et al. 2000).

O governo indonésio reconhece os resultados a 19 de Outubro (DIM/EME, 2000). Esta missão era intitulada de missão relâmpago, pois teve a duração de onze dias e foi muito intensa (IAEM, 2000). O grosso do *staff* foi evacuado do território, um pouco contra a vontade, e quem era responsável pela segurança da evacuação era o exército indonésio (Carvalho, et al. 2000). Os jornalistas que decidiram ficar também foram alvo de ataques, uma forma da Indonésia controlar a opinião pública, mas alguns conseguiram ficar na sede da ONU (IAEM, 2000).

A 25 de Outubro o CS dá força à UNTAET, uma operação de manutenção de paz, e logo que possível substituiu a INTERFET por uma componente militar da UNTAET (DIM/EME, 2000).

#### **4.2.2 Tipologia da Missão**

A ONU depende dos seus Estados-Membros, pois esta não tem Forças militares; recursos próprios, nacionalidade, ou território por si própria. Esta organização apenas serve para definir os princípios e a legitimidade da paz (Carriço & Silva, 2008).

As operações de apoio à paz são “(...) *operações multifuncionais conduzidas imparcialmente, normalmente em apoio de uma Organização internacionalmente reconhecida, como a Organização das Nações Unidas (ONU) (...) envolvendo forças militares e agências diplomáticas e humanitárias. São desenhadas para se atingir um acordo político de longo prazo ou outras condições específicas, e têm em vista criar um ambiente seguro no qual as agências civis possam reconstruir as infra-estruturas necessárias que possibilitem uma paz autosustentada*” (Ministério da Defesa Nacional, 2005: 14-5).

---

<sup>27</sup> Secretário Geral das Nações Unidas.

<sup>28</sup> Em que o comando foi atribuído a Austrália (DIM/EME, 2000).



As operações de manutenção de paz estão inseridas nas operações de apoio à paz, “geralmente decorrem de acordo com os princípios do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (resolução pacífica dos conflitos) com o intuito de monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz. São desenvolvidas na sequência de acordos entre as partes envolvidas, pelo que decorrem sob o seu consentimento e, por vezes, a seu pedido” (Ministério da Defesa Nacional, 2005: 14-9).

“O processo de manutenção de paz (*peacekeeping*) é definido pelo Conselho de Segurança, sendo que envolve operações militares como as directamente relacionadas com processos de cessar-fogo, ou a monitorização de acordos de cooperação, mas requer também a monitorização de direitos humanos ou a organização de eleições, questões directamente relacionadas com as dimensões policial e civil” (Carriço & Silva, 2008: 62).

Estas missões, como se pode constatar têm características muito próprias, e quando apareceu esta tipologia de missões, o Exército teve necessidade de se adaptar, também por causa das variadas tarefas que acarretam.

Essas tarefas dependem do estado e das circunstâncias da operação. Entre elas destacam-se:

- Observação e monitorização
- Supervisar tréguas e cessar-fogos
- Interposição
- Assistência à transição
- Desarmamento, desmobilização e reintegração
- Operações de restabelecimento da lei e da ordem
- Protecção de operações humanitárias
- Protecção de direitos humanos
- Inactivação de explosivos e limpeza de campos de minas
- Contenção de conflitos
- Separação de beligerantes
- Estabelecer e supervisionar áreas protegidas ou seguras
- Garantir e negar movimentos
- Imposição de sanções (Ministério da Defesa Nacional, 2005).

### **4.2.3 Participação do Batalhão na UNTAET**

O CS da ONU aprovou a resolução 1272<sup>29</sup> que conferia a UNTAET a total responsabilidade da administração de Timor Leste, a autoridade executiva e legislativa e também a administração da justiça. A cooperação entre Portugal, Indonésia e a UNTAET

---

<sup>29</sup> Ver Anexo E – Resolution 1272 (1999).



era fulcral para o cumprimento deste mandato (1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado), 2002).

O batalhão foi projectado para Timor-Leste em 3 levadas, compassadas entre elas, em voos civis. O 1º BIPara era constituído por 707 militares. Para o transporte de material o contingente nacional dispunha de um avião fretado pela ONU, o Antonov 124. Conjuntamente com o material, seguia uma secção de homens. Foram necessárias cerca de oito levadas, conforme relata o oficial de pessoal do batalhão (Oliveira, 2011). Algum material foi num navio português que, demorou mais tempo a chegar ao TO (Simões, 2011).

O quartel-general do 1ºBIPara inicialmente era em Bekora, um bairro da periferia de Díli, mas o dispositivo final ficou sediado em Maubisse (Oliveira, 2011).

O oficial de informação pública tinha a responsabilidade de receber os jornalistas e acompanhá-los nas unidades. Informava o comandante e coordenava os comunicados com o oficial de informações públicas do sector (SIPRP, 2000). De acordo com Machado & Carvalho (2004), o batalhão dispunha de três oficiais de relações públicas, como refere Pires (2011), comandante de companhia de Paraquedistas, no seu depoimento sendo que dois desses oficiais do Batalhão acumulavam funções na área de CIMIC.

As condições iniciais eram nefastas, o batalhão português andou muito tempo a comer ração de combate. Mais tarde começaram a comer com recurso à marmita e talheres através de uma empresa que apoiava a INTERFET. As instalações para banhos também não eram as melhores. O facto de o Batalhão ter sido o primeiro justifica, como se compreende, as dificuldades acrescidas; não havia condições, elas tiveram que ser criadas gradualmente, conforme relata Oliveira (2011), oficial de pessoal do Batalhão. A capacidade de comando e controlo do Batalhão não era a ideal, devido à orografia do terreno e a dispersão do Batalhão ao longo do sector, conforme relata Neves (2011), cmdt da 11ª companhia de Paraquedistas.

O quartel-general da UNTAET estava sediado em Díli. A participação portuguesa ficou materializada com um Batalhão de Infantaria Paraquedista<sup>30</sup>. A Força Aérea contribuiu com 4 helicópteros ligeiros (Alouette III) e um avião C-130 e a Armada contribuiu com uma companhia de fuzileiros integrada no Batalhão e uma fragata<sup>31</sup>. A participação portuguesa, em números, era a segunda mais representada em Timor sendo a primeira a Austrália. Aos portugueses foi atribuído o comando do sector central<sup>32</sup> (DIM/EME, 2000). O sector central dispunha também de uma companhia de Infantaria proveniente do Quênia (1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado), 2002).

<sup>30</sup> Constituído por 2 companhias paraquedistas e 1 companhia de fuzileiros, 1 EREC, 1 companhia de apoio de serviços, um módulo de apoio e uma companhia de engenharia (Palma, 2005).

<sup>31</sup> Ver Anexo C – Organigramas e contribuição de cada país.

<sup>32</sup> Ver Anexo D – Mapa de Timor com os sectores da PKF em 2000.



Na lista das principais tarefas do PORBATT incluíam-se: a manutenção da segurança na sua área de responsabilidade, garantir um pelotão de reserva (OPCON<sup>33</sup> do Sector) com 12 horas de pré-aviso, garantir uma Força (Pelotão) de reacção rápida com 30 minutos de pré-aviso, garantir uma Companhia como reserva do Comandante da PKF com 24h de pré-aviso, manter estreita ligação com a CIVPOL, coordenar as operações de segurança e o reforço da manutenção da lei e da ordem, garantir uma presença permanente em todos os distritos na sua área de responsabilidade, manter uma estreita ligação com a Administração Transitória de Timor-Leste e com a Administração Local, estar preparado para apoiar as equipas de observadores militares; empregar os elementos do destacamento de Operações Especiais em missões determinadas pelo Comandante do Sector e sob o seu comando táctico<sup>34</sup>, e garantir a segurança dos pontos sensíveis de Díli (locais de reabastecimento de água, heliporto, aeroporto de Comoro, Hospital Militar, Centro de Trânsito de retornados) (Palma, 2005). A 15 de Maio, a televisão da UNTAET iniciou as suas transmissões. Essas transmissões consistiam em reportagens, entrevistas, notícias, comunicados de interesse público produzidos pelo povo timorense. Todas as semanas era produzida uma nova fita. A partir de 19 de Junho a rádio UNTAET transmitia 15 horas por dia em quatro línguas diferentes (Gabinete de Comunicação e Informação Pública, 2000).

### 4.3 Análise e discussão

Depois da aplicação dos instrumentos (entrevistas) edificados para a aproximação ao seu objecto de pesquisa (entrevistados), importa agora analisar os resultados obtidos e deles extrair algumas conclusões pertinentes e que possam contribuir para a resolução do nosso problema inicial. Após a exposição e análise desses resultados faz-se a verificação de modo a podermos confirmar ou refutar as hipóteses que foram exploradas.

Para dar início à presente investigação, há que operacionalizar o problema que a desencadeou e que se materializa na seguinte Pergunta de Partida: ***“Que condicionantes se colocaram ao trabalho operacional dos militares (VD) do 1º BIPara em função da presença de jornalistas portugueses (VI) no TO de Timor no ano de 2000?”***.

Para cumprir este desígnio a que nos propusemos e em função das leituras iniciais efectuadas há que expor as considerações extraídas das conversas com os diferentes oficiais que desempenhavam as funções de: cmdt do 1ºBIPara, 2º cmdt do 1ºBIPara, oficial

---

<sup>33</sup> “Autoridade conferida a um comandante para atribuir missões ou tarefas aos comandantes subordinados, articular forças da maneira mais conveniente para a execução de tarefas operacionais(...)” (Ministério da Defesa Nacional, 2005: 2-4).

<sup>34</sup> “Autoridade delegada num comandante para atribuir às forças e unidades sob o seu comando as tarefas necessárias ao cumprimento da missão que lhe tenha sido atribuída” (Ministério da Defesa Nacional, 2005: 2-5).



de operações, oficial de informações, oficial de pessoal, oficial de engenharia do Batalhão, cmdt do módulo de apoio, cmdts das companhias de Paraquedistas, adjunto de uma das companhias de Paraquedistas e o oficial de Relações Públicas do contingente; Há que expor, também, as considerações extraídas das conversas com dois dos jornalistas que estavam em Timor no ano de 2000 no mesmo período que o 1ºBIPara a trabalhar para a RTP 1 e para o Jornal Público na cobertura noticiosa da situação político-social em Timor.

A análise das entrevistas vai incidir primordialmente sobre as seguintes dimensões de análise, as quais se articulam directamente com os eixos explicativos explorados nas questões derivadas e nas respectivas hipóteses: formação (**Qd<sub>1</sub>**), relacionamento (**Qd<sub>2</sub>**), problemas resultantes do acompanhamento de jornalistas nas operações/tarefas (**Qd<sub>3</sub>**) e impacto e fidelidade das notícias (**Qd<sub>4</sub>**).

### 4.3.1 A Formação

Relembrando a respectiva questão derivada colocada: **“Qual o tipo de conhecimentos/formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?”** E partindo do pressuposto que de que os militares quando vão para uma missão terão a formação adequada e suficiente para a executar da melhor forma; levantou-se as seguintes hipóteses derivadas:

#### **HD<sub>1</sub> Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam às necessidades.**

Na obra de Machado & Carvalho (2004) é relatada a existência de melhorias na missão de Timor em 2000. Santana (2011), 2º cmdt, concorda com isso e afirma: *“como já referi, com o resultado das lições aprendidas e das directivas superiores recebidas nesse sentido, melhorou bastante, e penso que, neste caso, a formação foi suficiente”*.

No entanto, parecem existir, relativamente a esta questão, relatos contraditórios dos entrevistados; uma vez que o oficial de operações do 1ºBIPara sustenta que a formação era insuficiente, na medida em que refere que: *“A formação dada na altura, para o comum dos militares acho que era suficiente, no entanto para graduados do batalhão, como o cmdt, 2ºcmdt, oficial de operações e cmdts de companhia se calhar era insuficiente. Deveria haver uma formação para esse grupo específico, formação essa mais exigente e com casos práticos do género (...) Isto porque o jornalista até gosta de falar com o praça sobre assuntos corriqueiros (...) mas as situações mais delicadas são sempre remetidas para as pessoas que eu enumerei”* (Pedro, 2011). Para Neves (2011), cmdt da 11ª companhia de Paraquedistas, esta formação deveria preparar um leque mais vasto de situações: *“a formação que recebemos, pressupunha uma situação perfeitamente definida e era adequada, mas face às situações que vivemos e as condicionantes do TO não”*. Santos



(2011), adjunto da 11ª companhia de Paraquedistas, afirma que esta formação deveria ser mais prática e mais orientada salientando: *“As ideias que nos transmitiram eram muito empíricas. Deveria ter sido feito um esforço maior nesta área. Nós não fazíamos ideia de como nos dirigir a jornalistas e como responder às suas perguntas”*. Simões (2011), cmdt do 1ºBIPara reitera que para *“os restantes graduados do Batalhão penso que deveria haver um treino específico para os mesmos no sentido de aprenderem a lidar com os media, sobretudo como evitar a transmissão de informação inconveniente para os mesmos”*.

Relativamente a esta questão da formação é importante falar da formação do RP do contingente. A sua formação baseou-se em contactos com os órgãos de relações públicas dos três ramos das FA, aquilo que teve foi mais, como o próprio diz, *on job training* (Dias, 2011). O que vai ao encontro daquilo que Machado & Sónia (2004) dizem no seu trabalho referente à missão de Timor *“o oficial de informação pública do sector (...), passou alguns dias na SIPRP, a fazendo aquilo o que se pode chamar um estágio orientado para a missão”*.

Saraiva (2011), cmdt do módulo de apoio, relata na sua entrevista um episódio que teve com uma jornalista em Timor, dizendo que naquele caso concreto não devia ter dado a entrevista a essa jornalista e fala de uma falta de esclarecimento para as coisas serem direccionadas para o local certo.

Do exposto constata-se que à hipótese de que **“os conhecimentos e preparação dos militares para lidar com os jornalistas respondiam as necessidades”**; não é confirmada pelos relatos dos entrevistados, como é possível constatar. Deste modo, rejeita-se esta hipótese, daí se depreendendo que a formação recebida foi insuficiente apesar de ser consensual que o contacto com jornalistas não foi abundante ao longo da missão.

## **HD<sub>2</sub> era dada uma palestra nesse âmbito pela SIPRP.**

Machado & Carvalho (2004) referem na sua obra a existência dessa palestra na fase de aprontamento do Batalhão. A existência desta palestra foi confirmada quase em unanimidade pelos militares entrevistados, inclusive Oliveira (2011), oficial de pessoal facultou a palestra dada pela SIPRP na altura<sup>35</sup>. Bernardino (2011), oficial de informações, confirma a existência dessa palestra: *“uma palestra ministrada pela SIPRP por elementos do EME (TCor Miguel Machado era um dos elementos) além do briefing eles deixaram um pequeno documento<sup>36</sup> que auxiliava os militares nessa área”*.

<sup>35</sup> Ver Anexo J – Palestra da SIPRP dada ao 1ºBIPara em Janeiro de 2000 (Oliveira, 2011)

<sup>36</sup> Ver Anexo H – Linhas de orientação nas relações com os OCS



Houve o cuidado por parte do Batalhão de lembrar esta e outras palestras ao longo dos 6 meses de missão, conforme refere o oficial de informações do Batalhão (Bernardino, 2011).

O Batalhão tinha um módulo de apoio composto por FOE<sup>37</sup> que estava directamente à disposição do cmdt conforme foi mencionado no capítulo 2. A fase de aprontamento deste módulo foi diferente do resto do batalhão, pois foi realizada maioritariamente em Lamego. O módulo só integrou o aprontamento do batalhão em Tomar 15 dias antes de partirem para a missão. Saraiva (2011), cmdt do módulo de apoio, refere que essa instrução foi autodidacta *“a nossa instrução foi autodidacta, alguém do destacamento estudou as fichas de instrução<sup>38</sup> para ministrar ao resto dos militares que iam integrar o módulo”*.

Analisando o exposto podemos validar esta hipótese de que **“era dada uma palestra nesse âmbito pela SIPRP”**, embora deva ser feita uma pequena ressalva, uma vez que a preparação do módulo de apoio foi diferente do resto do Batalhão; estes não tiveram a palestra, no entanto houve um esforço para se colmatar essa lacuna.

### **HD<sub>3</sub> a experiência dos militares em outros TO.**

Os princípios fundamentais desta matéria, lidar com os OCS, vêm de experiências vividas no passado em outros TO (Moreira, 2007). Santana (2011), 2ºCmdt do 1ºBIPara em 2000, refere que as lições aprendidas noutros TO foram um grande contributo para a preparação do 1ºBIPara: *“Fruto da experiência que a BAI (agora BRR), tinha do TO da Bósnia, onde a comunicação social teve de facto um papel bastante importante, houve um conjunto de lições aprendidas que foram aproveitadas e incluídas na preparação dos Batalhões seguintes. Recordo-me que esta temática estava incluída na preparação do Batalhão, designadamente sob a forma de palestras que o Comandante de Batalhão, Comandantes de Companhia e outros Oficiais, incluindo eu próprio, transmitíamos a todo o pessoal”*.

Relativamente a esta hipótese é importante falar da formação do RP do contingente. A sua formação baseou-se em contactos com os órgãos de relações públicas dos três ramos das FA, aquilo que teve foi mais, como o próprio diz, *on job training* (Dias, 2011). O que vai de encontro com o que Machado & Sónia (2004) dizem no seu trabalho referente a

---

<sup>37</sup> “São forças especialmente seleccionadas, organizadas, treinadas e equipadas, que utilizam técnicas e modos de emprego não convencionais para o cumprimento de operações especiais. Estas forças garantem capacidades únicas, flexíveis e versáteis, quer sejam empregues isoladamente, quer em complemento de outras forças ou agências (...) podem actuar em qualquer tipo de ambiente operacional, normalmente em formações de pequeno efectivo...” (Ministério da Defesa Nacional, 2010).

<sup>38</sup> Instrução essa acerca de como lidar com os OCS em combate



missão de Timor “o oficial de informação pública do sector (...), passou alguns dias na SIPRP, a fazendo aquilo o que se pode chamar um estágio orientado para a missão”.

De acordo com as declarações enunciadas podemos então validar esta hipótese “**a experiência dos militares em outros TO**” De facto, para o oficial de RP do contingente a sua experiência não foi importante, no entanto a experiência de outros foi determinante para a sua preparação para o TO.

**HD<sub>4</sub> Por sua vez a formação dos jornalistas vocacionada para lidarem com os militares, vinha do Serviço Militar Obrigatório e cursos vocacionados para a temática militar.**

De acordo com Machado & Sónia (2004) este factor é relevante conforme foi tratado no capítulo 1. Alvarez (2011), jornalista do Público, disse na entrevista que a sua passagem nas fileiras o ajudou a entender os militares: “*Fiz o Serviço Militar obrigatório isso ajudou-me a compreender a hierarquia e alguns conceitos militares, fiz 18 meses de tropa e tenho a noção perfeita como funciona a “máquina militar”*”, no entanto refere que a sua experiência como jornalista o ajudou muito mais “*A minha experiência como jornalista deu-me as restantes bases para desenvolver o meu trabalho (...) Tenho um código deontológico respeito-o e com base nisto tudo desenvolvia o meu trabalho*”. Quanto a Carvalho (2011), na altura jornalista da RTP, ele reafirma que a sua passagem nas fileiras foi uma mais valia “*a minha passagem pelas Forças Armadas ajudou-me bastante para me movimentar no Teatro. Por exemplo quando um militar fecha as portas eu tenho tacto para perceber isso, as vezes o militar não tem nada para dizer ou não pode dar a informação pretendida, enquanto que os outros jornalistas se calhar não entendem muito bem isso*.” Diz ainda que a maioria dos jornalistas eram conhecedores do meio militar “*Antigamente, a maioria dos jornalistas tinham passado pelas Forças Armadas e tinham um conhecimento mínimo das coisas*”. Carvalho (2011) frequentou também o curso de auditores de Defesa Nacional, curso esse que, abordando os conceitos pertinentes, auxilia os jornalistas na compreensão da instituição militar (IESM, 2007).

A hipótese “**a formação dos jornalistas vocacionada para lidarem com os militares, vinha do Serviço Militar Obrigatório e cursos vocacionados para a temática militar**” é confirmada na sua totalidade, embora Alvarez não tenha frequentado nenhum curso específico como Carvalho.

### 4.3.2 O Relacionamento

Para se analisar este parâmetro é necessário recordar a respectiva questão derivada: “**Como era o relacionamento dos militares do 1ºBI com os jornalistas portugueses?**” de onde se levantaram hipóteses que serão tratadas de seguida:



### **HD<sub>1</sub> Existe uma certa desconfiança e afastamento.**

Quanto ao relacionamento com jornalistas Deschepper (1990), na sua obra diz que se devem evitar familiaridades. Cerca de 4 dos entrevistados disse que o relacionamento com os jornalistas era estritamente profissional e pontual. Saraiva (2011), cmdt do módulo de apoio, com base na sua experiência em Timor confirma isso mesmo *“a relação não era muito próxima, mas também não era adversa nem inimiga, mas sempre um pé atrás com elevado grau de desconfiança”*.

Santana (2011), 2º cmdt, infirma a hipótese e fala de uma relação simbiótica *“nestes teatros, normalmente verifica-se uma certa comunhão de sentimentos, uma certa “solidariedade nacional”, devido ao facto de todos (militares, jornalistas, professores, etc.) sentirmos estar todos a contribuir para o mesmo objectivo final, e também de estarmos longe do nosso país e das nossas famílias”*. Neste caso Santana, devido a função que ocupava estabeleceu laços mais fortes com jornalistas.

Como a maioria dos oficiais referiu que o relacionamento com jornalistas foi profissional e pontual podemos validar a hipótese de que **“Existe uma certa desconfiança e afastamento”**.

### **HD<sub>2</sub> Os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo.**

É difícil para os jornalistas evitarem o sensacionalismo (Santos, J. R., 2003), embora o seu código deontológico proíba essas situações. Santana (2011), 2º cmdt, diz que é inevitável essa fuga por parte do jornalista *“Reconheço que é difícil evitar uma certa tendência dos jornalistas para algum sensacionalismo. O problema é que a rotina tem pouco impacto junto da opinião pública, e não atrai grandes audiências”*. Neves (2011), cmdt da 11ª companhia de Paraquedistas, concorda e partilha uma experiência que teve que ilustra isso mesmo *“a reacção perante um cenário de recusa não foi pacífica, iniciou-se uma fase amistosa quando tentou obter autorização para efectuar uma reportagem e culminou com uma fase de questionar a lealdade patriótica quando colocado perante um cenário de recusa. O caso em apreço teve a ver com a morte de um sapador da Bangladesh, quando procedia a uma operação de desminagem na praia da areia branca em Díli, tendo a minha companhia sido chamada a isolar a área até à remoção do cadáver e conseqüente conclusão do processo de recolha de informações e dados para posterior investigação do acidente”*.

Através do que foi exposto com base nas entrevistas podemos, então, validar a hipótese **“Os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo”**.



### **HD<sub>3</sub> No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas.**

Conforme foi abordado na parte teórica deste trabalho, os militares tendem a salvaguardar a informação (Santos, 2000). Alvarez (2011), que trabalhava para o jornal Público, não conseguia entender isso como deixa patente na seguinte afirmação *“Compreendia que houvesse algum cuidado por parte dos militares, pois nem todas as informações podem ser facultadas, agora não compreendo que os militares se fechem totalmente e não queiram mostrar o seu trabalho aos jornalistas”*. Simões (2011), o cmdt do 1ºBIPara, tinha consciência disso mas apenas seguia orientações superiores *“Este aspecto fez com que a relação entre o 1ºBIPara e os jornalistas portugueses fosse má dada a constante resposta dada pelos militares do 1ºBIPara para se dirigirem ao comando do sector”*. Carvalho (2011), que neste período trabalhava para a RTP 1, entendia perfeitamente o cmdt do 1ºBIPara neste aspecto *“Não era a pessoa mais preparada para falar com os OCS, mas temos que ser francos, os militares não têm que ser preparados para ter funções junto com os meios de comunicação, eles têm é que ser preparados para a tarefa para que foram inventados (...) As relações com os meios de comunicação ele deixava para pessoal mais vocacionado para tal”*. Dias (2011), oficial RP do contingente, diz que, apesar de os militares serem fechados, os jornalistas defendiam o trabalho desenvolvido pelo Batalhão *“Houve episódios mais desagradáveis que os jornalistas portugueses não publicaram porque respeitavam os militares”*.

Através do que foi exposto em cima pode-se afirmar que a hipótese que **“os jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas”** foi validada.

### **HD<sub>4</sub> Desconhecimento do *modus operandi* de ambas profissões.**

O conhecimento das profissões de ambas as partes é rudimentar conforme foi abordado no capítulo 1 por alguns autores como Santos (2003) e Machado & Carvalho (2004). Pedro (2011), oficial de operações do 1ºBIPara, concorda com esse aspecto, mas apresenta uma justificação para tal *“No entanto a maioria dos jornalistas não percebia nada da área de defesa, também fruto da missão que eles tinham, eles não iam propriamente acompanhar o batalhão, eles iam à procura de notícias sobre Timor a mando das suas agências”*. Santana (2011), 2º cmdt do 1ºBIPara, concorda e fala também em experiência *“Penso que os jornalistas respeitavam o nosso trabalho, embora o conhecimento específico sobre a nossa missão e as nossas acções variasse bastante, dependendo da experiência que cada um deles tinha em missões de apoio à paz”*. Afonso (2011), cmdt do módulo de engenharia, refere outro aspecto que levava os jornalistas a não terem grande conhecimento sobre a actividade do Batalhão, que se prendia com o facto de o Batalhão estar muito disperso: *“Conhecimento profundo não tinham, porque a nossa área de responsabilidade era enorme e eles não conseguiam cobrir toda a área de uma forma eficaz”*.



*toda a actividade do batalhão, mas também não estavam completamente às escuras. Já sabiam em traços gerais do que nós estávamos a fazer e sabiam muito bem aquilo que queriam procurar”.*

No entanto, houve evolução neste relacionamento, segundo o que diz Dias (2011), oficial de RP do contingente, *“Com o decorrer da missão creio que esse conhecimento por parte dos jornalistas foi aumentando”.*

Alvarez (2011), jornalista do Público, fala em respeito mútuo *“Respeitavam o nosso trabalho, claro que sim. Se o comandante dizia que não queria a comunicação nós respeitávamos isso, ele tinha os seus motivos e nós só tínhamos que respeitar, o jornalista não tem que andar ali a pressionar, não quer não há”.* Carvalho (2011), jornalista da RTP, partilha uma história de uma outra profissional jornalista que de facto não conhecia o meio castrense *“Eles tinham a percepção de que muita gente andava lá empenhada em dar notícias sobre o desenvolvimento dos acontecimentos. E os militares davam as informações que conseguiam, eu lembro-me na altura da Manuela Teixeira da TSF na altura, estar a argumentar com o TCor Simões porque queria mais informações e o TCor Simões não dava. É o militar que tem que definir que informações é que pode dar aos jornalistas e a missão do jornalista é conseguir informação”.*

Alvarez (2011) jornalista do Público, fala num aspecto pertinente, para se evitar a generalização dos jornalistas *“Um comandante militar sabe diferenciar um jornalista do Publico de um jornalista por exemplo do “Crime” o militar sabe que com o jornalista do Publico pode ter uma relação de confiança porque conhece as linhas orientadoras do jornal”;* Dias (2011), oficial RP do contingente, concorda plenamente com esta ideia *“Não havia um grande conhecimento e eu penso que há determinadas agências que têm mais credibilidade que outras nomeadamente a Agencia de Noticias Lusa e a RTP, penso que tinham uma certa responsabilidade quanto aquilo que publicavam”.*

A hipótese **“Desconhecimento do *modus operandi* de ambas profissões”** foi parcialmente validada pelos militares, isto porque na opinião dos jornalistas os militares até respeitavam o trabalho deles e tinham algum conhecimento da profissão jornalística.

#### **HD<sub>5</sub> Jornalista *embedded*.**

Houve um jornalista que acompanhava o Batalhão, que nem todos os oficiais entrevistados se lembravam dele, que era um protótipo de jornalista *embedded*. Oliveira (2011), oficial de pessoal do 1ºBIPara, fala de uma relação muito próxima com este jornalista *“este comia, lavava os dentes e dormia ao nosso lado, acompanhando o dia-a-dia do 1º BIPara. O próprio jornalista confrontava-se com as dificuldades do Batalhão”.* Que vai ao encontro do conceito *embedded* abordado no capítulo 1 por IESM (2007). No entanto Pedro (2011), oficial de operações, não apreciou muito esta experiência, pois *“ter um*



*jornalista que nos acompanhava em permanência connosco não era bom, que entrava em todos os locais sem pedir licença, inclusive na sala de operações, à qual eu tive de lhe barrar a entrada algumas vezes e por fim proibi-lo de lá entrar".* Pires (2011), comandante da 13ª companhia de paraquedistas, foi mais incisivo dizendo que este indivíduo era um amador e que atrapalhou o trabalho do Batalhão, quando isto acontece, segundo Carvalho (2011), na altura jornalista da RTP, a missão jornalística termina.

Neste caso ficou explícito que este jornalista atrapalhou um pouco o trabalho dos militares, talvez por estes também não estarem preparados para a situação, assim como o jornalista não estava preparado para tal. Pode-se constatar que de facto existiu uma "espécie" de jornalista *embedded* no Batalhão o que vem validar a hipótese "**Jornalista embedded**".

### **4.3.3 Problemas resultantes do acompanhamento de jornalistas nas operações/tarefas**

Para se analisar esta dimensão é necessário recordar a respectiva questão derivada: "**Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?**" Foram levantadas algumas hipóteses e procedeu-se ao seu processo de validação.

#### **HD<sub>1</sub>: Os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem.**

Para José Rodrigues dos Santos (2003), os jornalistas não contrariam os militares se por ventura, daí resultar perigo, conforme foi abordado no capítulo 1. Carvalho (2011), jornalista da RTP 1, reporta um episódio que relata uma desobediência as indicações do cmdt do 1ºBIPara a nossa hipótese "*Relativamente a exemplos de acompanhamento das tarefas militares do 1ºBIPara, tenho uma situação. O TCor Simões não queria jornalistas em certas zonas de Timor e eu um dia meti-me num desses locais e disse-lhe, Estou no sítio tal, chamo-me fulano tal, o coronel Simões retorquiou dizendo que eu não podia estar ali, e eu disse está bem venha buscar-me então, mas primeiro tem que me encontrar e é para lhe dizer que eu não estou agarrado ao gin tónico, eu vim ver o que esta efectivamente a acontecer. Isto aconteceu porque tínhamos informações sobre todos os sectores de Timor, menos do sector central onde estava o batalhão português. E nós não queríamos enviar uma notícia para Portugal a dizer do sector tal passa-se isto, do sector central do batalhão português não sabemos de nada. O TCor Simões provavelmente sabia onde eu estava e mais para o fim do dia veio ao meu encontro e conversamos amplamente sobre aquela matéria e tive oportunidade de lhe dizer o que é que tinha conseguido ver e ele ficou a perceber o que é que tinha filmado".*



Santana (2011), 2º cmdt, afirma que quem não quisesse acatar as ordens não ficava com o 1ºBIPara nas operações *“Caso se constatasse que o comportamento de algum jornalista em particular não era adequado, esse jornalista não era autorizado a acompanhar as operações militares”*. O jornalista do Público, Alvarez (2011), concorda plenamente *“Claro que havia a preocupação de cumprir tudo o que os militares diziam e o jornalista que não o fizesse devia ser imediatamente expulso da operação. Se o jornalista alinha e faz o acordo só tem é que respeitar o acordo”*.

De acordo com o que foi exposto podemos então validar a seguinte hipótese **“Os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem”**.

### **HD<sub>2</sub>: O valor das imagens e sua interpretação.**

Felippe (2004) fala de responsabilidade na divulgação de imagens, conforme está plasmado no quadro teórico. Quanto a este assunto relativo à experiência em Timor, Dias (2011), oficial de RP do contingente, fala da preocupação por parte dos militares para isso se evitar *“Há sempre uma preocupação para não se passar uma imagem negativa, pois há algumas imagens que de forma descontextualizada podem comprometer a instituição”*. O cmdt do módulo de engenharia, Afonso (2011), relata uma experiência que ilustra esse cuidado *“Durante os trabalhos, a “malta” teve especial atenção na sua apresentação como é apanágio dos militares em todas as situações. E tivemos atenção redobrada no cumprimento de algumas regras de segurança. Digo algumas porque nem todos os meios e nem todas as condições estavam reunidas”*. Alvarez (2011), jornalista do Público, fala que de facto, essa preocupação existia, *“se nós íamos era bom que as coisas corressem bem, caso contrário o jornalista relata o que vê. Havia também a preocupação por parte do jornalista de ser uma figura neutra”*.

Em relação à hipótese **“O valor das imagens e sua interpretação”** e na esteira do que foi dito, pode constatar-se que havia cuidado para evitar transparecer as imagens negativas, o que valida a hipótese.

### **HD<sub>3</sub>: Condicionar o planeamento.**

Os jornalistas podem ser uma condicionante ao planeamento conforme refere Santos (2000). No entanto Pedro (2011), oficial de operações do Batalhão, refuta este aspecto *“A mim nunca me influenciou em nada. Eu também não os deixava participar nas operações mais delicadas, pois acho que eles não devem participar a não ser que sejam de extrema confiança do comando da unidade. Não havia nenhum plano específico para essa eventualidade”*; no entanto para Bernardino (2011), oficial de informações do Batalhão, não era bem assim, *“Era sempre um constrangimento para a execução da operação, pois nunca se sabe o que pode acontecer e a reactividade por parte dos OCS para a nossa actuação,*



*no cumprimento da nossa missão”, Santana (2011), 2º cmdt do Batalhão, confirma e refere “Antes do início da operação, recebiam “briefings” de segurança e sobre a própria missão”.*

Santos (2011), adjunto da 11ª companhia de Paraquedistas, afirma que *“A grande preocupação no planeamento quando se falava de jornalistas era falar na segurança da informação porque o jornalista garantidamente que poderia por em risco a operação, segurança, surpresa e tudo mais”.*

A hipótese de que os jornalistas podem **“Condicionar o planeamento”** não foi validada na medida em que se atribui maior importância ao depoimento do oficial de operações do 1ºBIPara, que considerava que havia sim algumas preocupações, mas não condicionava o planeamento da acção.

#### **HD<sub>4</sub>: Podem pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa.**

Quanto ao segredo e surpresa, há autores que referem que estes aspectos podem estar ameaçados com os jornalistas como refere Santos (2000) e outros autores abordados no capítulo 1. Pires (2011), cmdt da 13ª companhia, relata um caso que ilustra o aspecto em questão, que acabou bem, mas poderia ter posto em causa o segredo da acção *“Houve outro caso, com um pelotão meu na ribeira de Caça. Que estava em Quick Reaction Force portanto sob controlo do batalhão. Fiquei preocupado quando vejo esses indivíduos na televisão com redes na cabeça, camuflados, a arma empunhada e ver pessoal a cheirar um fogueira e a dizer “eles passaram aqui há cerca de 3 horas” a desempenhar uma operação que era de boinas azuis das Nações Unidas, com a mania da operacionalidade, a questão da surpresa também podia ser quebrada, não fosse aquela aparato fruto de um boato, que infelizmente acontecia muito no Teatro”.* Alvarez (2011), jornalista do Público, no entanto refere que estava consciencializado para isso, *“sei perfeitamente como jornalista o que posso ou não dizer obviamente que se tiver detalhes na minha posse de uma operação militar eu não os divulgaria”.*

A hipótese de que os jornalistas **“Podem pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa”** é validada, com a ressalva de que nem todos os jornalistas eram capazes de pôr em risco uma missão militar.

#### **HD<sub>5</sub>: Um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios.**

Existe um dilema sobre os responsáveis pela segurança dos jornalistas conforme dizem alguns autores dos quais destaco Santos (2000). Esse dilema ficou bem patente nas afirmações dos entrevistados referente à situação vivida. Pires (2011), cmdt da 13ª companhia, contesta essa hipótese dizendo *“Eles não fazem parte da nossa missão, eles têm que estar na sua própria conta e risco”*, se calhar por fruto de não ter tido um acompanhamento regular de jornalistas nas suas actividades. Simões (2011), cmdt do



Batalhão, contesta dizendo que *“foram desencadeadas três operações para tentar capturar/eliminar um grupo de guerrilheiros pró-indonésios (milícias) infiltrados no sector do Batalhão. Penso que apenas uma dessas operações teve o acompanhamento de um jornalista. A preocupação principal foi naturalmente com a segurança”*, e Santana (2011), 2º cmdt do 1ºBIPara, aprofunda mais este assunto descrevendo alguns cuidados por parte do Batalhão *“Naturalmente que as maiores preocupações eram as de segurança, porque, para além do cumprimento da missão, tínhamos também de garantir a segurança física dos jornalistas que nos acompanhavam (...) a responsabilidade directa da segurança dos jornalistas era atribuída a uma Equipa ou uma Secção, dependendo do tamanho da delegação, sob o comando de um Sargento (...) Em situações mais complicadas, podíamos mesmo exigir que eles envergassem o colete e o capacete”*. Carvalho (2011), jornalista da RTP 1, diz que se sentia seguro com os militares *“Relatar agora situações de perigo que tenha vivido no terreno a acompanhar militares seria pôr em causa o trabalho desses militares. Ao lado deles não tive situações de perigo”*.

Afonso (2011), cmdt do módulo de engenharia, que teve pouco mediatismo nas suas acções, relatando, no entanto, uma situação referente a esta questão da segurança *“no próprio deslocamento eles acompanharam o deslocamento inseridos na coluna militar e havia uma especial atenção”*.

A hipótese que sustenta que os jornalistas quando acompanham os militares são **“Um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios”** foi validada como podemos verificar pelos depoimentos.

#### **HD<sub>6</sub>: Exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções.**

No manual do IESM (2007) relativo a esta temática é referido que os comandantes se devem preparar quando falam com os militares. Saraiva (2011), o cmdt do módulo de apoio, fala dessa preocupação *“E nós (militares) estamos sempre na defensiva, pois qualquer coisa que nós digamos pode ser apanhada fora do contexto”*. Santana (2011), 2º cmdt, também refere que esse cuidado que de facto existia *“É por isso extremamente importante que a cadeia de comando no terreno se mantenha muito bem informada sobre tudo o que se passa no TO, especialmente com as nossas Forças, por forma a estar sempre em condições de antecipar e responder a eventuais questões dos órgãos de comunicação social”*. Dias (2011), o oficial de RP do contingente refere que quando os jornalistas estavam presentes havia um cuidado especial nesse sentido *“Primeiro informar os militares de quem é que pode falar e quem é que está autorizado a ser entrevistado, embora haja situações em que qualquer militar pode falar, desde que o assunto da entrevista esteja relacionado com as funções do mesmo”*.



De acordo com os depoimentos apresentados a hipótese que refere que a presença de jornalistas **“Exige um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções”** foi validada.

#### **4.3.4 O impacto e a fidelidade das notícias**

Para se analisar este parâmetro é necessário recordar a respectiva questão derivada: **“Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis à fonte – Exército? E qual o seu impacto?”**

As notícias que têm uma carga negativa e sensacionalista são mais atractivas pois garantem a satisfação do público (Coreia cit. em Moreira, 2007). A ausência de desconfianças entre jornalistas e militares vai proporcionar um aumento exponencial do moral das tropas, pois isto assegura que os seus actos de bravura, as suas privações e os seus esforços serão vistos pelo seu povo e serão reconhecidos (Santos, 2000). Posto isto levantaram-se duas hipóteses e procedeu-se à sua validação através dos depoimentos dos entrevistados.

**HD<sub>1</sub>: Nem sempre as notícias são fiéis à fonte, o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. Essas notícias além de serem negativas afectam o moral das tropas.**

Dias (2011), oficial RP do contingente, fala de uma certa tendência para a distorção dos factos, seguindo-se, muitas vezes por parte do Exército para repôr a verdade *“Ainda houve situações em que algumas notícias tinham uma certa distorção dos factos, mas o Exército usou da sua capacidade de resposta para repor a verdade”*. Santos (2011), adjunto da 11<sup>a</sup> companhia de Paraquedistas, relata um caso de uma notícia distorcida que abalou o moral das tropas e das famílias *“Outra teve a ver com um militar nosso que teve um problema de saúde resultante do clima onde estávamos, ele foi prontamente socorrido e evacuado para o hospital australiano de Díli e foi encaminhado para a Austrália para ter um acompanhamento contínuo. A notícia que saiu foi que não lhe tinha sido prestado os cuidados necessários. Foram duas notícias negativas que além de abalarem o moral de quem estava em Timor, do batalhão, também abalava as nossas famílias em Portugal, e nós dispúnhamos apenas de 2 minutos para falar com a família o que se tornava complicado para esclarecer esses mal entendidos”*. Saraiva (2011), cmdt do módulo de apoio, relata outra notícia com um impacto semelhante, também ela pouco fiel aos factos, *“os nossos militares, e não era com razão, andavam um bocado aborrecidos com a alimentação e então o jornalista que estava em Samme com eles veio dizer que eles tinham tão pouca comida que até andavam a comer carne de cão e isso saiu nos jornais e na imprensa nacional e depois nós que lá estávamos viemos a saber e apurou-se que os militares comeram carne de cão porque é uma tradição chinesa penso eu, e havia gente dessa comunidade junto dos*



*militares e estes aceitaram provar a dita carne". Simões (2011), cmdt do 1ºBIPara, fala de outro caso que abalou o moral das tropas "Isto porque o único impacto visível desse trabalho foi a divulgação de uma notícia no Correio da Manhã, informando que passados dois meses de estarem em Timor os militares portugueses continuavam a comer apenas ração de combate e a dormir no chão. Tratou-se de uma desinformação que em nada contribuiu para a moral do pessoal do Batalhão, provocando inclusivamente algumas reuniões internas para dirimir o efeito desta notícia na moral de todo o pessoal do Batalhão".*

Alvarez (2011), jornalista do Público, entendia que existissem notícias desfavoráveis, mas apresenta uma justificação *"Eu compreendo que se faça muito mau jornalismo em Portugal e compreendo que eles queiram salvaguardar os seus homens, salvaguardar a operação, eu compreendo isso tudo mas não compreendo que se fechem tanto. Se o jornalista tivesse acesso a mais informação construía artigos mais fidedignos e portanto não ia procurar informação a outros lados".*

Como era de esperar os jornalistas contestam esta hipótese pois se ela fosse confirmada por eles implicaria que os jornalistas infringissem o seu código deontológico. No entanto a hipótese **"Nem sempre as notícias são fiéis à fonte, o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. Essas notícias além de serem negativas afectam o moral das tropas"** foi validada pelos depoimentos prestados pelos militares.

## **HD<sub>2</sub>: O impacto pode ser muito positivo, elevando o moral das tropas.**

Quanto a notícias positivas também as houve e de acordo com os entrevistados com um impacto muito positivo. Bernardino (2011), oficial de informações, relata isso mesmo *"Agora notícias positivas as pequenas entrevistas que às vezes eram feitas, eram transmitidas com grandes, floreios por parte dos jornalistas e os militares sentiam-se bem, sentiam que o País dava valor que eles andavam a fazer, pela missão que efectuavam. Dava muito mais ímpeto e vontade de trabalhar aos militares. Primeiro porque sentiam que estavam a produzir alguma coisa, contribuindo para a segurança do povo timorense e segundo porque passavam uma imagem de segurança para as suas famílias, o que era importante face às tais situações que os OCS divulgavam diariamente".* Para Pedro (2011), oficial de operações do 1ºBIPara, houve muito mais notícias positivas do que negativas o que foi bom para a tropa *"De resto falaram sempre bem, tanto quanto me lembro, tendo sido bom para o moral das tropas. Ajudou a motivar as tropas, fazendo com que os militares se sentissem úteis, pois estavam a fazer um trabalho que era reconhecido pela opinião pública portuguesa. Como tal penso que nesse aspecto o saldo foi muito positivo".* Dias (2011), oficial de RP do contingente, acha que o seu trabalho foi divulgado *"Acho que as missões de apoio à paz foram das melhores "invenções" para o Exército se mostrar. Penso que foi*



*positivo porque o trabalho do Exército foi divulgado saíram algumas notícias na televisão” o que é um aspecto que melhora as relações com os OCS por parte do Exército (Machado & Carvalho, 2004). Afonso (2011), cmdt do módulo de engenharia, concorda com este facto e diz “Os jornalistas foram os vectores de excelência que revelaram o empenho de Portugal. Os meios de comunicação social foram sem dúvida o melhor caminho para mostrar o que Portugal fez”.*

Os dois jornalistas foram unânimes ao considerarem, como era previsível, que se reportavam apenas aos factos. No entanto, Carvalho (2011), que trabalhava para a RTP 1, sustenta *“Na publicação das notícias era sempre isento e relatava sempre os factos independentemente da minha consideração pelas Forças Armadas. Agora quando era possível escrever a notícia relatando os factos e dar relevo aos feitos dos militares era dos primeiros a fazê-lo”.*

Alvarez (2011), jornalista do Público, fala com pena do trabalho desenvolvido pelo Batalhão pois podia ter sido mais divulgado *“Eu gostaria que os militares portugueses não se tivessem fechado tanto pois eles desenvolveram um trabalho muito bom em Timor. Comparando com as notícias que saíam da GNR que também fez um trabalho extraordinário, os militares portugueses pareciam que nem estavam em Timor”.*

Como se constatou com os depoimentos dos entrevistados a hipótese **“O impacto pode ser muito positivo, elevando o moral das tropas”** foi validada.



## Capítulo V – Síntese Conclusiva

### 5.1 Considerações

O objectivo principal desta investigação foi caracterizar as vulnerabilidades que se colocaram ao trabalho dos militares do 1º BIPara devido à cobertura mediática que os jornalistas fizeram, no ano de 2000 no TO de Timor-Leste. Pretendeu-se, ao longo dos capítulos anteriores seguir um caminho que desse lógica e coerência a todo o trabalho.

Iniciou-se o trabalho com uma breve contextualização do tema, materializada no 1º capítulo, onde se falou de ambas as profissões, onde se explanou os problemas decorrentes da relação entre jornalistas e militares e esforços de ambas as partes para melhorar este relacionamento. Tentou-se ilustrar essas situações com alguns casos no terreno reportando-nos a alguns conflitos internacionais, por exemplo Vietname, e, como não poderia deixar de ser também se falou das experiências portuguesas em missões de apoio à paz.

Estava feita assim a ponte para o capítulo seguinte. No capítulo seguinte relataram-se os antecedentes da missão do 1º BIPara em Timor no ano de 2000, à *posteriori* falou-se da tipologia das missões de apoio à paz e, depois de esclarecidos estes conceitos incidiu-se com mais pormenor na missão do 1º BIPara, o nosso objecto de estudo.

No 3º capítulo foi descrito o percurso metodológico, onde está plasmado a concretização do problema, os procedimentos para a obtenção dos dados e as dificuldades encontradas.

No 4º capítulo foram apresentados os resultados que respondem às nossas questões derivadas e, conseqüentemente, à pergunta de partida.

### 5.2 Reflexões finais

Após terem sido verificadas todas as hipóteses encontramos-nos numa posição mais confortável para responder à *Pergunta de Partida*: **“Que condicionantes se colocaram ao trabalho operacional dos militares (VD) do 1º BIPara em função da presença de jornalistas portugueses (VI) no TO de Timor no ano de 2000?”**.

Quanto à formação dos militares todas as hipóteses foram validadas:

- **HD<sub>1</sub> Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades.**
- **HD<sub>2</sub> era dada uma palestra nesse âmbito pela SIPRP.**
- **HD<sub>3</sub> a experiência dos militares em outros TO.**
- **HD<sub>4</sub> Por sua vez a formação dos jornalistas vocacionada para lidarem com os militares, vinha do Serviço Militar Obrigatório e cursos vocacionados para a temática militar.**



Todas as hipóteses foram confirmadas exceptuando a HD<sub>1</sub>, que considerava que a grande maioria dos entrevistados manifestou que esta formação foi insuficiente. Além das hipóteses terem sido confirmadas, os entrevistados ainda referiram aspectos pertinentes relativamente a este assunto, nomeadamente à existência, no manual da missão, de uma NEP que orientava os militares nesta temática. Adicionalmente, os elementos do EME que dinamizaram a palestra ainda deram um cartão que auxiliava os militares nesta área. É de referir que o módulo de apoio não teve a palestra pois ainda não estavam integrados no aprontamento, quando ela foi dada. A formação do RP do contingente não foi muito específica consistiu num estágio orientado para a missão.

Quanto ao relacionamento as hipóteses levantadas foram todas validadas:

- **HD<sub>1</sub> Existe uma certa desconfiança e afastamento.**
- **HD<sub>2</sub> Os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo.**
- **HD<sub>3</sub> No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas.**
- **HD<sub>5</sub> Cultura *embedded*.**

A hipótese “**HD<sub>4</sub> Desconhecimento do *modus operandi* de ambas profissões**” foi apenas validada por parte dos militares.

Além disso houve outros contributos importantes no que concerne ao relacionamento. Dias (2011) oficial de RP do contingente, fala de uma evolução no relacionamento “*à medida que esse relacionamento foi crescendo com mais ocasiões para o cmdt de Batalhão e os restantes oficiais irem conhecendo os jornalistas portugueses no local, e depois de terem sido publicadas algumas notícias, a confiança foi aumentando*”. O oficial de Relações Públicas do sector fala noutro aspecto importante que vai de encontro ao que Deschepper (1990) refere conforme foi abordado na parte teórica, “*Havia uma preocupação em requerer ao batalhão dados estatísticos, quer de patrulhas quer das acções que tinham sido desenvolvidas, pois esses dados podiam ser usados para divulgar à nossa comunicação social e assim podíamos desempenhar um papel mais activo com os jornalistas*”. Há que salientar um aspecto que foi consensual, pois quer Dias (oficial de RP do contingente) quer Alvarez (jornalista do jornal Público) concordaram que o conhecimento de ambas as profissões também está relacionado com o OCS que representam, havendo uns que são mais credíveis cabendo aos cmdts fazer essa destrição.

Quanto às condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas as hipóteses confirmadas foram:

- **HD<sub>1</sub>: Os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem.**
- **HD<sub>2</sub>: O valor das imagens e sua interpretação.**
- **HD<sub>4</sub>: Podem pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa.**
- **HD<sub>5</sub>: Um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios.**
- **HD<sub>6</sub>: Exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções.**



No entanto, uma das hipóteses, fruto do pouco acompanhamento que o Batalhão teve e se calhar da falta de preocupação neste parâmetro, foi infirmada:

- **HD<sub>3</sub>: Condicionar o planeamento.**

O oficial de operações e o próprio cmdt do 1ºBIPara infirmam esta hipótese e dentro do leque de entrevistados estes dois oficiais eram os mais indicados para responder a esta hipótese. As preocupações que tinham eram relativas à segurança e eram contingências preparadas na hora, não havia nada preparado para essa eventualidade.

Quanto às notícias publicadas, como era expectável, apesar de ter havido pouca cobertura mediática, existiram notícias mais e menos favoráveis o que vai confirmar as duas hipóteses levantadas:

- **HD<sub>1</sub>: Nem sempre as notícias são fiéis à fonte, o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. Essas notícias além de serem negativas afectam o moral das tropas.**
- **HD<sub>2</sub>: O impacto pode ser muito positivo, elevando o moral das tropas.**

### 5.3 Limitações

Na frequência do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Academia Militar, cremos que deveria haver uma cadeira anual sobre a metodologia deste tipo de trabalhos, pois houve uma grande dificuldade para tratar os dados e construir guiões para as entrevistas reportando-nos ao nosso caso.

Limitações de tempo são apanágio deste tipo de trabalho, pois, e reportando-nos agora ao nosso caso, o facto das entrevistas terem sido feitas quase todas nos locais de trabalho dos entrevistados, foi um processo dispendioso em termos de tempo.

O número de páginas permitidas apela a uma grande capacidade de síntese tornando-se uma restrição para o investigador.

### 5.4 Investigações Futuras

Apesar das hipóteses terem sido quase na sua totalidade confirmadas, creio que nesta missão, em particular, os jornalistas influenciaram um pouco o trabalho dos militares, digo um pouco, pois a relação entre ambas as profissões não foi muito próxima. No entanto ficou explícito que há aspectos a melhorar no campo do relacionamento e no acompanhamento de jornalistas nas acções dos militares.

Seria pertinente fazer um estudo semelhante, mas mais actual, para verificarmos se o Exército já esbateu algumas das barreiras com os jornalistas e com a comunicação social, pois o país está a atravessar uma crise e cada vez mais o Exército precisa de justificar o seu empenhamento e o jornalista é o vector de excelência que pode credibilizar o trabalho dos militares no seio da opinião pública.



## Bibliografia

1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado). (28 de Março de 2002). *Sapo*. Obtido em 2011 de Junho de 27, de Web site criado pelo 1ºBIPara: <http://militaresemtimor.no.sapo.pt/index.html>

Afonso, C. A. (5 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Alvarez, L. (6 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Barrento, A. E. (2008 de Março de 2008). *Revista Militar*. Obtido em 3 de Fevereiro de 2011, de Web site da Revista Militar: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=249>.

Bernardino, J. F. (12 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Carriço, M. A., & Silva, M. N. (2008). *Teoria das Relações Internacionais - Publicação de Apoio*. Lisboa: Academia Militar.

Carvalho, H. (4 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Carvalho, H., Araujo, J., Vegar, J., & Alvarez, L. (2000). *TIMOR O insupotável ruído das lágrimas*. Porto: Campo das Letras.

Castro, L. (2007). *Reporter de Guerra*. Lisboa: Oficina do Livro.

Comando de Instrução e Doutrina. (2007). *PDE 5-00 Planeamento Tático e Tomada de Decisão*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Conselho de Segurança. (11 de Julho de 1999). *Nações Unidas*. Obtido em 21 de Junho de 2011, de Web site das Nações Unidas: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/174/13/PDF/N9917413.pdf?OpenElement>



Conselho de Segurança. (22 de Outubro de 1999). *ONU*. Obtido em 1 de Julho de 2011, de Web site da ONU: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/docs/UntaetDrs.htm>

Deschepper, J. (1990). *Saber Comunicar com os Jornalistas*. Lisboa: Edições CETOP.

Dias, P. A. (13 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

*Dicionário de Língua Portuguesa 2011*. (2010). Porto: Porto Editora.

DIM/EME. (Março, 2000). Exército Marcha para Timor. *Jornal do Exército*, 20-24.

Felippe, V. S. (2004). Correspondentes de Paz: "Jornalismo para a paz" como hipótese. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, (p. 20). Coimbra.

Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (Fevereiro de 1999). *RAUSP*. Obtido em 13 de Julho de 2011, de Web site RAUSP: [www.rausp.usp.br: www.rausp.usp.br/download.asp?file=3503105.pdf](http://www.rausp.usp.br/www.rausp.usp.br/download.asp?file=3503105.pdf)

Grade, P. S. (27 de 02 de 2007). *Jornal de defesa*. Obtido em 9 de Fevereiro de 2011, de Web site do Jornal de Defesa: [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=412](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=412)

IAEM. (2000). *Timor Um país para o sec. XXI*. Sintra: Atena.

IESM. (2007). *Relações com os Media*. Lisboa.

Instituto de Defesa Nacional. (2010). *IDN*. Obtido em 12 de Abril de 2011, de web site do IDN: [http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/29112010x1\\_programa.pdf](http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/29112010x1_programa.pdf)

Machado, M. A., & Carvalho, S. (2004). *Exército e a Imprensa*. Lisboa: Prefácio.

Martins, H. H. (Maio/Agosto de 2004). *SciELO*. Obtido em 13 de Julho de 2011, de web site SciELO: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>

Martins, R. C. (1978). A Opinião Pública e Defesa Nacional. *Revista Nação e Defesa* nº8, 31-47.

Mattoso, J. (2005). *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Mesquita, M. (1986). Espírito de Defesa ou defesa da censura? *Estratégia* nº1.



Ministério da Defesa Nacional. (2010). *PDE 3-09-00 - Operações Não Convencionais*. Évora.

Ministério da Defesa Nacional. (2005). *Regulamento de Campanha e Operações*. Exército Português: Lisboa.

Moreira, N. (2007). *As operações militares e os media. A guerra em directo e as implicações na forma de combater*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares - curso de Estado-Maior.

Neves, J. M. (11 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Oliveira, C. P. (7 de Junho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

OTAN. (2010). *AAP-6 NATO GLOSSARY OF TERMS AND DEFINITIONS (ENGLISH AND FRENCH)*. EUA.

Palma, E. C. (2005). *Janus*. Obtido em 1 de Junho de 2010, de Web site da Janus: [http://www.janusonline.pt/2005/2005\\_4\\_3\\_10.html](http://www.janusonline.pt/2005/2005_4_3_10.html)

Pedro, P. J. (29 de Junho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Pereira, C. S. (2005). *Janus*. Obtido em 7 de Fevereiro de 2011, de Web site da Janus: [http://www.janusonline.pt/2005/2005\\_4\\_3\\_16.html](http://www.janusonline.pt/2005/2005_4_3_16.html)

Pires, A. J. (27 de Junho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Pública, G. d. (2000). *Relatório sobre Timor Leste*. Timor: Administração de Transição das Nações Unidas em Timor Leste.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rodriguez, A. D., & Fernandez, F. T. (Julho de 2002). Manipulacion de la informacion en los conflictos armados. nuevos medios/miedos para nuevas guerras.



Santana, J. A. (8 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Santos, J. M. (2000). Media versus Militares. *Jornal do Exército nº 489* , 31-36.

Santos, J. R. (2003). *A Verdade da Guerra*. Lisboa: Gradiva.

Santos, R. J. (15 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Saraiva, A. C. (17 de Maio de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Simões, J. A. (11 de Julho de 2011). A Presença de Jornalistas nos Teatros de Operações e suas Implicações nas Operações Militares (Caso particular da experiência do 1ºBIPara no T.O. de Timor em 2000). (A. J. Lopes, Entrevistador)

Simon, J. (31 de Março de 2003). *CPJ*. Obtido em 27 de Fevereiro de 2011, de Web site da CPJ: <http://www.cpj.org/2004/12/journalists-are-owed-protection-in-wartime.php>

SIPRP. (27 de janeiro de 2000). Informação Pública Portuguesa em Timor-Leste. *Palestra* . Tomar.

Tomé, P. M. (2006). *Janus*. Obtido em 8 de Fevereiro de 2001, de Web site da Janus: [http://www.janusonline.pt/2006/2006\\_1\\_1\\_13.html](http://www.janusonline.pt/2006/2006_1_1_13.html)



---

**Legislação:**

Assembleia da República, Lei nº1/99, "Estatuto do Jornalista", 13/01/99

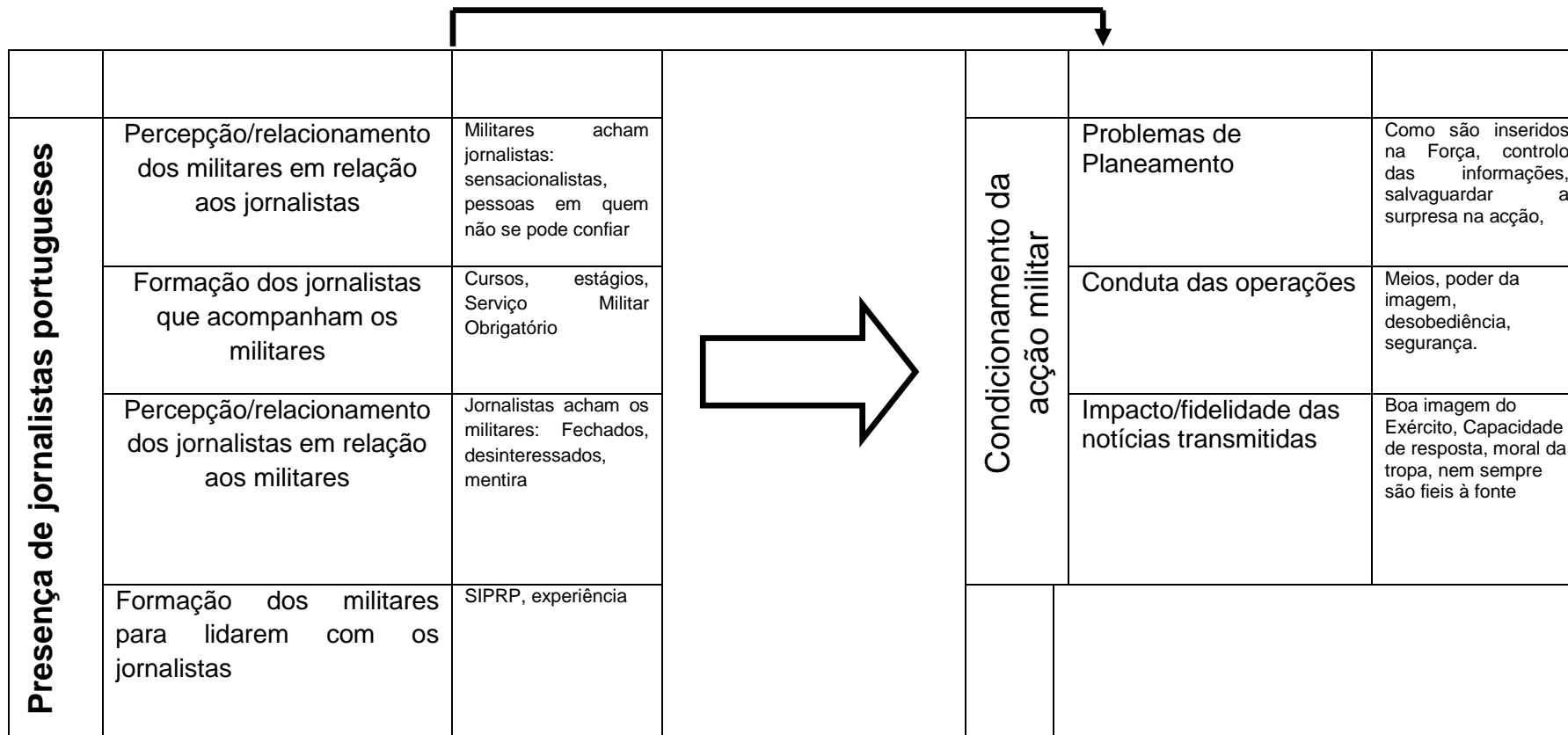
Assembleia da República, Lei nº2/99, "Lei de Imprensa", 13/01/99

Diário da República, 1ª série, nº138, "Lei orgânica nº1-B/2009", 20/07/09

Assembleia da República, Decreto-lei nº 142/77 "Regulamento de Disciplina Militar",  
09/04/77

## Apêndice A – Modelo de Estudo

Repercussões sobre a acção militar



Repercussões sobre presenças futuras e comportamento jornalístico

## Apêndice B – Análise de Entrevistas

**Os documentos que se seguem são  
autênticos e ratificados pelos  
entrevistados**

## Apêndice B.1

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 1	
Entrevistador: Asp. Al. Inf <sup>a</sup> Amadeu Lopes	
Entrevistado: Carlos Alberto Rocha Afonso	Posto: TCor Eng <sup>a</sup>
Função: cmdt do destacamento de engenharia no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	Situação da entrevista: Tancos, Escola Prática de Engenharia

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de <b>conhecimentos/formação</b> se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<i>“eram ministradas instruções durante a preparação, sobre o relacionamento que se deveria ter com jornalistas” (A2) “era distribuído um panfleto que fazia parte do manual da missão, com as regras para este tipo de situações.” (new) “Considero que face as situações que vivi que a formação foi suficiente.” (A1)</i>
Como era o <b>relacionamento</b> dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da Força? Foi benéfico?</i>	<i>“Contactos puramente profissionais, baseados no interesse do jornalista.” (B1) “À medida que o tempo foi passando foram esclarecidas as regras com os jornalistas e foi tudo correndo dentro da normalidade.” (B4 evolução) “Conhecimento profundo não tinham, porque a nossa área de responsabilidade era enorme e eles não conseguiam cobrir toda a área de uma forma eficaz toda a actividade do batalhão, mas também não estavam completamente as escuras. Já sabiam em traços gerais o que nós estávamos a fazer e sabiam muito bem aquilo que queriam procurar.”(B4)</i>
Quais foram as <b>condicionantes nas operações no terreno</b>	<b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua</b>	<i>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é</i>	<i>“Havia uma especial preocupação quando eles nos acompanhavam. Com a segurança, começava logo com o facto de termos civis a</i>

<p>que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p><i>que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (media/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>  <i>Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...)</i>  <i>A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</i></p>	<p><i>acompanhar actividades militares (construção civil no meu caso) e houve procedimentos postos em prática. Providenciar capacetes eventualmente, no próprio deslocamento eles acompanharam o deslocamento inseridos na coluna militar e havia uma especial atenção.” (C5)</i>  <i>“Durante os trabalhos, a “malta” teve especial atenção na sua apresentação como é apanágio dos militares em todas as situações. E tivemos atenção redobrada no cumprimento de algumas regras de segurança. Digo algumas porque nem todos os meios e nem todas as condições estavam reunidas.” (C2)</i></p>
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?</p>	<p><b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b></p>	<p>As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?</p>	<p><i>“tudo que nós fazíamos era visto por milhares de olhos porque o país fez um grande esforço na altura e era necessário o povo ver o que nós andávamos a fazer. Os jornalistas foram os vectores de excelência que revelaram o empenho de Portugal. Os meios de comunicação social foram sem dúvida o melhor caminho para mostrar o que Portugal fez.” (D2)</i>  <i>“era notório nos dias subsequentes à notícia e via-se que a malta andava mais motivada, a adrenalina a vir ao de cima.” (D2)</i>  <i>“os militares ficavam contentes com o facto de verem o seu trabalho a ser difundido” (D2)</i></p>

Tabela 1 - Análise da entrevista do TCor Afonso

## Apêndice B.2

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 2	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: João Francisco da Costa Bernardino	<b>Posto:</b> Major de Infantaria
Função: Oficial de Informações no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Tomar, RI15

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de <b>conhecimentos/ formação</b> se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<i>“uma palestra ministrada pelo SIPRP por elementos do EME (TCor Miguel Machado era um dos elementos) além do briefing eles deixaram um pequeno documento que auxiliava os militares nessa área. Nós no Batalhão tivemos o cuidado de fazer um Briefing antes e durante a missão para voltar a lembrar esta temática com algumas actualizações. No manual que foi elaborado para missão, colocamos alguns procedimentos para ter com os OCS.” (A2) “Eu diria que a formação para a altura, estamos a falar do ano de 2000, era suficiente.” (A1) “Nós no Batalhão tivemos o cuidado de fazer um Briefing antes e durante a missão para voltar a lembrar esta temática com algumas actualizações.” new</i>
Como era o <b>relacionamento</b> dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>	<i>“Eu penso que os jornalistas tinham uma boa opinião sobre o 1 BIPara Reforçado, porque fomos a 1ª força a chegar ao TO e tínhamos a ligação histórica entre o povo português e o povo timorense.” (infirma B4) “Não era minha missão estabelecer laços de amizade com os jornalistas” (B1)</i>
Quais foram as <b>condicionantes nas</b>	<b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem</b>	<i>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares</i>	<i>“Para colmatar esta falha, o Comandante de Batalhão (TCor Simões) incumbiu-me de fazer</i>

<p>operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p>o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</p>	<p>no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (media/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?  Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...)  A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</p>	<p>um briefing de segurança não só para os jornalistas mas também aos professores portugueses que eram destacados para Timor, e que não tinham noção dos perigos.” (C4)  “<i>As operações tinham alguma cobertura mediática, principalmente quando se falava em grupos de milícias a actuar no interior do território e que faziam perigar a vida dos locais. Tínhamos sempre algum cuidado na sua preparação na sua execução de operações onde estivessem jornalistas.</i>” (C5)  “<i>Era sempre um constrangimento para a execução da operação, pois nunca se sabe o que pode acontecer e a reactividade por parte dos OCS para a nossa actuação, no cumprimento da nossa missão (C3 e C4)</i>”  “<i>depende da percepção do jornalista, como filma ou fotografa na ocasião (C2), como descreve a situação. Principalmente aqueles jornalistas que tinham pouco conhecimento das nossas tarefas e do nosso modo de actuar bem (C3)</i>”  “<i>Se ele estava com a tropa acantonado e tinha autorização do escalão superior, nós éramos responsáveis pela sua segurança como era o caso de um jornalista (já não me lembro do nome, sei que era de um jornal local da região de Tomar)</i>” (C6)  “<i>Se eram freelancers nós não éramos responsáveis pela sua segurança</i>”(C6)  “<i>Quando era necessário despendíamos equipamento e segurança próxima (homens) para que efectuassem as suas reportagem, desde que autorizado superiormente, obviamente.</i>” (C6)</p>
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?</p>	<p>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral</p>	<p>As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?</p>	<p>“<i>Os militares eram influenciados pelas notícias negativas ou positivas e abalavam o moral, e a sua motivação</i>” (D1 e D2)  “<i>lembro-me assim por alto uns trabalhos que andávamos a fazer numa pousada que foi noticiada de uma maneira que não correspondia</i></p>

	<p><b>das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b></p>		<p><i>a realidade e outra prendia-se com o facto dos militares das FALINTIL usarem o mesmo camuflado que as forças portuguesas, se calhar a noticia foi feita para desacreditar o apoio que Portugal estava a dar a Timor.” (D2)</i></p> <p><i>“Agora noticias positivas as pequenas entrevistas que as vezes eram feitas, eram transmitidas com grandes, floreados por parte dos jornalistas e os militares sentiam-se bem, sentiam que o País dava valor que eles andavam a fazer, pela missão que efectuavam. Dava muito mais impeto e vontade de trabalhar aos militares. Primeiro porque sentiam que estavam a produzir alguma coisa, contribuindo para a segurança do povo timorense e segundo porque passavam uma imagem de segurança para as suas famílias, o que era importante face às tais situações que os OCS divulgavam diariamente.” (D2)</i></p>
--	--	--	--

Tabela 2 - Análise da entrevista do Major Bernardino

## Apêndice B.3

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 3	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: Paulo Almeida Dias	<b>Posto:</b> Major de Artilharia
Função: Oficial de RP do contingente, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Academia Militar (sede) (entrevistado já passou à reserva)

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de <b>conhecimentos/formação</b> se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<p><i>“O mais importante para mim era os cmdts terem formação nessa área, que não havia.” (infirmo A1)</i></p> <p><i>“houve palestras nesse sentido para o contingente” (A2)</i></p> <p><i>“Houve a tentativa de dar algumas linhas orientadoras e foi distribuído aos militares um cartão com alguns procedimentos para lidar com jornalistas, no sentido de que qualquer militar poderia ser abordado e com ajuda do tal cartão tinha umas luzes sobre o assunto.” (new)</i></p> <p><i>“A minha preparação também foi muito pouca, eu não estava ligado a essa área, no entanto assumi essas funções ainda em Portugal, estabeleci contacto com a informação pública dos três ramos a “beber” da informação que me disponibilizaram, mas não tive nenhum curso específico aquilo que tive foi mais um on Job training.” (A1)</i></p> <p><i>“Penso que a formação não foi suficiente e no meu caso achei que a minha célula podia estar um pouco mais composto, como referi no meu relatório.” (A1)</i></p>
Como era o <b>relacionamento</b> dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3),</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os</i>	<p><i>“É natural que inicialmente houvesse alguma desconfiança por parte dos militares em relação aos jornalistas portugueses.” (B1)</i></p> <p><i>“Não havia um conhecimento prévio das</i></p>

portugueses?	<p><b>não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b></p>	<p><i>jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i></p>	<p>personas (B4), e a medida que esse relacionamento foi crescendo com mais ocasiões para o cmdt de Batalhão e os restantes oficiais irem conhecendo os jornalistas portugueses no local, e depois de terem sido publicadas algumas notícias, a confiança foi aumentando” (Evolução B1)</p> <p>“Havia uma preocupação em requerer ao batalhão dados estatísticos, quer de patrulhas quer das acções que tinham sido desenvolvidas, pois esses dados podiam ser usados para divulgar à nossa comunicação social e assim podíamos desempenhar um papel mais activo com os jornalistas.” (Melhorar o relacionamento)</p> <p>“Houve episódios mais desagradáveis que os jornalistas portugueses não publicaram porque respeitavam os militares.”( infirma B2)</p> <p>“Conhecimento profundo acho que nunca existiu e se nós não abrimos as portas aos jornalistas e lhes explicarmos o que está a acontecer, eles sentem uma grande desconfiança e acima de tudo muita curiosidade.” (B1 e B4)</p> <p>“Com o decorrer da missão creio que esse conhecimento por parte dos jornalistas foi aumentando.” (evolução B4)</p> <p>Não havia um grande conhecimento e eu penso que há determinadas agências que têm mais credibilidade que outras (new) nomeadamente a Agencia de Noticias Lusa e a RTP, penso que tinham uma certa responsabilidade quanto aquilo que publicavam, outros que lá estavam procuravam mais o sensacionalismo (B2), mas sem dúvida que os militares não tinham muito conhecimento sobre os OCS e os jornalistas. (B4)”</p>
Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são	<p><b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o</b></p>	<p><i>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses</i></p>	<p>“Primeiro informar os militares de quem é que pode falar e quem é que está autorizado a ser entrevistado, embora haja situações em que qualquer militar pode falar, desde que o assunto</p>

acompanhadas por jornalistas?	planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).	era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (média/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico? Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...) A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?	da entrevista esteja relacionado com as funções do mesmo.” (C6) “Há sempre uma preocupação para não se passar uma imagem negativa, pois há algumas imagens que de forma descontextualizada podem comprometer a instituição.” (C2) “Havia também algumas preocupações com a disciplina dos militares, eles tinham direito ao rest day uma vez por semana no TO e havia indicações para a postura que eles deviam tomar, pois poderia haver uma tendência para um excesso e isso poderia comprometer a imagem do Batalhão.” (new) “Penso que houve uma polémica quando a força chegou, pois não tinha todos os meios, grande parte dos meios do Batalhão, chegaram mais tarde através de uma navio que trouxe muitos artigos que faziam falta ao batalhão, eu penso que até houve uma fuga de informação para a imprensa sobre este assunto.” (C4)
Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?	As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.	As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?	“Ainda houve situações em que algumas notícias tinham uma certa distorção dos factos, mas o Exército usou da sua capacidade de resposta para repor a verdade.” (D1) “Acho que as missões de apoio à paz foram das melhores “invenções” para o Exército se mostrar. Penso que foi positivo porque o trabalho do Exército foi divulgado saíram algumas notícias na televisão”(D2)

Tabela 3 - Análise da entrevista do Major Dias

## Apêndice B.4

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 4	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: José Manuel Tavares das Neves	<b>Posto:</b> TCor Infantaria
Função: Cmdt de companhia da 11ª companhia de Paraquedistas, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Tancos, Unidade de Aviação Ligeira do Exército

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<i>“Essa formação foi materializada por uma palestra dada pelo SIPRP” (A2) “a elaboração de um manual que preconizava determinadas regras para nos relacionarmos com jornalistas” (new) “praça estava instruída para remeter quaisquer esclarecimentos para os seus Comandantes directos.” (new) “A formação que recebemos, pressupunha uma situação perfeitamente definida era adequada, mas face às situações que vivemos e as condicionantes do TO não.” (infirmo A1)</i>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>	<i>“A relação que tivemos com os jornalistas foi pontual como te disse...” (B1) “a presença de jornalistas só acontecia quando existia alguma matéria passível de interesse jornalístico” (B2) “um free-lancer muito amador, foi um dos primeiros <i>embedded</i> se é que se pode aplicar o termo, não era um indivíduo daqueles que era pressionado por uma redacção.” (B5) “No meu caso concreto fiquei com a impressão que eles só se informavam sobre a nossa actividade quando iam fazer as matérias deles, ou seja não havia um acompanhamento diário das nossas actividades, mais uma vez me refiro</i>

			<p>à companhia que comandava.” (B4)  “Bem os jornalistas são uns indivíduos muito perspicazes, não pareceu que nenhum deles fosse especializado na área” (B4)  “Num caso de um deles verificou-se que tinha alguma formação militar fruto de ter cumprido serviço militar no Regimento de Comandos e de ter a especialidade Comando, foi claramente o indivíduo mais destemido que entrou com a INTERFET” (B4 contraria)  “Agora profundos conhecedores da sociedade castrense não me pareceu que houvesse algum” (B4)  “a reacção perante um cenário de recusa não foi pacífica, iniciou-se uma fase amistosa quando tentou obter autorização para efectuar uma reportagem e culminou com uma fase de questionar a lealdade patriótica quando colocado perante um cenário de recusa. O caso em apreço teve a ver com a morte de um sapador da Bangladesh, quando procedia a uma operação de desminagem na paria da areia branca em Díli, tendo a minha companhia sido chamada a isolar a área até à remoção do cadáver e conseqüente conclusão do processo de recolha de informações e dados para posterior investigação do acidente.” (B2)</p>
<p>Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (media/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?  Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes</p>	<p>Nada pertinente a registar</p>

		<p><i>preocupações? (segurança, emprego de meios...)</i></p> <p><i>A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</i></p>	
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?</p>	<p><b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b></p>	<p>As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?</p>	<p><i>“Reportando-me à minha experiência enquanto Cmdt da 11ª Companhia de Pára-quedistas, esse aspecto não era significativo pois a resolução das dificuldades iniciais foram de tal forma absorventes que deixaram pouco espaço a eventuais reflexões sobre o que se dizia nos média acerca da força” (new)</i></p>

Tabela 4 - Análise da entrevista do TCor Neves

## Apêndice B.5

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 5	
Entrevistador: Asp. Al. Inf <sup>a</sup> Amadeu Lopes	
Entrevistado: Carlos Pedro Silvestre Oliveira	<b>Posto:</b> TCor Infantaria
Função: Oficial de Pessoal, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> EME

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/ formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<i>“um conjunto de palestras sobre procedimentos a adoptar com OCS. Estas palestras eram ministradas por pessoal, normalmente, pertencente à SIPRP/GAB CEME” (A2) “destas acções de formação, em NEP eram difundidos procedimentos a adoptar com os OCS, no próprio Manual do Graduado, no Manual do Praça, que cada militar transportou para o TO.” (new)</i>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>	<i>“apesar de não termos recebido uma formação aprofundada sobre o relacionamento com os OCS, como os militares do BIPara lidaram, numa base diária, com um jornalista, pode-se afirmar que aprenderam com ele, compreendendo melhor o seu trabalho, baseado numa confiança mútua, apoiada em princípios-base de relacionamento, como são exemplo a segurança das operações e das informações.” (B5) “bom senso de cada um. Em caso de embaraço/dificuldades acrescidas no contacto com jornalistas, dever-se-ia informar o escalão superior e/ou remeter os assuntos que não eram da sua esfera de acção para aqueles que eram os responsáveis pelos mesmos assuntos, nomeadamente os Cmdt das Subunidades, principalmente assuntos em que não se sentiam à vontade” (new)</i>

			<p>“decorrente da função que desempenhava, Oficial de pessoal, posso afirmar que tive um contacto estreito com o jornalista, tendo-o acompanhado no seu dia-a-dia. Este comia, lavava os dentes e dormia ao nosso lado, acompanhando o dia-a-dia do 1º BIPara. O próprio jornalista confrontava-se com as dificuldades do Batalhão.” (B5)</p> <p>“Já o afirmei anteriormente, todos os jornalistas têm que ver com a sua origem (o OCS para onde trabalham). Existem jornais, de diversas agências, que contam com uma reputação de credibilidade e outros, nem por isso. Existem jornalistas que são “freelancers” cobrindo um vasto espectro de assuntos e outros que são, digamos, profissionais mais temáticos, que tratam especificamente de determinadas matérias.” (New e B4)</p> <p>“as prioridades do Batalhão não eram a instalação da internet, nem acesso a jornais, eram sim para melhorar as instalações, para as desinfestarmos, para evacuações, evitar as doenças, etc. O jornalismo não era uma prioridade.” (New)</p>
<p>Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (média/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</p> <p>Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de</p>	<p>“A participação ou não participação em operações dependia do parecer do Oficial de Operações, caso fossem operações de rotina ou operações com maior risco para a segurança, como são exemplo as operações de cerco e busca a indivíduos indiciados ou procurados.” (New)</p> <p>“Ele acompanhava a força em operações em que o risco não era elevado. Contudo, este transportava um colete anti-balístico e um capacete, que tinha de envergar caso se justificasse.” (C5)</p> <p>“Poderá condicionar ou não. Tudo dependerá se houver decisão sobre os jornalistas nos</p>

		<p>meios...)</p> <p>A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</p>	<p>acompanharem ou não. Em caso afirmativo, o jornalista era instruído como agir durante a operação. Já face a outros jornalistas que poderiam surgir no TO, vindos de outras agências noticiosas é algo que deverá ser sempre previsto e ser acautelado.” (C3)</p>
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?</p>	<p><b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b></p>	<p>As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?</p>	<p>“O Batalhão teve uma página na internet. Contudo, tudo aconteceu gradualmente. Como já afirmei, o 1ºBI Para teve um ponto com acesso a internet para todo o batalhão, a partir do qual eram impressas notícias de diversos jornais nacionais.” (news)</p> <p>“Em 2000, em termos de notícias, era missão dos militares que vinham de licença a Portugal trazer notícias do nosso País para o TO.” (new)</p>

Tabela 5 - Análise da entrevista do TCor Oliveira

## Apêndice B.6

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 6	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: José de Sousa Teles Serra Pedro	<b>Posto:</b> TCor Infantaria
Função: Oficial de Operações, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Tancos, ETP

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<p><i>“A formação que nós tínhamos na altura, em 2000, não era a mais adequada.” (infirmo A1)</i></p> <p><i>“uma palestra dada pelo GabCEME com os procedimentos a ter com os jornalistas e os pequenos treinos que haviam eram só para aplicar aqueles procedimentos.” (A2)</i></p> <p><i>“Era também dado um panfleto com algumas regras.” (news)</i></p> <p><i>“A formação dada na altura, para o comum dos militares acho que era suficiente, no entanto para graduados do batalhão, como o cmdt, 2ºcmdt, of de operações e cmdts de companhia se calhar era insuficiente. Deveria haver uma formação para esse grupo específico, formação essa mais exigente e com casos práticos do género entrevistas com jornalistas falsos ou não, e se calhar numa tarde ou numa manhã fazia-se este tipo de exercício. Isto porque o jornalista até gosta de falar com o praça sobre assuntos corriqueiros, como por exemplo se ele sente saudade da família; há quanto tempo não fala com a namorada, mas as situações mais delicadas são sempre remetidas para as pessoas que eu enumerei.” (A1)</i></p>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3),</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os</i>	<i>“Primeiro sempre fui da opinião que ter um jornalista que nos acompanhava em permanência conosco, que entrava em todos os locais sem pedir licença, inclusive na sala de</i>

portugueses?	<p>não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</p>	<p><i>jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i></p>	<p>operações, à qual eu tive de lhe barrar a entrada algumas vezes e por fim proibi-lo de lá entrar.” (B5)  “Com outros jornalistas era um relacionamento estritamente profissional.” (B1)  “<i>No entanto a maioria dos jornalistas não percebia nada da área de defesa, também fruto da missão que eles tinham, eles não iam propriamente acompanhar o batalhão, eles iam à procura de notícias sobre Timor a mando das suas agências.</i>” (B4)</p>
<p>Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p><i>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (média/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>  <i>Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...)</i>  <i>A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</i></p>	<p>“Essa parte de acompanhar operações é um aspecto que eu não apreciava, nem aprecio muito. No entanto foram conosco em operações de rotina, patrulhamentos, outra coisa era eles estarem em operações mais complicadas o que na minha opinião tem pouco interesse eles estarem presentes, porque o jornalista vai depois contar a sua versão da história e tanto podem estar do lado da força portuguesa como do lado dos beligerantes na altura de publicar a notícia”  “A mim nunca me influenciou em nada. Eu também não os deixava participar nas operações mais delicadas, pois acho que eles não devem participar a não ser que sejam de extrema confiança do comando da unidade. Não havia nenhum plano específico para essa eventualidade” (C3)  “<i>naquelas operações de rotina providenciávamos um capacete, colete e outros materiais.</i>” (C5)</p>
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?</p>	<p><b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1),</b></p>	<p>As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?</p>	<p>“<i>Como a opinião pública era favorável e apoiava o nosso empenhamento os jornalistas alimentavam esse apoio</i>” (NEW)  “<i>Na altura só me recordo assim de uma notícia mais desfavorável sobre o batalhão e que era mentira, que foi uma notícia que falava que os militares portugueses tinham tanta falta de</i></p>

	<p>às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</p>		<p><i>proteínas que comiam carne de cão.”</i>  <i>“De resto falaram sempre bem, tanto quanto me lembro, tendo sido bom para o moral das tropas. Ajudou a motivar as tropas, fazendo com que os militares se sentissem úteis, pois estavam a fazer um trabalho que era reconhecido pela opinião pública portuguesa. Como tal penso que nesse aspecto o saldo foi muito positivo.” (D2)</i></p>
--	---	--	---

Tabela 6 - Análise da entrevista do TCor Pedro

## Apêndice B.7

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 7	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: António Jorge dos Santos Ferreira Pires	<b>Posto:</b> TCor Infantaria
Função: Cmdt da 13ª companhia de Paraquedistas, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Tancos, ETP

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/ formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<i>“tínhamos aquelas instruções normais” (A2) “Não existia um bom plano de comunicações como está estruturado na OTAN, mas correu tudo bem no geral.” (New) “nós tínhamos é que ter em atenção as regras de empenhamento usadas ali” “A relação foi muito baseada no bom senso por todos nós e também a experiência que muitos de nós já estávamos rotinados em missões, e corria bem.” (A3)</i>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>	<i>“os meus militares estavam bem instruídos quanto a isso, para questões mais refinadas encaminhavam o pessoal através da cadeia de comando.” (new) “A relação era estritamente profissional.”(B1) “A relação foi muito baseada no bom senso por todos nós e também a experiência que muitos de nós já estávamos rotinados em missões, e corria bem.” (new) “Houve uma pessoa que estava acantonada no batalhão, na minha companhia nunca esteve. Era uma pessoa que escrevia matérias dignas de um blog para alimentar o seu ego ou o de outras pessoas escreve umas coisas e dá-se a liberdade de utilizar um meio que tem ao seu dispor para escrever o que lhe apetece sem que lhe peçam responsabilidades, sem que o obriguem a cumprir as leis, regulamentos,</i>

			<p>ordens e etc, portanto esse individuo estava lá mas no meu entender isso não era um jornalista. Era um amador que conseguiu dinheiro para fazer uma viagem turística a Timor, que fazia notícias encomendadas, não era um individuo que trabalhava com a verdade, e por vezes nem factual era, e o trabalho do jornalista é um trabalho factual. Um bom Jornalista não faz interpretações, não dá opinião. Se formos ver as notícias dele...enfim... Esse individuo atrapalhou o trabalho do batalhão!!!" (B5)</p> <p>"os jornalistas o que lhes interessava era o sensacionalismo." (B2)</p> <p>"Havia sim muita naturalidade, tudo que fugisse a isto era uma má atitude, ele tem que ser encarado nos olhos, responder sempre ao nosso nível se as perguntas fugiam da nossa esfera da acção e a segurança reportávamos para cima e pronto." (New)</p>
<p>Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (media/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</p> <p>Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...)</p> <p>A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</p>	<p>"Nesse sentido não correu mal porque foi sempre uma situação sempre programada e controlada." (C6)</p> <p>"Houve outro caso, com um pelotão meu na ribeira de Caça. Que estava em Quick Reaction Force portanto sob controlo do batalhão. Fiquei preocupado quando vejo esses indivíduos na televisão com redes na cabeça, camuflados, a arma empunhada e ver pessoal a cheirar um fogueira e a dizer "eles passaram aqui há cerca de 3 horas" a desempenhar uma operação que era de boinas azuis das Nações Unidas, com a mania da operacionalidade, a questão da surpresa também podia ser quebrada, não fosse aquela aparato fruto de um boato, que infelizmente acontecia muito no Teatro" (C4)</p> <p>"Acaba sempre por condicionar uma pessoa tem que ter um cuidado redobrado, mas isso também era inculcado nos homens em qualquer</p>

			<p>situação. Preocupava-me, a nível da companhia cumprir as regras de empenhamento” (C3)</p> <p>“A presença deles obrigava-nos a disciplinar-mo-nos ainda mais.” (C6)</p> <p>“Eles não fazem parte da nossa missão, eles têm que estar a sua própria conta e risco.” (C5)</p>
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?</p>	<p><b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b></p>	<p>As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?</p>	<p>“Eu tive pouca mediatização nas minhas tarefas, ou pelo menos directamente comigo.” (New)</p> <p>“Havia no entanto um Srº jornalista, da agência lusa na altura em que eu lá estava que tinha muito a mania de falar daquilo que não sabia, mas era para a tropa em geral, fazia uma má publicidade. Era um indivíduo de gabinete não ia para o terreno e escrevia aquilo que lhe apetecia. Não tinham noção do que era o papel das Forças Armadas, porque se tivessem tinham uma abordagem diferente a algum tipo de notícias das poucas que eu vi.” (D1)</p> <p>“Aquele aparato todo se calhar para um puto de 20 anos acha aquilo porreiro, agora para pessoal minimamente entendido na matéria a transmissão não abonava a nosso favor e fica com uma má impressão das forças.” (D1) (Aspecto referente a história da Ribeira de Caça contada em cima.)</p> <p>“O impacto na minha companhia não era nenhum. Tínhamos sempre a consciência tranquila e quase que posso afirmar isso desde o soldado mais moderno até ao militar mais experiente da companhia.” (New infirma tudo)</p>

Tabela 7 - Análise da entrevista do TCor Pires

## Apêndice B.8

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 8	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: Joaquim Alberto Alves Santana	<b>Posto:</b> Cor Infantaria
Função: 2º cmdt do Batalhão, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Em casa do entrevistado

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/ formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<i>“Fruto da experiência que a BAI (agora BRR), tinha do TO da Bósnia, onde a comunicação social teve de facto um papel bastante importante, houve um conjunto de lições aprendidas que foram aproveitadas e incluídas na preparação dos Batalhões seguintes. Recordo-me que esta temática estava incluída na preparação do Batalhão, designadamente sob a forma de palestras que o Comandante de Batalhão, Comandantes de Companhia e outros Oficiais, incluindo eu próprio, transmitíamos a todo o pessoal.” (A3) “com o resultado das lições aprendidas e das directivas superiores recebidas nesse sentido, melhorou bastante, e penso que, neste caso, a formação foi suficiente.” (A1)</i>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>	<i>“Reconheço que é difícil evitar uma certa tendência dos jornalistas para algum sensacionalismo. O problema é que a rotina tem pouco impacto junto da opinião pública, e não atrai grandes audiências” (B2) “nestes teatros, normalmente verifica-se uma certa comunhão de sentimentos, uma certa “solidariedade nacional”, devido ao facto de todos (militares, jornalistas, professores, etc.) sentirmos estar todos a contribuir para o mesmo objectivo final, e também de estarmos longe do nosso país e das nossas famílias.” (Infirma B1)</i>

			<p>“Penso que os jornalistas respeitavam o nosso trabalho, embora o conhecimento específico sobre a nossa missão e as nossas acções variasse bastante, dependendo da experiência que cada um deles tinha em missões de apoio à paz.” (B4)</p> <p>“Após algum tempo de permanência no TO, desenvolviam um conhecimento bastante mais detalhado, em parte devido também ao contacto com os militares (Forças Armadas e GNR)” (B4)</p>
<p>Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa numa operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (média/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</p> <p>Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...)</p> <p>A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</p>	<p>“Caso se constatasse que o comportamento de algum jornalista em particular não era adequado, esse jornalista não era autorizado a acompanhar as operações militares.” (C1)</p> <p>“Naturalmente que as maiores preocupações eram as de segurança, porque, para além do cumprimento da missão, tínhamos também de garantir a segurança física dos jornalistas que nos acompanhavam.” “a responsabilidade directa da segurança dos jornalistas era atribuída a uma Equipa ou uma Secção, dependendo do tamanho da delegação, sob o comando de um Sargento.” “Em situações mais complicadas, podíamos mesmo exigir que eles envergassem o colete e o capacete” (C5)</p> <p>o condicionamento é relativo. Receber e fazer-se acompanhar por uma equipa de jornalistas acaba por ser uma tarefa adicional a cumprir, no âmbito da missão que nos está cometida. Por outro lado, é importante mostrarmos o nosso trabalho de forma genuína e natural, e não criar algo de específico apenas “para jornalista ver”. (C4)</p> <p>“É por isso extremamente importante que a cadeia de comando no terreno se mantenha muito bem informada sobre tudo o que se passa no TO, especialmente com as nossas forças, por forma a estar sempre em condições de antecipar e responder a eventuais questões dos órgãos de comunicação social.” (C6)</p>

			<i>“Antes do início da operação, recebiam “briefings” de segurança e sobre a própria missão.” (C3 new)</i>
Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?	<b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b>	As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?	<i>“foi um momento muito emocionante, acompanhado em directo por todos os meios de comunicação social portugueses presentes no TO, e que muito empolgou e exaltou o patriotismo dos portugueses, em Timor-Leste e em Portugal. Sem a presença dos jornalistas para difundirem aquelas imagens e contarem aquela história, este episódio teria um impacto muito menor daquele que teve na altura.” (D2)</i>

Tabela 8 - Análise da entrevista do Cor Santana

## Apêndice B.9

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 9	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: Rui Jorge Roma Pais dos Santos	<b>Posto:</b> Major Infantaria
Função: Adjunto da 13ª companhia de Paraquedistas, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> IESM

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/ formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<i>“Tínhamos uma palestra” (A2) “Tínhamos um cartão com conselhos e regras básicas (não mentir, não inventar, quando não sabemos passar a mensagem para quem de direito) para lidar com os OCS, não me lembro se isto era apenas ao nível dos graduados ou também ao nível de praças.” (novo) “Para te responder a questão se a formação foi suficiente não me posso fixar só no caso de Timor porque já fiz cinco missões alem desta e algumas delas com muita cobertura mediática e algumas delas trabalhei com jornalistas embedded e o que te posso dizer é que o batalhão não estava preparado porque, como já disse, a formação era muito rudimentar.” (A1)</i>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>	<i>“Em relação ao caso particular de Timor não tivemos muito relacionamento com estes profissionais, o que tivemos foi estritamente profissional.” (B1) “Havia um desconhecimento e uma desconfiança mutua.”(B1) “Os jornalistas na altura desconfiavam dos militares e penso que hoje em dia ainda é assim e eles pensam que nós temos o hábito de esconder as coisas que não damos toda a informação, informação essa que eles acham que devia ser pública.” (B2) “Não tinham muito conhecimento, não</i>

			<p>respeitavam, e não tinham o mínimo de interesse.” (B4)</p> <p>“Por exemplo a minha companhia uma das missões que tinha era garantir a segurança ao heliporto de Díli (...) quando havia alterações ao estado de segurança e as vezes fruto dessas alterações não era possível deixar entrar ninguém que não pertencesse a força e os jornalistas tinham grande dificuldade em entender isso” (B4)</p> <p>“Houve um jornalista freelancer que esteve acantonado no seio da força, além desse não soube de mais nenhum” (B5)</p>
<p>Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (media/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</p> <p>Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...)</p> <p>A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</p>	<p>“A grande preocupação no planeamento quando se falava de jornalistas era falar na segurança da informação porque o jornalista garantidamente que poderia por em risco a operação, segurança, surpresa e tudo mais.” (C4 e C5)”</p> <p>“O que posso dizer relativamente a segurança é que com a nossa presença no TO o número de jornalistas foi aumentando.” (novo C5)</p>
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?</p>	<p><b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa</b></p>	<p>As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?</p>	<p>“Uma delas dizia que os nossos militares estavam a comer carne de cão, porque não tinham acesso a proteínas animais de outra forma e então comeram carne de cão, uma falácia.” (D1)</p> <p>“Outra teve a ver com um militar nosso que teve um problema de saúde resultante do clima onde estávamos, ele foi prontamente socorrido e evacuado para o hospital australiano de Díli e foi</p>

	<p><b>todo o contingente.</b></p>		<p><i>encaminhado para a Austrália para ter um acompanhamento contínuo. A notícia que saiu foi que não lhe tinha sido prestado os cuidados necessários. Foram duas notícias negativas que além de abalarem o moral de quem estava em Timor, do batalhão, também abalava as nossas famílias em Portugal, e nós dispúnhamos apenas de 2 min para falar com a família o que se tornava complicado para esclarecer esses mal entendidos.” (D1)</i></p> <p><i>“Notícias abonatórias a nosso favor não me recordo mas devem ter existido e com certeza que era bom ouvi-las.” (D1)</i></p>
--	-----------------------------------	--	--

Tabela 9- Análise da entrevista do Maj Santos

## Apêndice B.10

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 10	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: Aníbal Carlos Correia Saraiva	<b>Posto:</b> TCor Infantaria
Função: Cmdt do módulo de apoio, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> DARH

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/ formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas? Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i>	<i>“A formação, eu estou a falar, daquilo que me recordo, nós tivemos integrados 15 dias no batalhão, antes de partirmos para a missão, em Tomar.” (New) “no programa que fizemos de instrução em Lamego, havia um módulo que era como lidar com os OCS em combate. A instrução foi preparada utilizando umas fichas de instrução de missões de apoio à paz do Exército. A nossa instrução foi autodidacta, alguém do destacamento estudou as fichas para ministrar ao resto dos militares que iam integrar o módulo.” (New) “Penso que não foi suficiente, acho que deveria ter havido uma maior elucidação de quem já tivesse alguma experiência.” (infirmo A1)</i>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções? Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares? Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i>	<i>“houve um acidente com 2 militares portugueses, o rebentamento de uma mina que atingiu um Sargento e um Soldado português. Após conhecimento, o Cmdt de Batalhão deu-me a missão de verificar in loco o que é que se estava a passar. Então meti-me no jipe e fui para a praia da areia branca, e quando lá cheguei já haviam jornalistas, uma delas era a Margarida Machado da RTP, penso eu. Fui lá ver o que se passava, falei com alguns militares e populares, para saber o que é que se estava a passar e fui confrontado com essa jornalista a</i>

		<p><i>pedir uma entrevista. Bem, era mais uma declaração sobre o acontecimento, do que uma entrevista e eu pedi autorização ao cmdt de batalhão e fiz ali 2 ou 3 declarações, depois de ter pedido ao cmdt de batalhão. Mas mais tarde, reconheci que não o deveria ter feito, não foi isso que estudamos na preparação, as declarações deviam ter sido feitas pelo estado-maior do cmd central da UNTAET. Isto aconteceu porque o pessoal estava um bocado tenso e exaltado e o jornalista aproveita a situação e o cmdt para não dar mais ênfase a situação, que não era assim tão grave quanto isso, pois não tinha havido mortes, e para apaziguar a situação ele (cmdt) deu-me a autorização, mas depois caímos na real e o que devíamos ter feito era encaminhar o jornalista para o tal cmd do Estado-Maior. Esta então foi a primeira situação.” (B2)</i></p> <p><i>“Tenho que admitir que havia alguma desconfiança, porque o jornalista procurava sempre algo negativo e sensacionalista que pudesse vender facilmente e que pudesse preencher uma capa do jornal, e por vezes coisas normais e banais não.” (B1 e B2)</i></p> <p><i>“a relação não era muito próxima, mas também não era adversa nem inimiga, mas sempre um pé atrás com elevado grau de desconfiança.” (B1)</i></p> <p><i>“Têm uma percepção reduzida, o jornalista quer é ter conteúdo para enviar para as redacções. Eles apanham tudo o que podem e depois na redacção eles aproveitam da maneira que acham melhor para venderem mais, esta é percepção que eu tenho agora e que não é diferente da que eu tinha na altura. Não descaracterizam completamente a realidade, mas utilizam a informação que têm em prol do comercio.” (B4)</i></p> <p><i>“Há jornalistas que não procuram tanto o</i></p>
--	--	---

			sensacionalismo, e há coisas que eles não dizem para as redacções, percebem que podem estar a pôr em causa o nome do país e o nome da força e até a segurança.” (B4)
Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?	<b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b>	Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (media/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico? Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...) A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?	“E nós (militares) estamos sempre na defensiva, pois qualquer coisa que nós digamos pode ser apanhada fora do contexto.” (C6) “Nunca me acompanharam nem nunca tive de dizer o que ia fazer.” (impossível abordar mais esta questão derivada)
Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?	<b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b>	As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?	“os nossos militares, e não era com razão, andavam um bocado aborrecidos com a alimentação e então o jornalista que estava em Samme com eles veio dizer que eles tinham tão pouca comida que até andavam a comer carne de cão e isso saiu nos jornais e na imprensa nacional e depois nós que lá estávamos viemos a saber e apurou-se que os militares comeram carne de cão porque é uma tradição chinesa penso eu, e havia gente dessa comunidade junto dos militares e estes aceitaram provar a dita carne.” (D1) “Tinham variados efeitos. Dependia da notícia e de como ela era percebida. Pode aumentar o ânimo e a motivação mas também pode ter os efeitos contrários.” (D1 e D2) “Quando as notícias eram positivas os homens ficavam empolgados, se for negativa os homens

		<p><i>ficam abatidos.” (D1 e D2)</i></p> <p><i>Quando recebemos a visita do PR Jorge Sampaio e do 1º Ministro António Guterres houve também a visita do presidente da Indonésia, aos quais o batalhão fez segurança. A imprensa mencionou isso e mencionou como tendo sido um êxito nessas alturas. o pessoal fica empolgado. Ainda me recordo que na visita do presidente da Indonésia, um dos homens do destacamento se encontrava com uma sniper no telhado de um hotel. Houve um jornalista que tirou uma foto, sem identificar o militar, a qual foi publicada. No mínimo uma situação deste é algo de comentário, o que faz com que os militares tenham a percepção que fazem parte de um cenário maior do que eles. É muito positivo para a motivação. (D2)</i></p> <p><i>“lembro-me de percorrermos a imprensa e já tirávamos de lá muita informação de Timor, prova que já havia alguns jornalistas no terreno, essa informação foi usada para preparar a missão. Alguma informação que era fornecida pelo canal de comando, coincidia com a informação dos OCS.”</i></p>
--	--	--

Tabela 10 - Análise da entrevista do TC Saraiva

## Apêndice B.11

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 11	
Entrevistador: Asp. Al. Inf <sup>a</sup> Amadeu Lopes	
Entrevistado: José Alberto Cordeiro Simões	<b>Posto:</b> Cor Infantaria
Função: Cmdt do Batalhão, no 1ºBIPara em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Situação de Reserva. Via E-mail

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/ formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Os conhecimentos, por parte dos militares neste ramo respondiam as necessidades (A1); era dada uma palestra nesse âmbito pelo SIPRP (A2) e a experiência dos militares em outros TO (A3), também era um factor a ter em conta.</b>	<p><i>Qual era a preparação que os militares tinham à data (treino, formação, procedimentos, etc) para lidar com os jornalistas?</i></p> <p><i>Será que esta formação era o suficiente no seu entender para as situações que viveu?</i></p>	<p><i>“diferentes palestras sobre o que deviam fazer caso fossem abordados por algum jornalista, e o cuidado que deveriam ter ao falar com estranhos em não divulgar informação que pudesse ser utilizada pelos media.” (A2)</i></p> <p><i>“No meu caso pessoal penso que não necessitei de formação adicional. Já quanto aos restantes graduados do Batalhão penso que deveria haver um treino específico para os mesmos no sentido de aprenderem a lidar com os media, sobretudo como evitar a transmissão de informação inconveniente para os mesmos.” (A1)</i></p>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<p><i>Como descreve a relação dos militares com os jornalistas portugueses? Evoluções?</i></p> <p><i>Na sua opinião, qual a percepção que os jornalistas portugueses tinham acerca do trabalho desenvolvido pelos militares?</i></p> <p><i>Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?</i></p>	<p><i>“Este aspecto fez com que a relação entre o 1ºBIPara e os jornalistas portugueses fosse má dada a constante resposta dada pelos militares do 1ºBIPara para se dirigirem ao comando do sector.”(B3)</i></p> <p><i>“Em resumo, os principais jornalistas portugueses que estiveram no TO no início de 2000 não fizeram um trabalho benéfico para o Batalhão. Ignoraram o trabalho, o esforço, a</i></p>

			<i>dedicação desenvolvidos por 707 militares portugueses no cumprimento da sua missão primária em Timor: Defender o supremo interesse de Portugal em todos os momentos e em todas as situações.” (B4)</i>
Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?	<b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), o valor das imagens e sua interpretação (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa numa operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b>	<i>Houve situações que os jornalistas portugueses acompanhavam os militares no terreno? Acha que a formação, se é que existia, dos jornalistas portugueses era adequada para lidar com os militares? E para se movimentarem em operações mais complexas? (média/baixa intensidade?) Houve jornalistas acantonados no seio da força? Foi benéfico?  Na conduta das operações quando os jornalistas portugueses acompanhavam a força quais eram as grandes preocupações? (segurança, emprego de meios...)  A presença destes profissionais condiciona o planeamento de que forma?</i>	<i>“foram desencadeadas três operações para tentar capturar/eliminar um grupo de guerrilheiros pró-indonésios (milícias) infiltrados no sector do Batalhão. Penso que apenas uma dessas operações teve o acompanhamento de um jornalista. A preocupação principal foi naturalmente com a segurança.” (C5)</i>
Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?	<b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b>	As notícias publicadas tinham impacto na força de que forma?	<i>“Isto porque o único impacto visível desse trabalho foi a divulgação de uma notícia no Correio da Manhã, informando que passados dois meses de estarem em Timor os militares portugueses continuavam a comer apenas ração de combate e a dormir no chão. Tratou-se de uma desinformação que em nada contribuiu</i>

			<i>para a moral do pessoal do Batalhão, provocando inclusivamente algumas reuniões internas para dirimir o efeito desta notícia na moral de todo o pessoal do Batalhão” (D1)</i>
--	--	--	--

Tabela 11 - Análise da entrevista do Cor Simões

## Apêndice B.12

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 12	
Entrevistador: Asp. Al. Inf <sup>a</sup> Amadeu Lopes	
Entrevistado: Hernâni Carvalho	
Função: Jornalista da RTP em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Estúdios da SIC

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Por sua vez a formação dos jornalistas era vocacionada para lidarem com os militares, vinha do Serviço Militar Obrigatório (A1), especialistas na área de Defesa, cursos vocacionados para a temática militar (A2).</b>	<i>A sua formação (experiência, cursos etc...) na altura, dava resposta às exigências que encontrou no terreno para fazer o seu trabalho e para lidar/entender com os militares do 1ºBIPara?</i>	<i>"Fui militar nos Comandos e tenho o curso de auditores de Defesa Nacional" (A1 e A2)  "No caso de Timor a maior parte dos jornalistas não tinham uma formação básica." (A1)</i>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara com os jornalistas portugueses?	<b>Os militares vêem os jornalistas como sendo os maus da fita. Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b>	<i>Como descreve a relação dos jornalistas com os militares do 1ºBIPara? Evoluções?  Qual era a sua percepção sobre o entendimento dos militares do 1ºBIPara, acerca do papel do jornalista no terreno (em TIMOR)? (a pressão, a agenda...) (respeitavam ou não respeitavam)</i>	<i>"Houve dois tipos de relações que ocorreram naquele momento. Uma era a relação com o canal de comando, essas relações eram sempre institucionais e obrigam a cuidados por parte de quem comanda, por isso é que se comanda e depois as relações com os militares no dia-a-dia, nas suas folgas, enfim." (New)  "Portanto a relação com os militares foi boa, uma relação fácil. Com os militares portugueses ainda foi melhor por causa da língua, das culturas" (Contraria B3)</i>

			<p><i>“As relações com os meios de comunicação ele deixava para pessoal mais vocacionado para tal” (new)</i></p> <p><i>“Não era a pessoa mais preparada para falar com os OCS, mas temos que ser francos, os militares não têm que ser preparados para ter funções junto com os meios de comunicação, eles têm é que ser preparados para a tarefa para que foram inventados.” New</i></p> <p><i>“Eles tinham a percepção de que muita gente andava lá empenhada em dar notícias sobre o desenvolvimento dos acontecimentos. E os militares davam as informações que conseguiam, eu lembro-me na altura da Manuela Teixeira da TSF na altura, estar a argumentar com o TCor Simões porque queria mais informações e o coronel Simões não dava. É o militar que tem que definir que informações é que pode dar aos jornalistas e a missão do jornalista é conseguir informação.” (B3 e B4)</i></p> <p><i>“Antigamente, a maioria dos jornalistas tinham passado pelas Forças Armadas e tinham um conhecimento mínimo das coisas” (B4)</i></p> <p><i>“ele soube reconhecer e destringir quem andava preocupado em contar histórias e quem andava a beber gin tónico em Díli.” (New)</i></p>
Quais foram as	<b>Os focos dos problemas podem ser: os</b>	<i>Pode-me relatar situações de perigo que</i>	<i>“Relatar agora situações de perigo que tenha</i>

<p>condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), a capacidade de transmissão <i>live</i> e o valor das imagens (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa duma operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios (C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p><i>tenha vivido no terreno e mais particularmente no acompanhamento dos militares? Havia a preocupação de cumprir a regra tudo o que os militares indicavam, ou por vezes descoravam algumas indicações para obter mais informação?</i></p> <p>Quando acompanhavam os militares nas suas actividades/operações sentiam-se seguros com o batalhão? Que papel é que acha que os militares tinham na segurança dos jornalistas, na altura no 1ºBIPara?</p>	<p><i>vivido no terreno a acompanhar militares seria pôr em causa o trabalho desses militares. Ao lado deles não tive situações de perigo.” (C5)</i></p> <p><i>“Relativamente a exemplos de acompanhamento das tarefas militares do 1ºBIPara, tenho uma situação. O Cor Simões não queria jornalistas em certas zonas de Timor e eu um dia meti-me num desses locais e disse-lhe, Estou no sítio tal chamo-me fulano tal, o coronel Simões retorquiui dizendo que eu não podia estar ali, e eu disse está bem venha buscar-me então, mas primeiro tem que me encontrar e é para lhe dizer que eu não estou agarrado ao gin tónico, eu vim ver o que esta efectivamente a acontecer. Isto aconteceu porque tínhamos informações sobre todos os sectores de Timor, menos do sector central onde estava o batalhão português. E nós não queríamos enviar uma notícia para Portugal a dizer do sector tal passa-se isto, do sector central do batalhão português não sabemos de nada. O coronel Simões provavelmente sabia onde eu estava e mais para o fim do dia veio ao meu encontro e conversamos amplamente sobre aquela matéria e tive oportunidade de lhe dizer o que é que tinha conseguido ver e ele ficou a perceber o que é que tinha filmado.” (C1)</i></p> <p><i>“Quando o jornalista atrapalha a actividade militar acabou a sua função, acabou a notícia, porque essa unidade tem o seu trabalho a desenvolver.” (C1)</i></p>
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E</p>	<p><b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à</b></p>	<p><i>Que valores notícia eram privilegiados? (coisas banais do batalhão ou apenas aquilo que pudesse ser capa de um</i></p>	<p><i>“É evidente que o objectivo não era saber quais eram as operações previamente, mas seria interessante dizer que no dia em que mataram</i></p>

<p>qual o seu impacto?</p>	<p><b>fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b></p>	<p><i>jornal) Havia aquele sentimento patriótico a publicar as notícias ou tentavam sempre ser isentos?</i></p>	<p><i>dois australianos, as nossas operações andavam a procurar as milícias, a ONU garantia que não havia milícias e os militares apareciam mortos, temos que ter presente a época. Essas notícias sobre a actividade do batalhão eram muito importantes, para o contribuinte português e para a visibilidade da missão portuguesa.” (D2)</i></p> <p><i>“Na publicação das notícias era sempre isento e relatava sempre os factos independentemente da minha consideração pelas Forças Armadas. Agora quando era possível escrever a notícia relatando os factos e dar relevo aos feitos dos militares era dos primeiros a fazê-lo” (D2)</i></p>
----------------------------	--	---	--

Tabela 12 - Análise da entrevista ao Sr.º Hernâni Carvalho

## Apêndice B.13

SÍNTESE DA ENTREVISTA Nº 13	
Entrevistador: Asp. Al. Infª Amadeu Lopes	
Entrevistado: Luciano Alvarez	
Função: Jornalista do Público em Timor no ano de 2000	<b>Situação da entrevista:</b> Sede do Jornal Público

Qd <sub>x</sub>	Hdx	Perguntas	Respostas
Que tipo de conhecimentos/formação se é que existiu dos jornalistas para acompanharem os militares e vice-versa?	<b>Por sua vez a formação dos jornalistas era vocacionada para lidarem com os militares, vinha do Serviço Militar Obrigatório (A1), especialistas na área de Defesa, cursos vocacionados para a temática militar (A2).</b>	<i>A sua formação (experiência, cursos etc...) na altura, dava resposta às exigências que encontrou no terreno para fazer o seu trabalho e para lidar/entender com os militares do 1ºBIPara?</i>	<p><i>“A minha formação é vocacionada para a área política. Nunca fiz daqueles cursos para jornalistas vocacionados para a área de defesa nem nada disso.” (A2 não confirmada)</i></p> <p><i>“Fiz o Serviço Militar obrigatório isso ajudou-me a compreender a hierarquia e alguns conceitos militares, fiz 18 meses de tropa e tenho a noção perfeita como funciona a “máquina militar”.”(A1)</i></p> <p><i>“A minha experiência como jornalista deu-me as restantes bases para desenvolver o meu trabalho, sei perfeitamente como jornalista o que posso ou não dizer obviamente que se tiver detalhes na minha posse de uma operação militar eu não os divulgaria. Se morrer um militar português em serviço eu não vou divulgar antes do canal Exército informar a família da vítima. Tenho um código deontológico respeito-o e com base nisto tudo desenvolvia o meu trabalho.”</i></p>
Como era o relacionamento dos militares do 1ºBIPara	<b>Os militares vêem os jornalistas como sendo os maus da fita. Existe uma certa desconfiança e afastamento (B1), pois os jornalistas procuram</b>	<i>Como descreve a relação dos jornalistas com os militares do 1ºBIPara?</i>	<i>“Compreendia que houvesse algum cuidado por parte dos militares, pois nem todas as</i>

<p>com os jornalistas portugueses?</p>	<p><b>polémica e sensacionalismo(B2). No caso dos jornalistas vêem os militares como pessoas fechadas(B3), não correspondem as suas necessidades. Desconhecimento do <i>modus operandi</i> de ambas profissões (B4). Cultura <i>embedded</i> (B5).</b></p>	<p><i>Evoluções?</i></p> <p><i>Qual era a sua percepção sobre o entendimento dos militares do 1ºBIPara, acerca do papel do jornalista no terreno (em TIMOR)? (a pressão, a agenda...)</i> <i>(respeitavam ou não respeitavam)</i></p>	<p><i>informações podem ser facultadas, agora não compreendo que os militares se fechem totalmente e não queiram mostrar o seu trabalho aos jornalistas, que não haja “convívio”. Eu acho isso incorrecto por várias razões; primeira porque os jornalistas tentam sempre saber e têm varias formas de o saber; segunda razão porque os jornalistas estavam lá para relatarem aos portugueses o que se está a passar no terreno” (B3)</i></p> <p><i>“Os militares portugueses não deixavam aproximar jornalistas, não davam conferências de imprensa, não dão informações o que é um erro também do ponto de vista político, porque os militares de todo mundo não só em Portugal lutam por conseguir que o Estado aprove e veja com bons olhos o que eles andam a fazer, se o seu trabalho não for visível e, o trabalho dos militares portugueses foi muito positivo, se isso não for visível o Estado se calhar acha que não há motivos para apoiar mais aquela causa.” (B3)</i></p> <p><i>“Não houve evoluções estávamos ao sabor das restrições do comandante.” (B3)</i></p> <p><i>“Respeitavam o nosso trabalho, claro que sim. Se o comandante dizia que não queria a comunicação nós respeitávamos isso, ele tinha os seus motivos e nós só tínhamos que</i></p>
--	--	---	--

			<p><i>respeitar, o jornalista não tem que andar ali a pressionar, não quer não há...” (B4)</i></p> <p><i>“Acho que os militares eram conhecedores da nossa profissão sem dúvida.” (B4)</i></p> <p><i>“Eu gostaria que os militares portugueses não se tivessem fechado tanto pois eles desenvolveram um trabalho muito bom em Timor. Comparando com as notícias que saiam da GNR que também fez um trabalho extraordinário, os militares portugueses pareciam que nem estavam em Timor” (B3)</i></p> <p><i>“Um comandante militar sabe diferenciar um jornalista do Publico de um jornalista por exemplo do “Crime” o militar sabe que com o jornalista do Publico pode ter uma relação de confiança porque conhece as linhas orientadoras do jornal” New</i></p>
<p>Quais foram as condicionantes nas operações no terreno que são acompanhadas por jornalistas?</p>	<p><b>Os focos dos problemas podem ser: os jornalistas contrariarem os militares para obterem o que pretendem (C1), a capacidade de transmissão <i>live</i> e o valor das imagens (C2). Tudo isto pode condicionar o planeamento (C3); pôr em causa o segredo e a surpresa numa operação/tarefa (C4); são um acréscimo de preocupações na segurança e emprego de meios</b></p>	<p><i>Pode-me relatar situações de perigo que tenha vivido no terreno e mais particularmente no acompanhamento dos militares? Havia a preocupação de cumprir a regra tudo o que os militares indicavam, ou por vezes descoravam algumas indicações para obter mais informação?</i></p>	<p><i>“Claro que havia a preocupação de cumprir tudo o que os militares diziam e o jornalista que não o fizesse devia ser imediatamente expulso da operação. Se o jornalista alinha e faz o acordo só tem é que respeitar o acordo.” (C1 contrariada)</i></p> <p><i>“Havia essa preocupação acrescida com a segurança como é óbvio. Porque se nós íamos era bom que as coisas corresse bem, caso</i></p>

	<p><b>(C5); exigem um cuidado prévio nas nossas afirmações/acções (C6).</b></p>	<p>Quando acompanhavam os militares nas suas actividades/operações sentiam-se seguros com o batalhão? Que papel é que acha que os militares tinham na segurança dos jornalistas, na altura no 1ºBI Para?</p>	<p><i>contrário o jornalista relata o que vê. Havia também a preocupação por parte do jornalista de ser uma figura neutra.” (C2)</i></p> <p><i>“sei perfeitamente como jornalista o que posso ou não dizer obviamente que se tiver detalhes na minha posse de uma operação militar eu não os divulgaria.” (C4)</i></p>
<p>Será que as notícias transmitidas pela imprensa foram fiéis a fonte – Exército? E qual o seu impacto?</p>	<p><b>As notícias publicadas ou as reportagens emitidas através dos media têm um responsável, o jornalista. Nem sempre as notícias são fiéis à fonte (D1), o que é um ponto nevrálgico, para a relação entre militares e jornalistas. O impacto pode ser muito positivo (D2), elevando o moral das tropas ou pode ter um efeito devastador (D1), às vezes uma história mal contada, ou uma atitude menos conseguida pode pôr em causa todo o contingente.</b></p>	<p><i>Que valores notícia eram privilegiados? (coisas banais do batalhão ou apenas aquilo que pudesse ser capa de um jornal) Havia aquele sentimento patriótico a publicar as notícias ou tentavam sempre ser isentos?</i></p>	<p><i>“O meu jornal procurava informação pura e dura, não quer dizer que não fizéssemos reportagens com os militares, a situação deles, como estavam, coisas do dia-a-dia, porque isso também interessa as pessoas saberem. Fiz trabalhos a relatar os grandes trabalhos que os militares fizeram na ajuda da reconstrução, entre outros.” (New)</i></p> <p><i>“Eu gostaria que os militares portugueses não se tivessem fechado tanto pois eles desenvolveram um trabalho muito bom em Timor. Comparando com as notícias que saíam da GNR que também fez um trabalho extraordinário, os militares portugueses pareciam que nem estavam em Timor” (D2)</i></p> <p><i>“Eu compreendo que se faça muito mau jornalismo em Portugal e compreendo que eles</i></p>

			<p><i>queiram salvar os seus homens, salvar a operação, eu compreendo isso tudo mas não compreendo que se fechem tanto. Se o jornalista tivesse acesso a mais informação construía artigos mais fidedignos e portanto não ia procurar informação a outros lados.” (D1)</i></p> <p><i>“Há que distinguir aquele jornalista de 20 anos com pouca experiência que cai ali e conta um história qualquer, as vezes sem fundamentos, e um jornalista com mais idade e mais experiência.” (D1)</i></p>
--	--	--	---

Tabela 13 - Análise da entrevista ao Sr.º Luciano Alvarez

P.S.: Por uma questão logística e de volume de impressões, as entrevistas na íntegra estão todas no CD.

## **Anexo A - Código Deontológico do Jornalista**

**(Aprovado em 4 de Maio de 1993)**

1. O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.
2. O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.
3. O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.
4. O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.
5. O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e actos profissionais, assim como promover a pronta rectificação das informações que se revelem inexactas ou falsas. O jornalista deve também recusar actos que violentem a sua consciência.
6. O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.
7. O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.
8. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade, ou sexo.
9. O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos excepto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.
10. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse.

## Anexo B - Programa do curso de Segurança e Defesa para Jornalistas

PROGRAMA

DATA	HORA	TEMA	CONFERENCISTA
28-Nov-10	10:00 11:00	SESSÃO DE ABERTURA	
<b>MÓDULO I - QUADRO GERAL DA SEGURANÇA E DEFESA</b>			
28-Nov-10	11:30 13:00	O SISTEMA INTERNACIONAL	DOUTOR CARLOS GASPAR
28-Nov-10	14:30 16:00	UM OLHAR SOBRE A GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA	MGEN FREIRE NOGUEIRA
28-Nov-10	16:15 17:45	AS AMEAÇAS GLOBAIS E O NOVO PARADIGMA DE SEGURANÇA E DEFESA	PROF. DOUTOR VASCO RATO
30-Nov-10	16:00 18:30	SISTEMA DE ALIANÇAS E COOPERAÇÃO	PROF.ª DOUTORA FRANCISCA SARAIVA
<b>MÓDULO II - POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL</b>			
30-Nov-10	16:45 18:15	COOPERAÇÃO TÉCNICO - MILITAR	DR. SALDANHA SERRA
2-Dez-10	16:00 18:30	POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	COR DUARTE COSTA
2-Dez-10	16:45 18:15	ECONOMIA DE DEFESA	ENG. RUI NEVES
3-Dez-10	16:00 18:30	PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA	TGEN ANTÓNIO MASCARENHAS
3-Dez-10	16:45 18:15	RELAÇÕES EXTERNAS DE DEFESA	DR. LUIS FARO RAMOS
<b>MÓDULO III - SEGURANÇA COOPERATIVA</b>			
6-Dez-10	16:00 18:30	NOVO SÉCULO, NOVAS GUERRAS? CONFLITOS ASSIMÉTRICOS, ADVERSÁRIOS NÃO CONVENCIONAIS E DEFESA CONVENCIONAL	PROF. DOUTOR BRUNO REIS
6-Dez-10	16:45 18:15	AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESES E AS MISSÕES DE PAZ	TGOR FILIPE VIEIRA
7-Dez-10	16:00 18:30	PORTUGAL E A NATO	VALM LIMA BACELAR
7-Dez-10	16:45 18:15	PORTUGAL E A UNIÃO EUROPEIA	MESTRE PAULO SANDE
8-Dez-10	16:00 18:30	PORTUGAL, CPLP E SEGURANÇA NO ATLÂNTICO SUL	COR ANTÓNIO PINHEIRO
8-Dez-10	16:45 18:15	OS MEDIA E A CONFLITUALIDADE	DR. CARLOS SANTOS PEREIRA
<b>MÓDULO IV - ANÁLISE DE CASOS DE ESTUDO</b>			
10-Dez-10	16:00 19:00	TRABALHO PRÁTICO	
13-Dez-10	16:00 19:00	TRABALHO PRÁTICO	
14-Dez-10	16:00 17:30	TRABALHO PRÁTICO	
14-Dez-10	18:00 19:00	SESSÃO DE ENCERRAMENTO	

Tabela 14 - Programa do curso de Segurança e Defesa para Jornalistas (Instituto de Defesa Nacional, 2010)

## Anexo C – Organigramas e contribuição de cada país

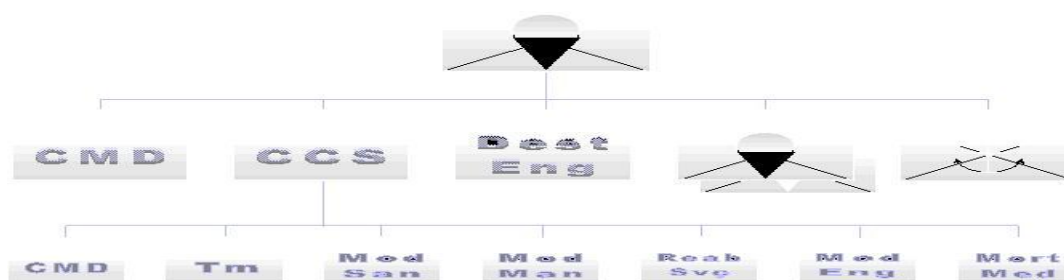


Figura 1 - Organograma do 1ºBIPara (1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado), 2002)

País	Localização	Tipo de unidade
Austrália	Sector Oeste	Batalhão de Infantaria, Helis
Bangladesh		Batalhão; Eng <sup>a</sup>
Brasil	Sector Oeste, QG	Polícia Militar
Canada	Sector Oeste, QG	Companhia de Infantaria
Chile	Grupo de Apoio Aéreo	Helis
Egipto	Grupo de Apoio Logístico	Unidade de Medicina
Fidji	Sector Oeste	Companhia de Infantaria
Filipinas	Sector Leste	Batalhão de Infantaria
Irlanda	Sector Oeste	Pelotão de Infantaria
Quênia	Sector Central	Batalhão de Infantaria
Nepal	Sector Oeste	Unidade Medicina
Nova Zelândia	Sector Oeste	Cmdt de Batalhão; Helis
Paquistão	QG, Grupo de Apoio de Eng <sup>a</sup>	Comunicações, Un Eng <sup>a</sup>
Portugal	Sector Central	Batalhão de Paraquedistas, helis, Unidade Naval
República da Coreia	Sector Leste	Batalhão de Infantaria
Singapura	Grupo de Apoio Logístico	Unidade de Medicina
Tailândia	Grupo de Apoio Aéreo e Sector Leste	Batalhão de Infantaria, Helis
Ucrânia	Grupo de Apoio Aéreo	Unidade de Helis
Jordânia	Oecussi	Batalhão de Infantaria

Tabela 15 - Contribuição dos países que faziam parte da UNTAET (1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado), 2002)

## Anexo D - Mapa de Timor com os sectores da PKF em 2000

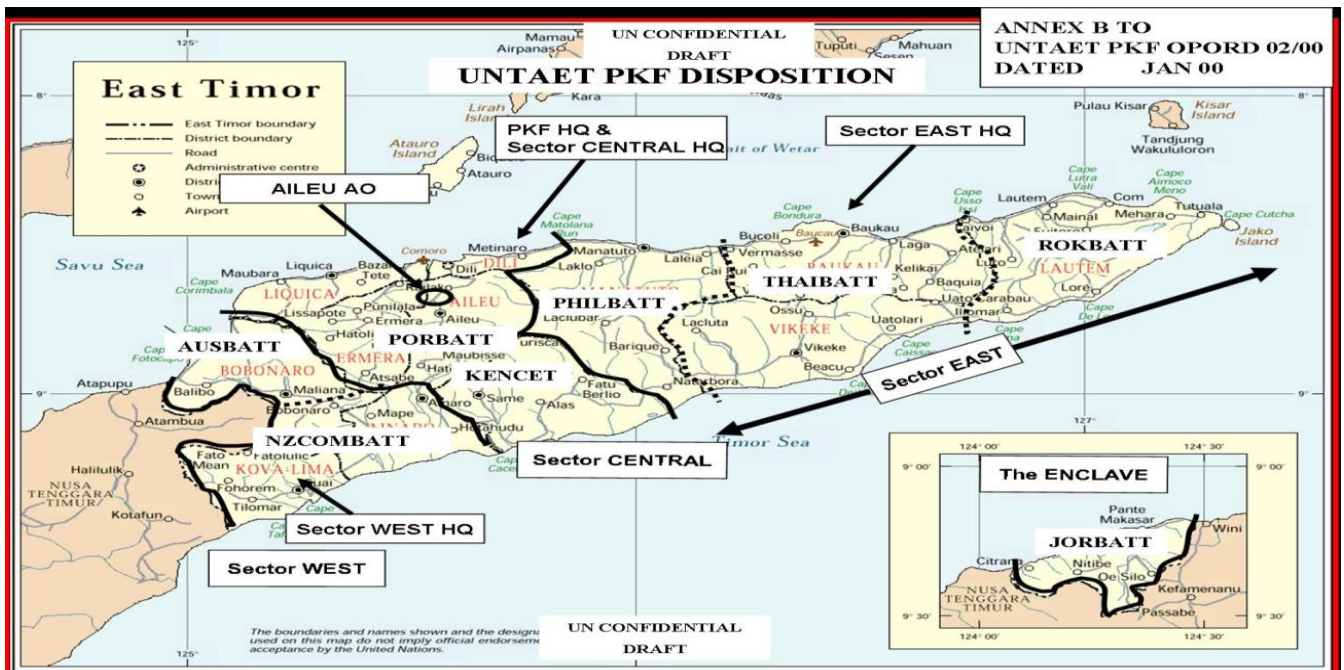


Figura 2 - Mapa de Timor-Leste com sectores (1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Reforçado), 2002)

“O território de Timor-Leste é constituído pela parte Este da ilha de Timor, pelo enclave de Oecusse, situado na costa norte da zona ocidental da ilha, pela ilha de Ataúro e pelo ilhéu Jaco...” (DIM/EME, 2000, pag. 20). A ilha apresenta um relevo muito acidentado, a precipitação e a humidade no ar são uma constante durante o ano, principalmente nas zonas altas da região central. As principais nascentes situam-se na crista central. Na parte este da ilha tem um relevo menos acidentado. O solo é de formação vulcânica (DIM/EME, 2000). A religião dominante no território é a religião católica. A língua mais falada é o tétum, o inglês e o português também são falados. Tem uma população jovem. Existem dois aeroportos um em Dili (a capital), e outro em Baucau, um heliporto e alguns aeródromos. Quanto a portos naturais são inexistentes; existem apenas pequenos ancoradouros (DIM/EME, 2000). O território de Timor-Leste está dividido em treze distritos. Os seus principais recursos naturais são o petróleo, o gás natural e o sândalo<sup>39</sup> (DIM/EME, 2000).

<sup>39</sup> Nome vulgar comum a várias árvores da família das Santaláceas, de madeira aromática, pertencentes à flora da Índia. Extrai-se perfume e a madeira destas árvores. (Dicionário de Língua Portuguesa 2011, 2010)

## **Anexo E - RESOLUTION 1272 (1999)**

“Adopted by the Security Council at its 4057th meeting on 25 October 1999

The Security Council ,

Recalling its previous resolutions and the statements of its President on the situation in East Timor, in particular resolutions 384 (1975) of 22 December 1975, 389 (1976) of 22 April 1976, 1236 (1999) of 7 May 1999, 1246 (1999) of 11 June 1999, 1262 (1999) of 27 August 1999 and 1264 (1999) of 15 September 1999,

Recalling also the Agreement between Indonesia and Portugal on the question of East Timor of 5 May 1999 and the Agreements between the United Nations and the Governments of Indonesia and Portugal of the same date regarding the modalities for the popular consultation of the East Timorese through a direct ballot and security arrangements (S/1999/513, annexes I to III),

Reiterating its welcome for the successful conduct of the popular consultation of the East Timorese people of 30 August 1999, and taking note of its outcome through which the East Timorese people expressed their clear wish to begin a process of transition under the authority of the United Nations towards independence, which it regards as an accurate reflection of the views of the East Timorese people,

Welcoming the decision of the Indonesian People's Consultative Assembly on 19 October 1999 concerning East Timor,

Stressing the importance of reconciliation among the East Timorese people,

Commending the United Nations Mission in East Timor (UNAMET) for the admirable courage and determination shown in the implementation of its mandate,

Welcoming the deployment of a multinational force to East Timor pursuant to resolution 1264 (1999), and recognizing the importance of continued cooperation between the Government of Indonesia and the multinational force in this regard,

Noting the report of the Secretary-General of 4 October 1999 (S/1999/1024),

Noting with satisfaction the successful outcome of the trilateral meeting held on 28 September 1999, as outlined in the report of the Secretary-General,

Deeply concerned by the grave humanitarian situation resulting from violence in East Timor and the large-scale displacement and relocation of East Timorese civilians, including large numbers of women and children,

Reaffirming the need for all parties to ensure that the rights of refugees and displaced persons are protected, and that they are able to return voluntarily in safety and security to their homes,

Reaffirming respect for the sovereignty and territorial integrity of Indonesia,

Noting the importance of ensuring the security of the boundaries of East Timor, and noting in this regard the expressed intention of the Indonesian authorities to cooperate

with the multinational force deployed pursuant to resolution 1264 (1999) and with the United Nations Transitional Administration in East Timor,

Expressing its concern at reports indicating that systematic, widespread and flagrant violations of international humanitarian and human rights law have been committed in East Timor, stressing that persons committing such violations bear individual responsibility, and calling on all parties to cooperate with investigations into these reports,

Recalling the relevant principles contained in the Convention on the Safety of United Nations and Associated Personnel adopted on 9 December 1994,

Determining that the continuing situation in East Timor constitutes a threat to peace and security,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Decides to establish, in accordance with the report of the Secretary-General, a United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), which will be endowed with overall responsibility for the administration of East Timor and will be empowered to exercise all legislative and executive authority, including the administration of justice;

2. Decides also that the mandate of UNTAET shall consist of the following elements:

(a) To provide security and maintain law and order throughout the territory of East Timor;

(b) To establish an effective administration;

(c) To assist in the development of civil and social services;

(d) To ensure the coordination and delivery of humanitarian assistance, rehabilitation and development assistance;

(e) To support capacity-building for self-government;

(f) To assist in the establishment of conditions for sustainable development;

3. Decides further that UNTAET will have objectives and a structure along the lines set out in part IV of the report of the Secretary-General, and in particular that its main components will be:

(a) A governance and public administration component, including an international police element with a strength of up to 1,640 officers;

(b) A humanitarian assistance and emergency rehabilitation component;

(c) A military component, with a strength of up to 8,950 troops and up to 200 military observers;

4. Authorizes UNTAET to take all necessary measures to fulfil its mandate;

5. Recognizes that, in developing and performing its functions under its mandate, UNTAET will need to draw on the expertise and capacity of Member States, United Nations agencies and other international organizations, including the international financial institutions;
6. Welcomes the intention of the Secretary-General to appoint a Special Representative who, as the Transitional Administrator, will be responsible for all aspects of the United Nations work in East Timor and will have the power to enact new laws and regulations and to amend, suspend or repeal existing ones;
7. Stresses the importance of cooperation between Indonesia, Portugal and UNTAET in the implementation of this resolution;
8. Stresses the need for UNTAET to consult and cooperate closely with the East Timorese people in order to carry out its mandate effectively with a view to the development of local democratic institutions, including an independent East Timorese human rights institution, and the transfer to these institutions of its administrative and public service functions;
9. Requests UNTAET and the multinational force deployed pursuant to resolution 1264 (1999) to cooperate closely with each other, with a view also to the replacement as soon as possible of the multinational force by the military component of UNTAET, as notified by the Secretary-General having consulted the leadership of the multinational force, taking into account conditions on the ground;
10. Reiterates the urgent need for coordinated humanitarian and reconstruction assistance, and calls upon all parties to cooperate with humanitarian and human rights organizations so as to ensure their safety, the protection of civilians, in particular children, the safe return of refugees and displaced persons and the effective delivery of humanitarian aid;
11. Welcomes the commitment of the Indonesian authorities to allow the refugees and displaced persons in West Timor and elsewhere in Indonesia to choose whether to return to East Timor, remain where they are or be resettled in other parts of Indonesia, and stresses the importance of allowing full, safe and unimpeded access by humanitarian organizations in carrying out their work;
12. Stresses that it is the responsibility of the Indonesian authorities to take immediate and effective measures to ensure the safe return of refugees in West Timor and other parts of Indonesia to East Timor, the security of refugees, and the civilian and humanitarian character of refugee camps and settlements, in particular by curbing the violent and intimidatory activities of the militias there;
13. Welcomes the intention of the Secretary-General to establish a Trust Fund available for, inter alia , the rehabilitation of essential infrastructure, including the building of basic institutions, the functioning of public services and utilities, and the salaries of local civil servants;
14. Encourages Member States and international agencies and organizations to provide personnel, equipment and other resources to UNTAET as requested by the Secretary-General, including for the building of basic institutions and capacity, and stresses the need for the closest possible coordination of these efforts;

15. Underlines the importance of including in UNTAET personnel with appropriate training in international humanitarian, human rights and refugee law, including child and gender-related provisions, negotiation and communication skills, cultural awareness and civilian-military coordination;

16. Condemns all violence and acts in support of violence in East Timor, calls for their immediate end, and demands that those responsible for such violence be brought to justice;

17. Decides to establish UNTAET for an initial period until 31 January 2001;

18. Requests the Secretary-General to keep the Council closely and regularly informed of progress towards the implementation of this resolution, including, in particular, with regard to the deployment of UNTAET and possible future reductions of its military component if the situation in East Timor improves, and to submit a report within three months of the date of adoption of this resolution and every six months thereafter;

19. Decides to remain actively seized of the matter” (Conselho de Segurança, 1999).

**Anexo F - Excerto do Manual de Consulta para a Missão de  
Manutenção de Paz em Timor Lorosae do 1ºBIPara**

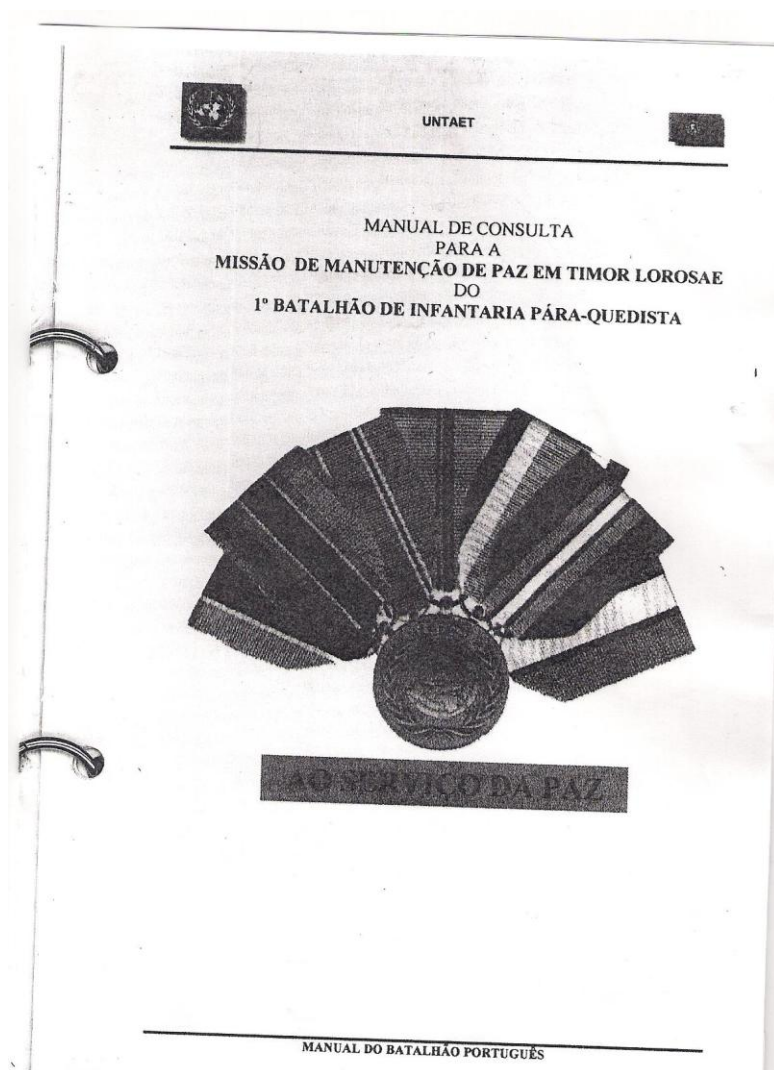


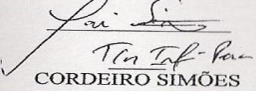
Figura 3 - Capa do manual de consulta da Missão do 1ºBIPara (Bernardino, 2011)



**NEP N.º 6 - ATITUDE DO PESSOAL DA UNTAET NA PRESENÇA DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

1. A linha de conduta a ter em relação aos "mass media" deve ser **passiva**, endereçando os jornalistas e repórteres para a IPTF a fim de, junto a estes, obterem informação sobre os postos de controlo visto ser esta a entidade responsável pelo controlo e avaliação das actividades das policias locais. Porém, se o pessoal da UNTAET for confrontado com perguntas a que se não consiga esquivar, deve responder com coerência de acordo com os pontos seguintes:
- A missão principal da UNTAET é a de contribuir para a segurança necessária a fim de consolidar a paz. Deste facto resultam as seguintes missões particulares:
    - Dissuadir ou impedir o reabrir das hostilidades;
    - Consolidar os resultados atingidos pela UN MILITARY FORCES e promover um clima no qual o processo de paz possa progredir;
    - Fornecer, de acordo com as suas possibilidades, um **apoio selectivo** às organizações civis.
  - E neste contexto, que a UN MILITARY FORCE apoia a IPTF nas suas missões de controlo da policia local. A UNTAET fará o máximo, dentro dos limites do seu mandato, para dar assistência á IPTF, consciente que a sua capacidade lhe permite dar uma contribuição importante.
  - Os aspectos militares dos acordos de paz conferem á UNTAET a missão de vigiar e prevenir tudo o que possa incomodar o movimento das populações civis, dos refugiados e deslocados. Nos acordos está também declarado que o UNMF tem toda a autoridade, sem interferências e sem a autorização de quem quer que seja, para fazer tudo o que julgar necessário e apropriado, incluindo o uso da força, a fim de proteger e levar a bom termo as suas missões.

O COMANDANTE

  
CORDEIRO SIMÕES  
TCOR INF PARA

Autenticação  
O OFICIAL DE OPERAÇÕES

SERRA PEDRO  
CAP INF PARA

**NEP N.º 7 - CONTROLO DE MULTIDÕES**

Figura 4 - NEP nº6 Atitude do Pessoal da UNTAET na presença de meios de comunicação social (Bernardino, 2011)

## Anexo G – Relatório sobre Timor Leste

# RELATÓRIO SOBRE TIMOR LESTE

Maio – Junho de 2000

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 1796/00

REGISTO N.º 575/00

1.º BIPARA		DESPACHO
Sec. Pess	X	
Sec. Info	X	
Sec. Co	X	
Sec. Log	X	
C.S.S.		
11.º CA		
12.º CA		
13.º CA		
C.A.P.		
Sec. Adm. Ho	X	
Sec. Ext	X	
S.A.M.		
17 July 00		

TOMAR



Administração de Transição das  
Nações Unidas em Timor Leste  
Gabinete de Comunicação e Informação Pública  
Não é um documento oficial. Apenas para informação.

### Conteúdo

- Introdução** .....1
- Situação Humanitária** .....2
  - ✓ *Regresso de Refugiados*
  - ✓ *Programa de Regresso de Cidadãos Qualificados (RCQ)*
  - ✓ *Distribuição de Alimentos*
  - ✓ *Habitação*
- Infraestrutura** .....3
  - ✓ *Estradas*
  - ✓ *Electricidade*
  - ✓ *Transporte aéreo*
- Serviços Sociais**.....4
  - ✓ *Educação*
  - ✓ *Saúde*
- Desenvolvimento Político** .....5
- Desenvolvimento Institucional**...6
  - ✓ *Regulamentos*
  - ✓ *Administração Pública*
  - ✓ *Controlo das Fronteiras*
- Desenvolvimento dos Meios de Comunicação Social** .....7
- Desenvolvimento Económico** .....8
  - ✓ *Emprego*
  - ✓ *Sector Privado*
  - ✓ *Agricultura e Pecuária*
- Estado de Direito** .....10
  - ✓ *Poder Judicial*
  - ✓ *Polícia Civil*
  - ✓ *Força de Polícia de Timor Leste*
  - ✓ *Sistema Penitenciário*
- Direitos Humanos** .....11
- Paz e Segurança** .....11
  - ✓ *Segurança*
  - ✓ *Cooperação entre Civis e Militares*
- Evolução Recente dos Fundos Especiais**.....12
  - ✓ *Fundo Especial da UNTAET*
  - ✓ *Fundo Especial para Timor Leste administrado pelo Banco Mundial*

Figura 5 - Capa do relatório sobre Timor-Leste (Bernardino, 2011)

## Anexo H – Linhas de orientação nas relações com os OCS

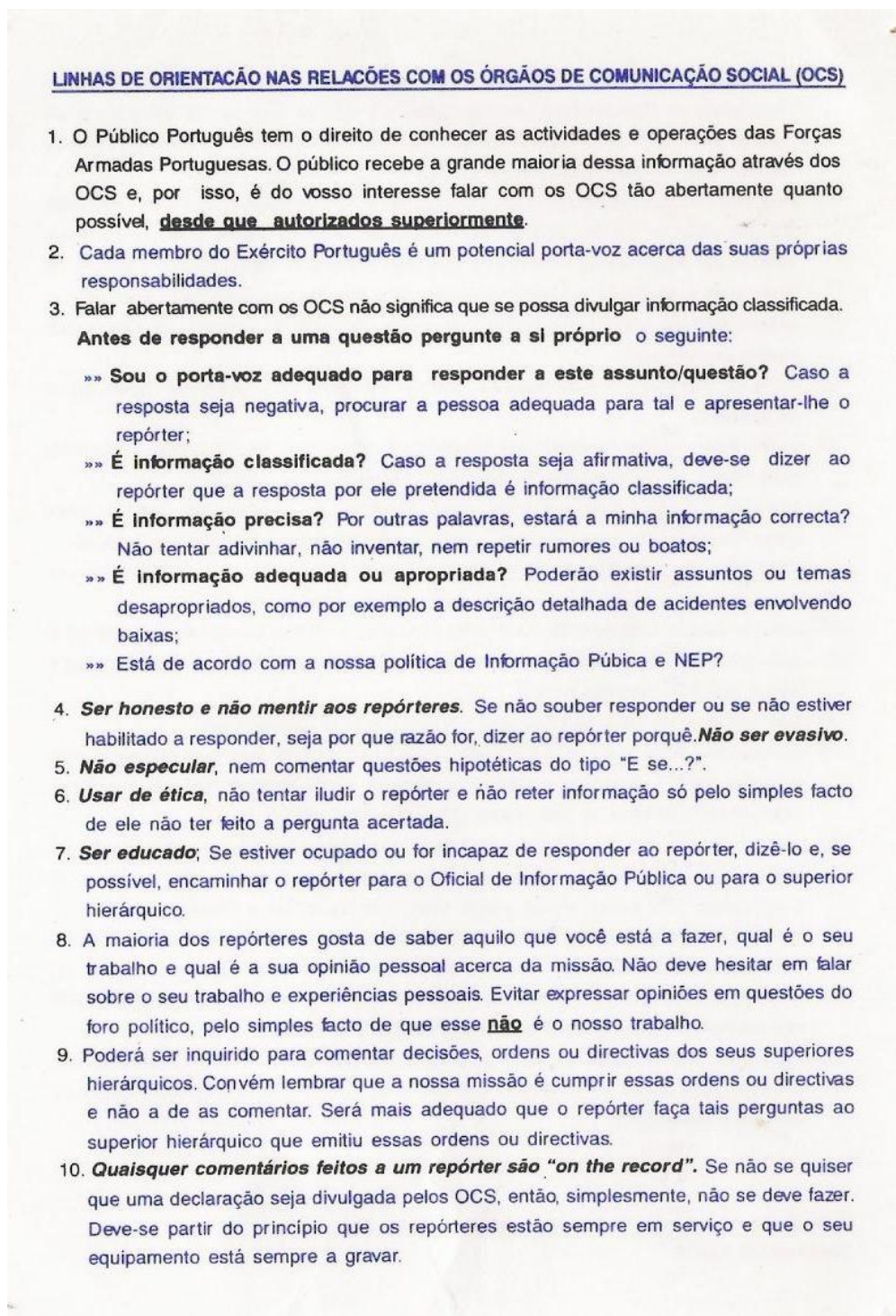


Figura 6 - Linhas de orientação nas relações com os OCS (Santos, 2011)

11. Se acidentalmente cometer o erro e prestar aos repórteres informação incorrecta, classificada ou desadequada, deve-se dizer-lhes. Não se deve hesitar em pedir a um repórter para não usar essa informação; em caso de dúvida, dar conhecimento desse facto ao seu superior hierárquico e ao Oficial de Informação Pública.
12. Você não tem autoridade para mexer em qualquer tipo de equipamento dos OCS, seja por que razão for. Se um repórter, acidentalmente, gravar ou filmar algo que se possa caracterizar como sendo informação sensível, poder-se-á tentar fazê-lo perceber tal facto, com o intuito de o levar a cooperar, mas não se tem autoridade legal para o obrigar seja ao que for. Se ocorrer um incidente deste tipo, deverá informar a sua cadeia de comando.
13. Antes de responder a uma questão, deve-se assegurar que percebeu aquilo que é perguntado.
14. **Evitar calão militar**, lembrando-se sempre que está a falar para o público e não para outro militar. Evitar respostas do tipo "Sem comentário" ou "Sim-Não".
15. Antes da gravação duma entrevista vídeo, perguntar ao repórter para onde se deve olhar. Normalmente deve-se tentar ignorar a câmara vídeo e falar para o repórter.
16. **Você não tem o direito de censurar informação**. Isto significa também que não se deve pedir para ver uma reportagem antes dela ser divulgada.
17. Lembrar-se que a maioria dos repórteres Portugueses não se encontram familiarizados com operações militares. Não partir do princípio de que eles compreendem na íntegra aquilo que lhes estamos a dizer.
18. **Não boicotar os OCS** na sequência duma reportagem desfavorável.
19. Lembrar que cada visita de OCS é uma *oportunidade* para transmitir ao nosso país imagens sobre a missão que estamos a executar. **Cada soldado** tem um importante papel a desempenhar na transmissão de mensagens para o público.
20. Lembrar-se que seja o que for que se diga a um repórter poderá ser televisionado em qualquer parte do mundo. Evitar comentários sobre a população local ou sobre os beligerantes, pela razão que tal atitude poderá comprometer a missão.
21. **Não comentar rumores ou boatos**. Estar ciente de que se poderá ser abordado pelos OCS nos tempos livres, tal como em situações de convívio social em messes, no sentido da obtenção de informações. **Todas as regras permanecem efectivas, quer em situações desse género quer em situações de licença**.
22. Não hesitar em contactar o Oficial de Informação Pública ou o Comandante da sua unidade, sempre que necessite de conselhos ou auxílio para responder a questões colocadas pelos OCS.

Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas  
Gabinete do CEME

Figura 7 - Linhas de orientação nas relações com os OCS parte II (Santos, 2011)

## **Anexo I – Milícias procuradas em Timor**

Uma das vertentes preponderantes da missão do 1º BIPara em Timor leste era a caça às milícias, equanto elemento destabilizador e obtáculo á paz e da ordem no terreno. A título de exemplo apresentam-se duas situações:

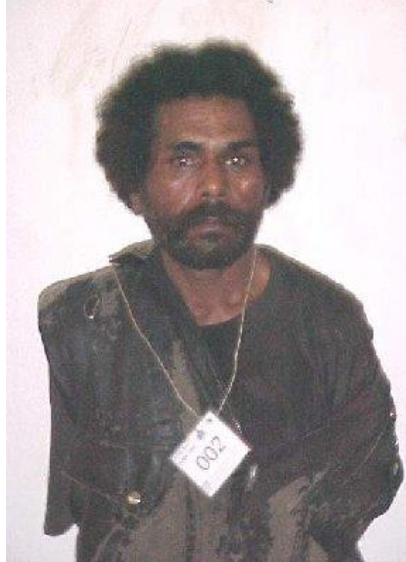
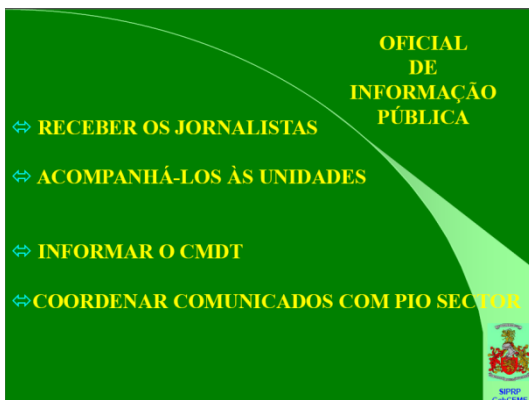
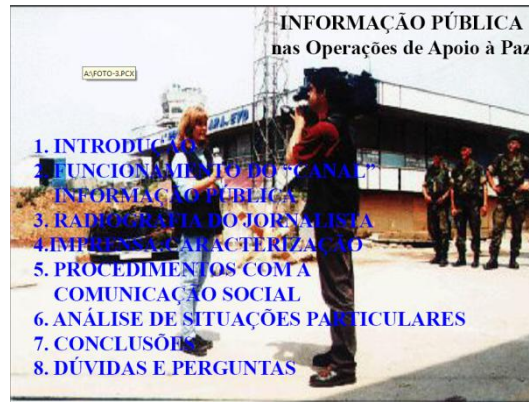


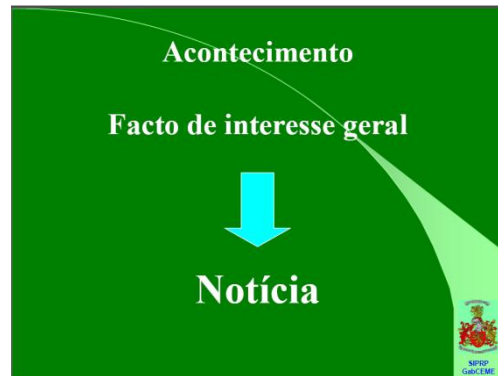
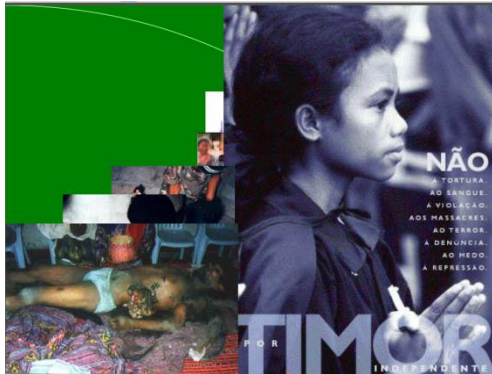
Figura 8 - Uma das milícias procuradas em Timor (Dias, 2011)



Figura 9 – Outra milícia procurada em Timor (Dias, 2011)

# Anexo J – Palestra da SIPRP dada ao 1ºBIPara em Janeiro de 2000 (Oliveira, 2011)





**“PARECE PROPAGANDA MAS NÃO É. OS MILITARES PORTUGUESES FAZEM A DIFERENÇA. FUNCIONAM. ALI, SENTI-ME HONRADO DE SER PORTUGUÊS”**

PEDRO LETRÍA



RADIOGRAFIA DOS JORNALISTAS

- ✓ PESSOAS NOVAS, SIMPÁTICAS E AFÁVEIS
- ✓ SEM CONHECIMENTOS MILITARES
- ✓ JULGAM-SE COM MAIS DIREITOS QUE QUALQUER OUTRO CIDADÃO
- ✓ NÃO SÃO INDEPENDENTES
- ✓ QUANDO NÃO OBTÊM NOTÍCIAS, INVENTAM
- ✓ EXPLORAM AS CONVERSAS INFORMAIS
- ✓ PROCURAM NOTÍCIAS SENSACIONALISTAS

**ESTÃO SEMPRE EM SERVIÇO**

**PROCEDIMENTOS  
COM A  
COMUNICAÇÃO  
SOCIAL**


**ENTRADAS NO(S)  
AQUARTELAMENTO(S)**

- CONTACTAR O OFICIAL DE INFORMAÇÃO PÚBLICA
- SOLICITAR VISITA À UNIDADE




**LINHAS DE ORIENTAÇÃO  
NAS RELAÇÕES  
COM OS OCS**

1. O PÚBLICO PORTUGUÊS TEM O DIREITO DE CONHECER AS ACTIVIDADES E OPERAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.
2. QUALQUER MILITAR É UM POTENCIAL PORTA-VOZ.
3. FALAR ABERTAMENTE SEM DIVULGAR INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS.




4. ANTES DE RESPONDER PENSE:


- SEREI A PESSOA INDICADA PARA RESPONDER A ESTA QUESTÃO?
- SERÁ ESTA INFORMAÇÃO CLASSIFICADA?
- SERÁ ESTA A INFORMAÇÃO MAIS ADEQUADA E PRECISA?




5. SEJA HONESTO, NÃO ESPECULE.
6. SEJA EDUCADO E ÉTICAMENTE CORRECTO.
7. FALE EXCLUSIVAMENTE SOBRE O SEU TRABALHO.
8. A NOSSA MISSÃO É CUMPRIR ORDENS NÃO COMENTÁ-LAS
9. COMENTÁRIOS FEITOS A JORNALISTAS SÃO SEMPRE “ON THE RECORD”



10. SE ACIDENTALMENTE COMETER O ERRO E PRESTAR AOS REPÓRTERES INFORMAÇÃO INCORRECTA, CLASSIFICADA OU DESADEQUADA, DEVE DIZER-LHES.
12. NENHUM MILITAR TEM AUTORIDADE PARA MEXER EM QUALQUER EQUIPAMENTO DOS OCS.
13. EVITE O CALÃO MILITAR.
14. ANTES DO ÍNICIO DA GRAVAÇÃO DE UMA ENTREVISTA PERGUNTE AO REPÓRTER PARA ONDE DEVE OLHAR
15. NÃO LHE COMPETE CENSURAR INFORMAÇÃO



16. A MAIORIA DOS REPÓRTERES NÃO ESTÃO FAMILIARIZADOS COM OPERAÇÕES MILITARES.
17. NÃO BOICOTAR OS OCS.
18. UMA IMAGEM TELEVISIONADA EM SEGUNDOS PERCORRE O MUNDO.
19. EVITE COMENTÁRIOS SOBRE A POPULAÇÃO LOCAL E OS BELIGERANTES.
20. NÃO COMENTE RUMORES OU BOATOS





PROCEDIMENTOS COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

**MENSAGENS NEGATIVAS**

- QUE TOMA PARTE NA MISSÃO POR DINHEIRO
- QUE ESTÁ MAL PAGO
- QUE ESTÁ MAL PREPARADO PARA A MISSÃO

NÃO FAZER QUEIXAS, NEM QUERER APARECER NA TELEVISÃO



PROCEDIMENTOS COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL

**MENSAGENS POSITIVAS**

- QUE É VOLUNTÁRIO
- QUE ESTÁ PREPARADO PARA CUMPRIR A MISSÃO

QUE GOSTA DO QUE FAZ E SE SENTE ÚTIL




**Outros Aspectos da Imagem do Contingente**

Uniformes e Distintivos

“Jornal do Exército”;  
 “Revista da Armada”; “Mais Alto”;  
 “Boina Verde”  
 Sites da Internet

Jornal da Força Multinacional



**CONCLUSÕES**

- A SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR É MUITO DELICADA
- CADA MILITAR É A IMAGEM DO EXERCITO E DO PAÍS
- OS JORNALISTAS INFORMAM O PÚBLICO MAS NÃO RESOLVEM OS NOSSOS PROBLEMAS
- PORTUGAL ESTÁ DE OLHOS POSTOS EM TI.

TUDO O QUE DISSERES E FIZERES REFLECTIR-SE-Á EM TÓS PRÓPRIOS E NA VOSSA FAMÍLIA